Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha

Apostila de Estudos

para o Concurso Nacional de Prendas e Peões Tradicionalistas

CATEGORIAS JUVENIL, ADULTO E VETERANO

(3ª edição - 2019)

FICHA TÉCNICA

Supervisão: Departamento Cultural da CBTG

Elaboração da 3ª edição: Carolina Scheifer Piatzchaki, Diretora Cultural da CBTG; Aline Jasper, Assessora de Comunicação da CBTG (julho de 2019)

2ª Edição: Roberta Fontana (agosto de 2017)
1ª Edição: Antônio Amaro da Silveira Neto e Roberta Fontana (agosto de 2013)

3ª edição

Este material foi produzido para uso e distribuição gratuitos, com finalidade exclusiva para o uso da CBTG, sendo vedada sua venda ou comercialização, bem como alteração e reprodução não autorizada por sua organizadora.

APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO

Com o intuito de aprimorar e atualizar o conteúdo que serve como referência para os estudos das prendas e peões estaduais que representarão suas federações no 18º Concurso Nacional de Prendas e Peões da CBTG, as prendas Carolina Piatzchaki, Diretora do Departamento Cultural da CBTG, e Aline Jasper, do Departamento de Comunicação da CBTG gestão 2017-2019, reuniram o material já existente e foram em busca de novas vertentes de informações para contemplar neste material aquilo que acreditamos ser o material que dará o norte para os estudos das prendas e peões concorrentes ao titulo de prendas e peões da CBTG gestão 2019-2021.

O conteúdo continua não abrangendo o material sobre "atualidades" (exigido para categorias juvenil, adulto e veterano), pois consideramos que é um conteúdo que não deve ser limitado; para tanto, orientamos que os concorrentes se atentem às notícias amplamente divulgadas pela mídia, conforme indica o art. 7º, inciso IV do Regulamento do Concurso.

Importante lembrar que este material deverá servir de base para as prendas e peões, conforme decidido na Convenção Tradicionalista Extraordinária realizada na cidade de Campo Grande em junho de 2018, e não deverá ser o único material de estudos para as prendas e peões. Lembro ainda que houveram mudanças no conteúdo programático das provas, conforme votado e decidido em Convenção. E lembro ainda sobre a importância de conferência do regulamento geral e do regulamento do concurso, a fim de sanar quaisquer possíveis dúvidas ou divergências de informações.

Saliento que os estudos sobre a história do gaúcho, bem como sobre nossa tradição, nunca devem ser limitados a uma apostila ou ainda chegar ao fim. Dan Brow já dizia: "*O conhecimento é uma ferramenta, e como todas as ferramentas, o seu impacto está nas mãos de quem o usa.*"

Aproveito para agradecer ao Presidente da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, Sr. João Ermelino de Mello, que sempre apoiou e deu sua "carta branca" a este departamento, confiando assim nas decisões das pessoas que o compõem. Sem seu apoio e confiança, nada seria possível.

Agradeço imensamente também a Srta. Aline Jasper, a qual sempre esteve à disposição e sempre a postos para o trabalho, sendo incansável e não medindo esforços para que tudo saia como planejado, auxiliando sempre para que o Departamento Cultural tenha seu espaço cada vez mais demonstrado nas mídias sociais da CBTG, e por todo o auxilio e presteza na elaboração deste conteúdo. A vocês dois, minha eterna gratidão, admiração e respeito.

Coloco-me à disposição para quaisquer duvidas ou esclarecimentos sobre o material apresentado.

Desejo sucesso e que cada um encontre na pureza dos seus sonhos a força motriz para colocá-los em pratica. Bons estudos a todos, e muita sorte e luz em seus caminhos.

Carolina Scheifer Piatzchaki

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO

A convite da Diretora do Departamento Cultural da CBTG, Sra. Tânia Calai, a quem agradecemos a confiança demonstrada, fomos convidados a disponibilizar o material de referência para estudos da avaliação escrita de Prendas e Peões estaduais que representarão suas federações no 17º Concurso Nacional de Prendas e Peões da CBTG.

Nesta empreitada, buscamos nos alinhar ao que apresentamos na redação do material dos concursos anteriores, mantendo um polígrafo especialmente elaborado para a categoria mirim . Além disso, todo o material foi elaborado visando destacar realidade da CBTG, prestigiando e valorizando a entidade e sua história.

Como se sabe, as regras do concurso são firmadas por meio de Convenção Tradicionalista da CBTG e o material se alinha ao que prescreve o respectivo regulamento. Nesse aspecto, é importante esclarecermos que o conteúdo "História da CBTG" não cai para a categoria "peão mirim", embora incoerente, é uma decisão da Convenção, posição esta que esperamos seja retificada.

Os concorrentes de quase todas as categorias terão nos materiais explicações sobre a atuação da Confederação, seus eventos, alguns dos problemas enfrentados atualmente (como a posição da entidade quanto ao projeto de lei que trata da proibição de rodeios) e ainda um conteúdo tratando da expansão dos gaúchos e do Movimento pelo Brasil afora, claro, - cerne da existência da Confederação.

O conteúdo continua não abrangendo o material sobre "atualidades" (exigido para categorias juvenil, adulto e veterano), pois consideramos que é um conteúdo que não deve ser limitado; para tanto, orientamos que os concorrentes se atentem às notícias amplamente divulgadas pela mídia, conforme indica o art. 7º, inciso IV do Regulamento do Concurso.

Ao final do material, consta um anexo com conteúdo para auxiliar na preparação da prova de artesanato ou culinária (para o concurso de prendas) - mas que não terá seu teor cobrado na avaliação escrita.

A redação e elaboração deste material só foi possível com o auxílio de pessoas especiais e dedicadas a quem agradecemos neste momento: Antonio Amaro da Silveira Neto, Graça Amaro da Silveira, Odila Savaris, Luzia da Rosa Fontana, Letícia Maria Lucas Pinheiro, Caiã Fontana e Gabriel Espíndola Chiavegatti.

O material da 17ª Edição do Concurso contou ainda com a dedicação e auxílio da 1ª Prenda Juvenil da CBTG, Srta. Andrine de Mari Cenci que recebe, além da nossa gratidão a nossa eterna admiração.

Desejamos um ótimo estudo a todos e colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas referentes ao material.

Roberta Fontana

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

A convite do Presidente da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, Senhor Manoelito Savaris, a quem agradecemos a confiança demonstrada, fomos designados a elaborar um material abrangendo os conteúdos referente à avaliação escrita do Concurso Nacional de Prendas e Peões.

Nosso primeiro cuidado foi o de analisar e se basear nos materiais que vinham sendo utilizados nos concursos anteriores; depois disso, trabalhamos com dois focos principais, quais sejam: o de se produzir um material mais maleável à categoria mirim, que vinha utilizando o mesmo polígrafo das demais categorias e, ainda, disponibilizar um conteúdo que abrangesse mais a realidade da CBTG. Nesse sentido, os concorrentes de quase todas as categorias terão nos materiais explicações sobre a atuação da Confederação, seus eventos, alguns dos problemas enfrentados atualmente (como a posição da entidade quanto ao projeto de lei que trata da proibição de rodeios) e ainda um conteúdo tratando da expansão dos gaúchos e do Movimento pelo Brasil afora, claro, - cerne da existência da Confederação.

O conteúdo não abrange material sobre "atualidades" (exigido para categorias juvenil, adulto e veterano), pois consideramos que é um conteúdo que não deve ser limitado; para tanto, orientamos que os concorrentes se atentem às notícias amplamente divulgadas pela mídia, conforme indica o art. 7º, inciso IV do Regulamento do Concurso.

Ao final do material, consta um anexo com conteúdo para auxiliar na preparação da prova de artesanato ou culinária (para o concurso de prendas) - mas que não terá seu teor cobrado na avaliação escrita.

Desejamos um ótimo estudo a todos e colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas referentes ao material.

Antônio Amaro da Silveira Neto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO		2
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO		3
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO		4
1	**TRADIÇÃO, TRADICIONALISMO E FOLCLORE**	7
1.1	Definições - conceitos de folclore, tradição, tradicionalismo, regionalismo, nativismo	7
1.2	Formação do Gaúcho	8
1.3	*Entidades Tradicionalistas – CTG, RTs, MTG, CBTG, CITG*	10
1.4	Carta de Princípios	11
1.5	Tese "O Sentido e o Valor do Tradicionalismo" – Barbosa Lessa	13
1.6	Movimento Organizado – Primeiras entidades tradicionalistas, Grupo dos Oito, primeira Ronda Crioula e fundação do 35 CTG	20
1.7	Chimarrão e Erva-Mate	22
1.8	Culinária Gaúcha	24
1.9	Danças Gaúchas	25
1.10	Lida Campeira	30
1.11	Indumentária	33
1.12	Música e Instrumentos Musicais	36
1.13	Jogos Tradicionalistas	36
1.14	Lendas	37
1.15	Artesanato	37
1.16	Contribuições Culturais	38
1.17	Principais manifestações folclóricas das regiões do Brasil	39
1.18	Brinquedos e brincadeiras folclóricas	41
2	**HISTÓRIA DA CBTG**	44
2.1	Fundação	44
2.2	Símbolos da CBTG	45
2.3	Eventos oficiais da CBTG	47
2.4	Presidentes da CBTG	48
3	**LITERATURA**	49
3.1	Literatura Brasileira	49
3.2	Regionalismo na Literatura Gaúcha	50
3.3	Poesia Regionalista	52
4	**HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**	53
4.1	Primeiros Habitantes – Povos Indígenas	53
4.2	Reduções Jesuíticas	55
4.3	Conquista e Ocupação do Sul	57
4.4	O Surgimento das Estâncias	58
4.5	As Charqueadas	59

4.6	Disputas de Fronteiras entre Portugal e Espanha	60
4.7	Tropeirismo	62
4.8	Imigração	64
4.9	Revolução Farroupilha	65
4.10	Revolução Federalista	70
4.11	Revolução de 23	74
4.12	Guerra do Paraguai	77
4.13	Guerra do Contestado	78
5	**HISTÓRIA DO BRASIL**	80
5.1	Descobrimento do Brasil	80
5.2	Contato com os Indígenas	81
5.3	As Capitanias Hereditárias	82
5.4	Crise no Sistema Colonial	83
5.5	Conjuração Mineira – 1789 – A revolta da elite colonial	83
5.6	Conjuração Baiana – 1798 – A rebelião dos pobres	84
5.7	A vinda da Família Real para o Brasil	84
5.8	O Governo de D. João VI no Brasil	85
5.9	Revolução Pernambucana	86
5.10	Confederação do Equador (1824)	86
5.11	A Província Cisplatina	87
5.12	Cronologia do Brasil Império	88
5.13	A Independência do Brasil	89
5.14	Período Regencial	91
5.15	As Rebeliões Provinciais ou Movimentos Revolucionários	93
5.16	Escravidão e Abolição da Escravatura (quilombos)	95
5.17	Proclamação da República no Brasil	99
5.18	Presidentes do Brasil	100
6	**GEOGRAFIA DO BRASIL**	102
6.1	Localização Geográfica do Brasil	102
6.2	Área e População	102
6.3	Estados e suas capitais	103
6.4	Limites territoriais	104
6.5	Símbolos oficiais	105
6.6	Principais bacias hidrográficas	109
6.7	Cliva, relevo e vegetação	111
6.8	Atividades Econômicas	116
7	**ATUALIDADES**	119
REFERÊNCIAS		121

1. TRADIÇÃO, TRADICIONALISMO E FOLCLORE

1.1 Definições – conceitos de folclore, tradição, tradicionalismo, regionalismo, nativismo

Folclore – Segundo o escritor e colecionador de antiguidades Willian John Thoms, Folclore é a palavra de origem Inglesa oriunda da mescla de duas palavras: FOLK que significa povo, e LORE que significa conhecimento/sabedoria; assim, a palavra folclore "significa conhecimento de um povo". Essa expressão foi criada no século XIX para facilitar a identificação e interpretação dos costumes e saberes do povo, que geralmente se dão de formas orais e representativas, facilitando então a compreensão dos usos e costumes de todas as regiões de uma nação.

Tradição – ato de transmitir os fatos culturais de um povo através das gerações. É o culto aos costumes das boas coisas do passado.

Tradicionalismo – é a tradição em marcha, passada de geração em geração. São os meios pelos quais a tradição passa de pai para filho. É um movimento cívico-cultural que valoriza e preserva as tradições gaúchas.

> "Tradicionalismo é um movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica – mesmo que não se aperceba de tal finalidade – com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura, graças ao que a sociedade adquire maior solidez e o indivíduo adquire maior tranquilidade na vida comum" (LESSA, 2008, p. 81)

> "Tradicionalismo não se confunde com Folclore, Literatura, Teatro, Recreação, etc. Tudo isso constitui meios para que o tradicionalismo alcance seus fins. Não se deve, por exemplo, confundir o folclorista com o tradicionalista: aquele é o estudioso de uma ciência social, este é o soldado de um movimento. Os tradicionalistas não precisam tratar cientificamente o folclore: estarão agindo eficientemente se se servirem dos estudos dos folcloristas, como base de ação, e assim reafirmarem as vivências folclóricas no próprio seio do povo" (LESSA, 2008, p. 82).

Regionalismo – caráter de obra literária ou artística que se baseia em costumes ou tradições regionais.

Nativismo – é tudo aquilo que é próprio do lugar onde se nasce; não é adquirido e conserva as características originais. É o sentimento de defesa e amor ao pago nativo. Constituiu um movimento musical a partir dos anos 80, de retomada dos temas gaúchos na música regional.

1.2 Formação do Gaúcho

A primeira vez que o termo "gaúcho" aparece em um documento escrito é no diário de um dos integrantes da Comissão Demarcadora de Limites do Tratado de 1777, Dr. José de Saldanha, nas imediações de onde hoje é a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ele assim define: "*Gauches* – palavra espanhola usada neste país para designar os vagabundos ou ladrões do campo que matam os touros chimarrões, tiram-lhes o couro e vão vender ocultamente nas povoações" (LESSA, 2008, p. 24).

Essa menção ao gaúcho como um homem vagabundo e fora-da-lei dita o tom que se dá ao que se chama de pré-gaúcho: bandoleiro, ladrão, bêbado, jogador, foragido, temido e perseguido. É essencialmente solitário, não tendo casa e nem família. Suas mulheres são as *chinas*: mulheres vendidas ou roubadas, geralmente de origem indígena, que criam seus filhos para serem livres, errantes e gaudérios, também sem lar ou fronteiras. Essas mulheres "são chamadas vulgarmente de chinas ou chinocas e quando não há em suficiente número à disposição, o gaúcho rouba-as,

segundo alguns autores, levando-as consigo por tempo imprevisível" (ZATTERA, 1995, p. 53).

Aos poucos, esse habitante dos pampas sulinos toma empregos e modifica seu caráter bandoleiro, tomando moradias fixas e trabalhando em estâncias. Há uma lenta mudança no modo de vida do gaúcho e em suas ocupações, como fica claro na descrição feita por Nicolau Dreys, em 1839, na Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul:

> Os *gaúchos* estão em todas as partes onde há estâncias ou charqueadas, em que servem de peões. Parecem pertencer a uma sociedade ágine, isto é, sem mulheres, tal como a dos antigos tártaros. Pelo menos, aparecem geralmente sem mulheres e manifestam mesmo pouca atração para elas (felizmente para seus vizinhos). Formaram-se originalmente do contato da raça branca com os indígenas. Sem chefes, sem leis, sem polícia, não têm da moral social senão as ideias vulgares, e sobretudo uma espécie de probidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefício ou de quem os emprega ou neles deposita confiança. Convencido de que não lhe faltará mantimentos enquanto o laço não lhe faltar, o gaúcho veste-se com o estritamente necessário. Ele parece apreciar o dinheiro menos para suprir suas decisões, que são poucas, do que satisfazer suas paixões ou alguns gostos instantâneos, que, como nas crianças, excitem sua cobiça passageira. Ele quer dinheiro principalmente para jogar. Por isso, enquanto tem dinheiro, pouco ele trabalha. O tempo ele passa a jogar, tocar ou escutar uma guitarra nalguma pulperia, e às vezes, porém com raridade, dançar uma espécie de chula grave, que vimos praticar por alguns. Pouca propensão parecem ter para os licores espirituosos, e a embriaguez é coisa quase nunca aparecida entre esses homens cujas disposições taciturnas e apáticas pouco se conciliam com a loquacidade e movimentos desordenados da bebedice (LESSA, 2008, p. 25).

Com a fixação do homem gaúcho nas estâncias e sua campanha na Revolução Farroupilha, se começa a atribuir valores heroicos ao homem gaúcho. É nesse momento que se forjam as matizes do gaúcho atual. Uma das obras literárias que teve grande influência nessa construção intelectual foi o poema "El Gaucho Martin Fierro", do argentino José Hernandez. Este poema teve grande aceitação e difusão pelo sul do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e seu trecho mais famoso aponta: "Não terá cova nem ninho, há de andar sempre fugido, sempre pobre e perseguido, como se fosse maldito; pois ser gaúcho... Caramba! Ser gaúcho é até um delito!".

É na segunda metade do século XIX que se tem um contexto de valorização do gaúcho e criação do que alguns autores chamam de "mito do gaúcho": a atribuição de valores e características heroicas a essa figura, intensificando o processo de construção da identidade cultural gaúcha atual. "As matrizes da identidade gaúcha foram forjadas no século XIX, pela historiografia e pela literatura, que constituíram uma caracterização

do gaúcho e um passado heroico para o Rio Grande do Sul, sendo transformados em representações hegemônicas, institucionalizadas pelo próprio governo do estado no século XX" (FELIPPI *in* FELIPPI; NECCHI, 2009, p. 38).

E é com a glorificação da Revolução Farroupilha e a derrota da Revolução Federalista que acontece esse processo de construção. Os fatos que compõem essas guerras disponibilizaram farto material para que o povo gaúcho moldasse sua identidade. "Não é, pois, improvável que tal cultivo do gauchismo, implementado logo em seguida à derrota dos federalistas, tenha colaborado para atenuar algumas feridas da guerra, na medida em que contribuía para mitificar uma figura social já desaparecida (o gaúcho livre e aventureiro), associada a um espírito guerreiro e de lealdade na sustentação de aspirações regionais contrariadas" (FALCÃO, 2000, p. 213).

Hoje, "gaúcho" tem um significado completamente diferente do que surgiu em idos de 1700. Zattera (1995, p. 93) aponta que gaúcho, no Brasil, é o homem que conhece seu Estado e respeita sua terra, que homenageia seu pago com suas músicas e suas poesias, estuda e historia sua raça e sua gente, cultiva seu chimarrão, sua pilcha e suas raízes. "Sabe, também, que ser gaúcho é ser único e aí está a beleza de sê-lo. Sabe ainda que ser gaúcho... é ser gaúcho, tchê! E isto basta".

1.3 Entidades Tradicionalistas – CTG, RTs, MTG, CBTG, CITG

Centros de Tradições Gaúchas – CTGs – Entidades filiadas às federações tradicionalistas, que têm como objetivo ser um núcleo de preservação dos costumes e tradições gaúchos. A organização administrativa dos CTGs mimetiza as estâncias gaúchas, e a diretoria (patronagem) é assim composta:

Presidente - Patrão
Vice Presidente - Capataz
Secretário - Sota capataz
Tesoureiro – Guaiaca ou Agregado das Pilchas
Orador- Xirú das Falas

Os Departamentos são as Invernadas (Social, Cultural, Artística, Campeira, Esportiva, Jovem). O Conselho (Deliberativo e Fiscal) é o conselho de Vaqueanos.

Regiões Tradicionalistas – São unidades administrativas do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que têm por finalidade agregar os CTGs ou entidades agrupados por localização ou afinidade geográfica. O intuito é facilitar a gestão e promover a interlocução entre as entidades e as federações. A estrutura é composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Guaiaca e Conselhos Fiscal e de Vaqueanos, além das diretorias das Invernadas (Social, Cultural, Artística, Campeira, Esportiva, Jovem). Destaca-se que nem todas as federações possuem divisões regionais, a depender da necessidade de organização e do número de entidades filiadas.

Movimento Tradicionalista Gaúcho – associação cívico-cultural sem fins econômicos, que objetiva promover a cultura e a defesa das tradições gaúchas, congregando os Centros de Tradições Gaúchas e preservando o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do movimento tradicionalista, constante na Carta de Princípios.

São 8 federações/Movimentos Tradicionalistas Gaúchos: Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Paraná; São Paulo; Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Planalto Central; e Amazônia Ocidental.

Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha – Fundada em 24 de maio de 1987, reúne os MTGs e institui os parâmetros nacionais para o tradicionalismo gaúcho.

Confederação Internacional da Tradição Gaúcha – Fundada em 21 de abril de 1984, congrega as confederações da tradição gaúcha (Brasil, Argentina, Uruguai, América do Norte) e as entidades tradicionalistas pelo mundo.

A Confederación Gaucha Argentina reúne as Sociedades Gaúchas, enquanto que, no Uruguai, a Patria Gaucha agrupa as Aparcerias ou Sociedades Criollas. A recém-criada Confederação Norte-Americana da Tradição Gaúcha tem associados nos Estados Unidos e Canadá. Países como China, França, Paraguai e Portugal têm, também, entidades tradicionalistas organizadas.

1.4 Carta de Princípios

A "Carta de Princípios" atualmente em vigor foi aprovada no VIII Congresso Tradicionalista, levado a efeito no período de 20 a 23 de julho de 1961, no CTG "O Fogão Gaúcho" em Taquara, e fixa os seguintes objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

I - Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.

II - Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.

III - Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.

IV - Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.
V - Criar barreiras aos fatores e idéias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.
VI - Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.
VII - Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.
VIII - Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.
IX - Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.
X - Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.
XI - Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos,
XVII - Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.
XVIII - Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.
XIX - Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.
XX - Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais.
XXI - Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.
XXII - Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.
XXIII - Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.
XXIV - Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros "Dias" respeitados publicamente.
XXV - Pugnar pela independência psicológica e ideológica do nosso povo.
XXVI - Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.
XXVII - Procurar o despertamento da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.
XXVIII - Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.

XXIX - Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.

1.5 Tese "O Sentido e o Valor do Tradicionalismo" – Barbosa Lessa

Esta tese foi escrita por Barbosa Lessa e aprovada no primeiro Congresso Tradicionalista, em Santa Maria - RS, em 1954. Trata-se de um documento que fundamenta a organização e ajuda a nortear o movimento que, na época, dava seus primeiros passos. Segue a íntegra da tese:

Na vida humana, a sociedade - mais que o indivíduo - constitui a principal força na luta pela existência. Mas, para que o grupo social funcione como unidade, é necessário que os indivíduos que o compõem possuam modos de agir e de pensar coletivamente. Isto é conseguido através da "herança social" ou da "cultura". Graças à cultura comum, os membros de uma sociedade possuem a unidade psicológica que lhes permite viverem em conjunto, com um mínimo de confusão. A cultura, assim, tem por finalidade adaptar o indivíduo não só ao seu ambiente natural, mas também ao seu lugar na sociedade. Toda a cultura inclui uma série de técnicas que ensinam ao indivíduo, desde a infância, a maneira como comportar-se na vida grupal. E graças à Tradição, essa cultura se transmite de uma geração a outra, capacitando sempre os novos indivíduos a uma pronta integração na vida em sociedade.

I - A DESINTEGRAÇÃO DE NOSSA SOCIEDADE

A cultura e a sociedade ocidental estão sofrendo um assustador processo de desintegração. Incluídas nesse panorama geral, a cultura e a sociedade de quaisquer dos povos ocidentais, necessariamente, apresentam, com maior ou menor intensidade, idêntica dissolução. É nos grandes centros urbanos que esse fenômeno se desenha mais nítido, através das estatísticas sempre crescentes de crime, divórcio, suicídio, adultério, delinqüência juvenil e outros índices de desintegração social.

Analisando tais circunstâncias, mestres da moderna Sociologia chegaram à conclusão de que problemas sociais cruciantes da atualidade são causados, ou incentivados, pelo relaxamento do controle dos costumes e noções tradicionais de cada cultura.

II - OS DOIS FATORES DE DESINTEGRAÇÃO

Sociólogos de renome afirmam que a desintegração social, característica de nossa época, é devida a dois fatores:
Primeiro: o enfraquecimento das culturas locais.
Segundo: o desaparecimento gradativo dos "Grupos Locais" comunidades transmissoras de cultura.

Analisemos, então, esses dois fatores.

a) O ENFRAQUECIMENTO DO NÚCLEO CULTURAL

A cultura de qualquer sociedade se compõe de duas partes. Há um núcleo sólido, de certa forma estável, constituído pelo PATRIMÔNIO TRADICIONAL. Nesse núcleo se concentram aqueles inúmeros hábitos, princípios morais, valores, associações e reações emocionais partilhados por TODOS os membros de determinada sociedade (como a linguagem, a indumentária típica, os princípios fundamentais de moral, etc. ou ainda, por TODOS os membros de certas categorias de indivíduos, dentro da sociedade (como as ocupações reservadas só às mulheres ou só aos homens, as reações emocionais típicas de todos os velhos ou de todas as crianças, bem como os conhecimentos técnicos reservados aos ferreiros, aos médicos, aos agricultores, etc.). Tais elementos culturais contribuem para o bem-estar da coletividade, pois o indivíduo fica sabendo como comportar-se em grupo, e qual o comportamento que pode esperar dos outros("expectativas de comportamento"). Em suma: o cerne cultural dá, aos indivíduos, a unidade psicológica essencial ao funcionamento da sociedade.

Mas, cercando o núcleo, existe uma zona fluída e instável, constituída por elementos culturais chamados, em sociologia, Alternativas, e que são traços partilhados apenas por ALGUNS indivíduos, representando diferentes reações às mesmas situações, ou diferentes técnicas para alcançar os mesmos fins. (Certa pessoa viaja a cavalo, fazendo o mesmo percurso que outra prefere realizar em carroça; certa pessoa sente-se tremendamente ofendida se alguém faz "crítica" a um defeito físico seu, enquanto outra se comporta resignadamente face a tais críticas; etc.)

É esta zona de Alternativas que permite à cultura crescer e acomodar-se aos avanços de uma civilização. Evidentemente, quanto maior for o entrechoque com culturas diversas, maior será a possibilidade de adoção de novas Alternativas, por parte dos membros de uma sociedade.

Quando a cultura de determinado povo é invadida por novos hábitos e novas idéias, duas coisas podem ocorrer: se o patrimônio tradicional dessa cultura é coerente e forte, a sociedade só tem a lucrar com o referido contato, pois sabe analisar, escolher e integrar em seio aqueles traços culturais novos que, dentre muitos, realmente sejam benéficos à coletividade; se , porém, a cultura invadida não é predominante e forte, a confusão social é inevitável: idéias e hábitos incoerentes sufocam o núcleo cultural, desnorteando os indivíduos, e fazendo-os titubear entre as crença e valores mais antagônicos. Quem mais sofre com essa confusão social - acentua o sociólogo Donal Pierson - são as crianças e os adolescentes, os responsáveis pela sociedade do porvir.

Crescendo nessas circunstâncias, a criança não sabe como agir, não é capaz de assumir, em seu espírito, qualquer expectativa clara de comportamento. E assim se originam, entre outros, os problemas da delinqüência juvenil, resultados de uma desintegração social.

Pois bem. Devido ao surto surpreendente do maquinismo em nossos dias, bem como da facilidade de intercâmbio cultural entre os mais diversos povos, observa-se que o núcleo das culturas locais ou regionais vai se reduzindo gradativamente, a ponto de se ver sufocado pela zona das Alternativas. E a fluidez naturalmente se acentua, à medida que as sociedades mantêm novos contatos com traços culturais diferentes ou antagônicos, introduzidos por viajantes ou imigrantes, ou difundidos por livros, imprensa, cinema, etc. Nossa civilização, antes alicerçada num núcleo sólido e coerente, transformou-se numa variedades de Alternativas, entre as quais o indivíduo tem que escolher.. Sem ampla comunidade de hábitos e de idéias, porém, os indivíduos não reagem com unidade a certos estímulos, nem podem cooperar eficientemente. Daí os conflitos de ordem moral que afligem o indivíduo, fazendo atarantar-se sem saber quais as opiniões e os valores que merecem acatamento.

Essa insegurança reflete-se imediatamente na sociedade como um todo e, consequentemente no Estado, pois, conforme ensina Ralph Linton "embora os problemas de organizar e governar Estados nunca tenham sido perfeitamente resolvidos, uma coisa parece certa: se os cidadãos tiverem interesses e culturas comuns, com a vontade unificada que daí advém, quase qualquer tipo de organização formal de governo funcionará eficientemente; mas se isso não se verificar, nenhuma elaboração e padrões formais de governo, nenhuma multiplicação de lei, produzirá um Estado eficiente ou cidadãos satisfeitos".

b) O DESAPARECIMENTO DOS "GRUPOS LOCAIS"

As duas unidades mais sociais mais importantes, como transmissoras de cultura, são a "família" e o "grupo local". Através dessas duas unidades, o indivíduo recebe, com maior intensidade, a sua "herança social".

São exemplos de "grupo local", em nossa sociedade, o "vizindário" ou "pago" das populações rurais, bem como as pequenas vilas do interior, ou ainda (um exemplo do passado) os bairros com vida própria das cidades de há alguns anos atrás.

Por "grupo local" entende-se o agregado de famílias e de indivíduos avulsos que vivem juntos em certa área, compartilhando hábitos e noções comuns.

Embora não tenha organização formal (como o distrito ou o município), o "grupo local" é a unidade social autêntica. O "pago", por exemplo, influencia a vida dos seus membros, estabelece limites à vida social (quais as famílias que podem ser convidadas para as festas) , mantém elevado grau de cooperação entre os indivíduos, pois todos devem se auxiliar (antigos trabalhos de puxirão) e cada qual tem consciência desse dever de auxílio mútuo. O Indivíduo conhece perfeitamente os costumes e os princípios morais instituídos pelo seu "pago"; além disso, há um conhecimento íntimo entre os membros de um mesmo "pago" (conhecem-se até os animais objetos pertencentes aos vizinhos). Todas essas circunstâncias influem para que o "grupo local"

se constitua numa potente barragem para as transgressões à ordem pública ou à moral (furto, sedução, adultério, etc.). Ademais, embora não tenha um meio de reação formal(como a polícia), o "grupo local encerra grande força punitiva, através de medidas como a perda de prestígio, o ridículo, o ostracismo. Certamente já depreendemos, então, a grande importância de que se reveste o "grupo local" para assegurar a normalidade da vida comum, segundo os padrões culturais instituídos pelo grupo.

Acresce notar o seguinte: o integrar-se a um "grupo local" constitui verdadeira NECESSIDADE PSICOLÓGICA para o indivíduo normal. Este precisa de uma unidade social coesa, maior que a família, dentro da qual sinta que outros indivíduos são seus amigos, que compartilham suas ideias e hábitos. Tanto é verdade que o indivíduo se sente inseguro quando se vê só entre estranhos.

Pois bem. O enfraquecimento da vida grupal - conforme acentuou Ralph Linton - é outra característica de nossa época. As unidades sociais pequenas estão gradativamente desaparecendo, e cedendo lugar às massas de indivíduos. Nas zonas rurais, os "grupos locais" ainda conservam um pouco de sua função como portadores de cultura; mas, em geral - devido ao afluxo de Alternativas - os jovens discordam dos padrões culturais antigos; acontece, porém, que a sociedade mais ampla - com a qual o jovem entra em contato por meio da imprensa, do rádio e cinema - ainda não têm padrões coerentes de vida para oferecer-lhes. Daí a insegurança que começa a notar-se em nossa sociedade rural.

Se nas zonas rurais se percebe apenas uma insegurança incipiente, apenas o relaxamento das forças do "grupo local" , o que se percebe nas cidades é a desintegração total dessas forças. A mudança de padrões culturais, em nossos dias, tem sido tão rápida que, em geral, o adulto de hoje teve sua infância condicionada à vida segundo as bases do "grupo local". Ensinaram-lhe a esperar dos seus vizinhos encorajamento e apoio moral; e quando esses vizinhos se afastam, o indivíduo se sente perdido. Ele escolhe entre muitas Alternativas, mas não dispõe de meios para estabelecer contato com outros que tenham feito, escolha semelhante.

Sem o apoio de um grupo que pense do mesmo modo, é - lhe impossível sentir-se seguro a respeito de qualquer assunto. E assim o indivíduo torna-se presa fácil de qualquer propaganda insistente, (quer seja a má propaganda, quer seja a boa propaganda).

Por isso, Ralph Linton escreveu "A cidade moderna, com sua multiplicidade de organizações de toda a espécie, dá a imagem de uma massa de indivíduos que perderam seus "grupos locais" e estão tentando, de maneira tateante, substituí-los por alguma outra coisa. De todos os lados surgem novos tipos de agrupamentos, mas até agora nada foi encontrado, que pareça capaz de assumir as principais funções do "grupo local". Ser membro do Rotary Club, por exemplo, não substitui adequadamente a posse de vizinhos e amigos tal como se verifica nos grupos locais".

O MOVIMENTO TRADICIONALISTA RIO – GRANDENSE

O movimento tradicionalista rio-grandense - que vem se desenvolvendo desde 1947, com características especialíssimas - visa precisamente combater os dois reconhecidos fatores de desintegração social. O fundamento científico deste movimento encontra-se na seguinte afirmação sociológica: "Qualquer sociedade poderá evitar a dissolução enquanto for capaz de manter a integridade de seu núcleo cultural. Desajustamentos, nesse núcleo, produzem conflitos entre indivíduos que compõem a sociedade, pois esses vêm a preferir valores diferentes, resultando, então, a perda da unidade psicológica essencial ao funcionamento eficiente de qualquer sociedade".

Através da atividade artística, literária, recreativa ou esportiva, que o caracteriza - sempre realçando os motivos tradicionais do Rio Grande do Sul - o Tradicionalismo procura, mais que tudo, reforçar o núcleo da cultura rio-grandense, tendo em vista o indivíduo que tateia sem rumo e sem apoio dentro do caos de nossa época.

E, através dos Centros de Tradições, o Tradicionalismo procura entregar ao indivíduo uma agremiação com as mesmas características do "grupo local" que ele perdeu ou teme perder: o " pago". Mais que o seu "pago", o pago das gerações que o precederam.

Cada Centro de Tradições Gaúchas, em si, é um novo "Grupo Local". E à medida que surgem novos Centros, em todos os municípios do Rio Grande do Sul, vai o Tradicionalismo confundindo-se com o Regionalismo, pois opera para que todos os indivíduos que compõem a Região sintam os mesmos interesses, os mesmos afetos, e desta forma reintegrem a unidade psicológica da sociedade regional. E com isso o Tradicionalismo pode se transformar na maior força política do Rio Grande do Sul. Para evitar confusão de "política" com "política partidária", expressemo-nos assim: O Tradicionalismo pode constituir-se na maior força a auxiliar o Estado na resolução dos problemas cruciais da coletividade.

Para compreendermos tal afirmativa, basta repetir a transcrição já feita: "Se os cidadãos tiverem interesses e culturas comuns, com vontade unificada que daí advém, quase qualquer tipo de organização formal de governo funcionará eficientemente. Mas, se isso não se verificar, nenhuma elaboração de padrões formais de governo, nenhuma multiplicação de lei, produzirá um Estado eficiente ou cidadãos satisfeitos.

O SENTIDO DO TRADICIONALISMO

O Tradicionalismo consiste numa EXPERIÊNCIA do povo rio-grandense, no sentido de auxiliar as forças que pugnam pelo melhor funcionamento da engrenagem da sociedade. Como toda experiência social, não proporciona efeitos imediatamente perceptíveis. O transcurso do tempo é que virá dizer do acerto ou não desta campanha cultural. De qualquer forma, as gerações do futuro é que poderão indicar, com intensidade, os efeitos desta nossa - por enquanto - pálida experiência. E ao dizermos isso, estamos acentuando o erro daqueles que acreditam ser o Tradicionalismo uma tentativa estéril de "retorno ao passado". A realidade é justamente o oposto: o Tradicionalismo constrói para o futuro.

Feitas estas considerações preliminares, podemos tentar um conceito do movimento tradicionalista. E então diremos:

"Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranqüilidade na vida comum".

CARACTERÍSTICAS DO TRADICIONALISMO

Mais do que uma teoria, o Tradicionalismo é um movimento. Age dentro da psicologia coletiva. Sua dinâmica realiza-se por intermédio dos Centros de Tradições Gaúchas, agremiações de cunho popular que têm por fim estudar, divulgar e fazer com que o povo "viva" as tradições rio-grandenses.

O Tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente POPULAR, não simplesmente intelectual. É verdade que o tradicionalismo continuará sendo compreendido, em sua finalidade última, apenas por uma minoria intelectual. Mas, para vencer, é fundamental que seja sentido e desenvolvido no seio das camadas populares, isto é, nas canchas de carreiras, nos auditórios de radioemissoras, nos festivais e bailes populares, na "Festas do Divino" e de "Navegantes", etc.

Para alcançar seus fins, o Tradicionalismo serve-se do Folclore, da Sociologia, da Arte, da Literatura, do Esporte, da Recreação, etc. Tradicionalismo não se confunde, pois, com Folclore, Literatura, Teatro, etc. Tudo isso constitui MEIOS para que o Tradicionalismo alcance seus fins. Não se deve confundir o Tradicionalismo, que é um movimento,, com o Folclore, a História, a Sociologia, etc., que são ciências. Não se deve confundir o folclorista, por exemplo, com o tradicionalista: aquele é o estudioso de uma ciência, este é o soldado de um movimento. Os Tradicionalistas não precisam tratar cientificamente o folclore; estarão agindo eficientemente se servirem dos estudos dos folcloristas, como base de ação, e assim reafirmarem as vivências folclóricas no próprio seio do povo.

AS DUAS GRANDES QUESTÕES DO TRADICIONALISMO

Existem duas questões importantíssimas, que de maneira nenhuma podem ser descuidadas pelos tradicionalistas, sob pena deste esforço cultural se desenhar, de antemão, como uma experiência fracassada.

a) ATENÇÃO ESPECIAL ÀS NOVAS GERAÇÕES

Deve, o Tradicionalismo, operar com intensidade no setor infantil ou educacional, para que o movimento tradicionalista não desapareça com a nossa geração. Porque nós - os tradicionalistas de primeira arrancada - entramos para os Centros de Tradições Gaúchas movidos pela necessidade psicológica de encontrar o "grupo local" que havíamos perdido ou que temíamos perder. Mas as gerações novas

não chegaram a conhecer o grupo local como unidade social autêntica, e somente seguirão nossos passos por força de impulsos que a educação lhes ministrar.

Por isso não temo afirmar que o dia mais glorioso para o movimento tradicionalista será aquele em que a classe de Professores Primários do Rio Grande do Sul - consciente do sentido profundo desse gesto, e não por simples atitude de simpatia - oferecer seu decisivo apoio a esta campanha cultural.

Aliás, não se concebe que as Escolas Primárias continuem por mais tempo apartadas do movimento tradicionalista. Pois a maneira mais segura de garantir à criança o seu ajustamento à sociedade é precisamente fazer com que ela receba, de modo intensivo, aquela massa de hábitos, valores, associações e reações emocionais - o patrimônio tradicional, em suma - imprescindíveis para que o indivíduo se integre eficientemente na cultura comum.

b) ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO

A idéia nuclear das Tradições Gaúchas é a figura do campeiro das nossas estâncias. Por isso, é sumamente necessário que o Tradicionalismo ampare social e moralmente o homem do campo, para que um dia não se chegue à situação paradoxal de manter-se uma Tradição de fantasia, em que se tecessem hinos de louvor ao "Monarca das Coxilhas", ao "Centauro dos Pampas", e esse gaúcho fosse um desajustado social, um pária lutando febrilmente pela própria subsistência. A nossa cultura somente poderá se impor sobre as outras culturas, no entrechoque inevitável, se for suficientemente prestigiosa. Daí a razão por que precisamos mostrar às novas gerações - bem como àqueles que, vindos de terras distantes, acorrerem à nossa querência - que as tradições gaúchas são REALMENTE belas, e que o gaúcho merece realmente a nossa admiração.

O TRADICIONALISMO COMO FORÇA ECONÔMICA

Prestigiando as tradições gaúchas e prestando assistência moral e social ao homem do campo, o Tradicionalismo estará contribuindo de maneira inestimável para a solução do problema que ora sufoca a nossa vida econômica: o êxodo rural, a crise agrícola. É que, dentre as principais causas do êxodo rural, encontramos uma que foge ao âmbito dos fenômenos econômicos. Para proteger o homem do campo, e fazer com que ele permaneça no meio rural, não basta que o Estado lhe forneça meios econômicos mais seguros. Se o campesino acaso julgar que o lugar que lhe está reservado na sociedade encontra-se nas cidades, ele será um desajustado enquanto não realizar seu sonho de transferir-se para a cidade. Este fenômeno prende-se ao conceito sociológico de "status", que é a posição social de uma pessoa em relação a todas as outras com quem está em contato. Se "os outros" demonstram que certo indivíduo ocupa um "status" digno, ele fica satisfeito; mas se "os outros" demonstram o contrário, ele é, inconscientemente, levado a demonstrar habilidade, e, nesse afã, sempre deseja competir com os indivíduos que considera superiores, jamais com aqueles que considera inferiores. Assim sendo, se o campesino se considera inferior ao citadino,

mais cedo ou mais tarde tentará procurar a cidade, para ali competir com quem lhe rouba a posição social.

Prestigiando as tradições gaúchas, e prestando assistência moral e social ao homem do campo, o Tradicionalismo estará convencendo o campesino da dignidade e importância do seu "status". Estará, em suma, pondo em prática aquilo que o sanitarista Belizário Penna um dia salientou, mais ou menos nestes termos: "O Brasil é o país onde mais se fala em valorização. Valorização do café brasileiro, do dinheiro brasileiro, do algodão brasileiro, do boi brasileiro. Somente não se pensa na mais urgente e importante valorização: a do Homem brasileiro, a qual, por si só, estaria conduzindo a todas as outras".

1.6 Movimento Organizado – Primeiras entidades tradicionalistas, Grupo dos Oito, primeira Ronda Crioula e fundação do 35 CTG

Primeiras Entidades Tradicionalistas

LA CRIOLLA: Havia o surgimento de um sentimento nativista em todo o sul do Brasil, Argentina e Uruguai no fim do século XIX. Em 1894, o médico e poeta Elias Regules fundou uma entidade tradicionalista com o nome de Sociedad La Criolla (mais tarde, a Sociedad ganhou o nome dele, em sua homenagem).

> "A sociedade foi criada com o objetivo de resgatar, preservar e valorizar as tradições gauchescas no Uruguai. O discurso pronunciado por Regules, no primeiro ato oficial após a criação da agremiação, resume o pensamento que orientou aquele grupo de patriotas uruguaios: 'Não se acovarda quem conserva positivos entusiasmos pelas coisas da sua terra; não se apequena quem dentro do pago olha pra trás para alargar sua vista com quadro legendários de titãs; não vale menos quem através de centenas de hipocrisias com que nos movemos na incessante luta dos homens, sabe guardar intacta uma jovialidade sempre viva para fortalecer com ela a história dos seus antepassados'" (BASTOS, 2016, p.14-15).

GRÊMIO GAÚCHO: Em Porto Alegre, no dia 22 de maio de 1898, um grupo de homens, liderados pelo major João Cezimbra Jacques, criaram uma agremiação para conservar as tradições gaúchas. Era uma entidade voltada para fins recreativos, culturais, esportivos e, especialmente, voltada às coisas da tradição gaúcha. O Grêmio Gaúcho promovia festas, tertúlias, palestras e outras promoções do gênero, que "amenizavam a saudade da campanha, que se revigorava na vivência de usos e costumes que lhes eram tão caros, sobretudo, na exaltação cívico patriótica do pago" (BASTOS, 2016, p. 16-17).

OUTRAS AGREMIAÇÕES: Surgiram, ainda, outras entidades com caráter de preservação dos costumes gaúchos: a Sociedade Gaúcha Lombagrandense, em Novo Hamburgo, em 1938; o Clube Farroupilha, de Ijuí, em 1943.

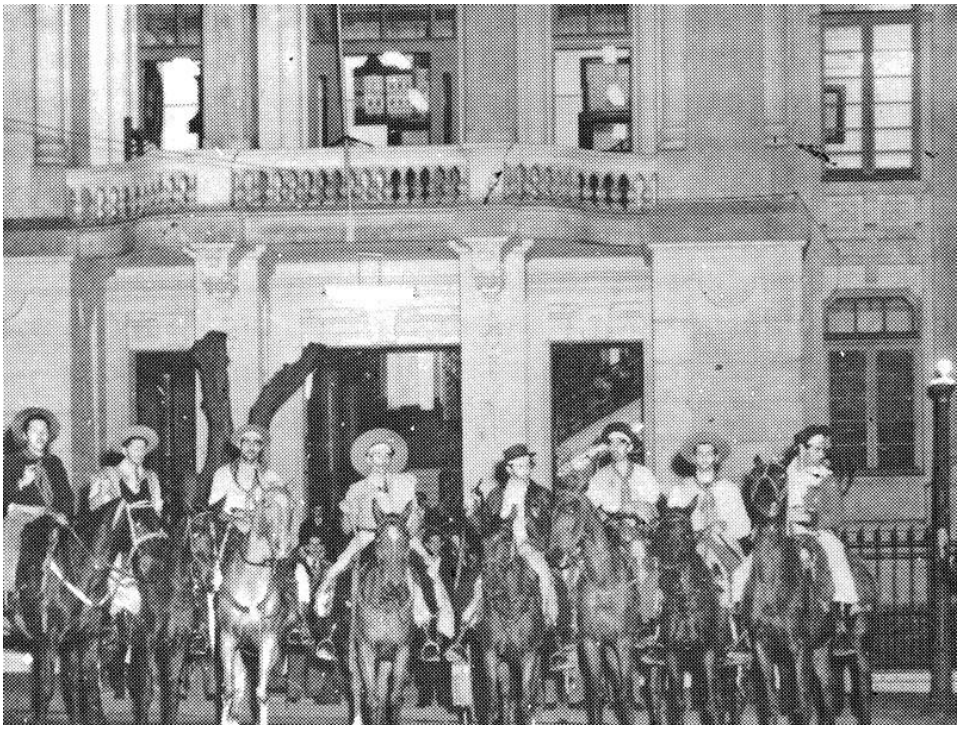
Piquete da Tradição – Grupo dos Oito e a Primeira Ronda Crioula

Nos anos 1940, os costumes gaúchos eram "coisa de gente do campo", ou seja, não eram bem-vistos dentre a população urbana. Havia uma tendência de copiar o "estrangeiro", as modas norte-americanas e a cultura importada. Tudo que era regional ganhava tom pejorativo.

Nesse contexto, o estudante João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes, então com 19 anos, reuniu alguns amigos e colegas do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre – RS, para fazer o movimento contrário: cultuar a tradição e a cultura dos antepassados, do homem gaúcho do campo, em ambiente urbano. Ele buscava um local em que pudesse usar bombachas, tomar chimarrão, contar causos e ouvir a música gaúcha sem preconceitos. Assim, em setembro de 1947, fundou o Departamento de Tradições Gaúchas do Colégio Júlio de Castilhos.

Já no início das atividades do grupo, Paixão Côrtes ficou sabendo do translado dos restos mortais do heroi farroupilha David Canabarro, e decidiu colaborar com as homenagens prestadas ao general da Guerra dos Farrapos. Uma comissão de estudantes do colégio, vestida a caráter com trajes gaúchos e montada a cavalo, iria receber e acompanhar o cortejo dos restos mortais de Canabarro.

Com a autorização do Exército Brasileiro, Côrtes partiu à organização do evento: conseguiu 14 pares de arreios emalados e buscou cavaleiros para acompanha-lo no desfile. Com muito esforço, arrebanhou sete companheiros, dentre colegas do Colégio, amigos e parentes. Com ele, estes formaram o Grupo dos Oito ou Piquete da Tradição, no dia 05 de setembro de 1947.



Integrantes do Grupo dos Oito:
- João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes
- Antônio João Sá de Siqueira
- Fernando Machado Vieira
- João Machado Vieira
- Cilço Araújo Campos
- Ciro Dias da Costa
- Orlando Jorge Degrazia
- Cyro Dutra Ferreira

OBS.: Luiz Carlos Barbosa Lessa não participou do Grupo dos Oito, mas passou a integrar as atividades logo depois, participando da fundação do 35 CTG.

Ainda durante as comemorações da Semana da Pátria, Paixão pediu autorização para retirar uma centelha do fogo simbólico da Chama da Pátria, no dia 07 de setembro. Esta chama, transportada em um candeeiro, foi a primeira Ronda Crioula (Ronda Gaúcha). Paixão Côrtes retirou a chama, acompanhado de Cyro Dutra Ferreira e Fernando Machado Vieira, que conduziram as bandeiras.

Até a meia noite do dia 20 de setembro, a Chama Crioula foi guardada pelo Departamento de Tradições Gaúchas do "Julinho", como era conhecido o Colégio, acompanhada de bailes, música gaúcha, comida e bebida tradicionais, fogo de chão, trovas, declamações e causos.

Fundação do 35 CTG

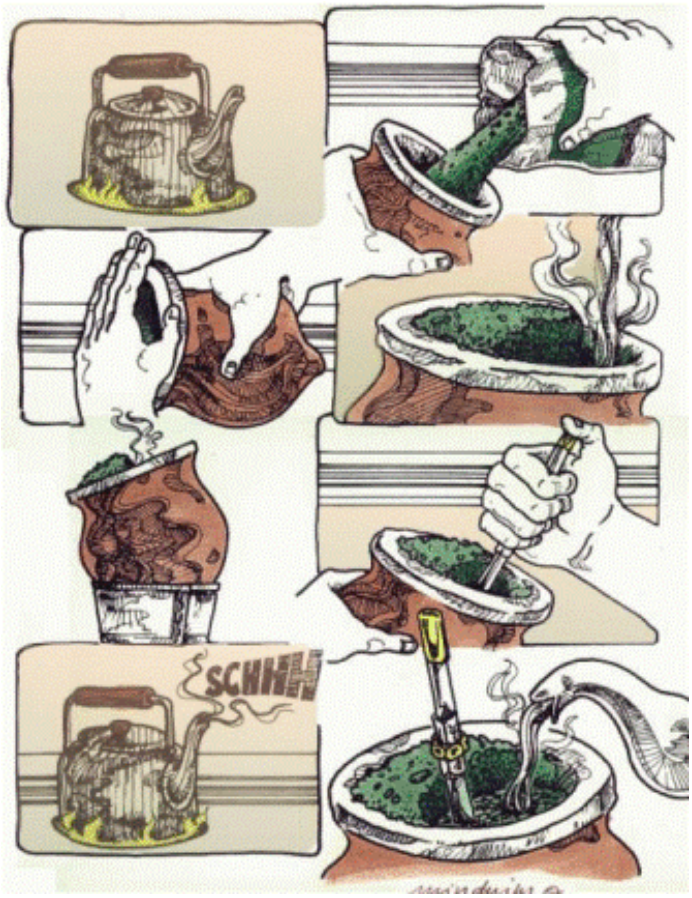
A partir dos encontros semanais do Departamento de Tradições do Julinho, surgiu a necessidade de criar uma entidade que pudesse dar continuidade à preservação das tradições fora do Colégio, já que muitos dos integrantes deixariam a escola no fim do ano. Barbosa Lessa encabeçou a iniciativa, e andava de caderninho em punho anotando os interessados em integrar esse "clube da tradição gaúcha".

Em 1948, surgia o 35 Centro de Tradições Gaúchas. Foi o primeiro CTG, assim nomeado por ser composto por 35 sócios iniciais. Sua organização, que buscava mimetizar a estância gaúcha, é utilizada até hoje nos CTGs de todo o mundo.

1.7 Chimarrão e Erva-Mate

O costume do chimarrão é um legado dos índios guaranis da região do Guairá (atual Paraná). Segundo Barbosa Lessa (2013, p.13), "os índios do Guairá eram mais fortes do que os guaranis de qualquer outra região, eram mais alegres e dóceis e possuíam usos e costumes característicos, ainda não observados em qualquer outra tribo da grande nação. Entre esses hábitos, um por certo despertou a curiosidade entre os homens de Irala [espanhóis]; tratava-se do uso generalizado de uma bebida feita com certas folhas fragmentadas, tomadas num pequeno porongo por meio de um canudo de taquara, em cuja base um paciencioso trançado de fibras impedia que as partículas da folha também fossem ingeridas".

Quando os espanhóis indagaram aos índios sobre de onde vinha essa bebida, responderam que a "caá-i" era de uso exclusivo dos pajés, quando praticavam magias, mas que havia sido permitido aos guerreiros para fortalecê-los durante lutas prolongadas em defesa do território. Depois disso, a bebida foi disseminada dentre todos os indígenas, por conta de seus efeitos estimulantes. As folhas utilizadas para a bebida eram facilmente encontradas, porque as árvores de "caá" (erveiras) eram comuns na região do Guairá.



Após o contato com a bebida, os espanhóis passaram, também, a utilizá-la, por conta das propriedades enaltecidas pelos índios. Seu uso logo chamou a atenção dos padres jesuítas, que não permitiram que se utilizasse, pelos cristãos, uma bebida que tinha propriedades desconhecidas que faziam referência à magia dos pajés. Entretanto, como o controle religioso dos padres no Novo Mundo não era efetivo dentre os espanhóis, logo as classes populares passaram a fazer uso do mate, buscando suas propriedades revigoradoras.

Depois de fracassada a campanha desmoralizadora com o argumento da religião, começou-se a vincular histórias de envenenamentos e intoxicações, para diminuir o uso da erva, relacionando com a possibilidade de os índios estarem envenenando o povo branco, misturando outras ervas tóxicas na erva-mate com o intuito de dizimar os invasores.

Contudo, mesmo assim, o uso continuou se espalhando dentre o povo interiorano, pois utilizavam as folhas da erva-mate para dar sabor à agua salobra dos rios, para facilitar a digestão da pesada alimentação baseada em carne e como revigorante para os soldados que realizavam marchas a pé, sob o sol escaldante. Aos poucos, então, a erva se tornou parte do cotidiano do povo.

A erveira (*Ilex paraguariensis*) se trata de uma árvore relativamente grande, com cerca de 6 a 8 metros, com folhas de contorno serrilhado. É uma planta nativa das matas sul-americanas, cujas sementes são distribuídas pelos pássaros. A cuia, feita do fruto da porongueira, era um recipiente rústico utilizado para bebidas pelo povo indígena peruano. O porongo, quando maduro, torna-se oco. Retiradas as sementes e seco o fruto, é possível utilizá-lo para fazer a cuia.

Na cultura gaúcha, a palavra "mate" significa tanto a bebida quanto sua medida, à semelhança de "um copo de água". Ex: "Tomei só uns três ou quatro mates e fui embora".

Os "avios do mate" são as peças que compõem o chimarrão. São estas: cuia, feita de porongo; e a bomba, de metal ou bambu. A bomba é composta pela haste (canudo metálico de 20 a 25 cm de comprimento), bocal (extremidade achatada que impede o fluxo excessivo de água) e peneira (com finalidade de coar a infusão da erva-mate).

O chimarrão tornou-se um símbolo da hospitalidade do gaúcho, pois, além de suas propriedades aquecedoras no inverno, permite a interação nas rodas de mate. Nas rodas de chimarrão, seguem-se costumes e rituais, como iniciar a roda pela direita do cevador; entregar a cuia com a mão direita; sorver o mate até o fim (o chamado roncar a cuia); entre outros.

1.8 Culinária Gaúcha

Como a atividade primordial dos gaúchos nos primeiros tempos foi a criação de gado, ele comia o que estava mais no seu alcance: a carne. E, para conservá-la por mais tempo, transformava parte em charque.

Não podendo perder tempo em grandes plantações, utilizava-se do vegetal que nascia com facilidade: batata doce, abóbora, mandioca, couve, repolho, trigo e arroz. As diversas combinações de carne: miúdos, e charque com vegetais citados, formam a rica culinária gauchesca, que não é constituída apenas pelo churrasco e arroz-de-carreteiro, como erroneamente se pensa.

Pode-se separar a culinária gaúcha em algumas regiões de colonização:

Zona de Colonização Italiana - consumo de polenta (farinha de milho), massas (farinha de trigo), aves, verduras e condimentos;

Zona de Colonização Alemã - consumo de batatas, carne de porco, salsichas, aves, presunto, queijos, manteiga, verduras, massas (farinha de trigo);

Zona da Orla Marítima - consumo de peixe, pirão (farinha de mandioca), rapadura, melado;

Zona da Campanha - consumo de charque, carne, arroz, feijão, farinha de mandioca, trigo, batata doce, mandioca, abóbora, couve, repolho;

Zonas Urbanas - mescla de todos esses hábitos alimentares, acrescido da cozinha francesa, especialmente.

Alguns dos pratos típicos mais comuns da culinária gaúcha são: churrasco, arroz-de-carreteiro, puchero, assado, dobradinha ou mondongo, mocotó, arroz de china pobre, linguiça campeira, ambrosia, arroz-doce ou arroz de leite, sagu, frutas em calda, frutas cristalizadas, doces de tacho (chimia, marmelada, etc), rapadura, balas de guaco, bolachas decoradas, bolo de milho, rosca de polvilho, pão-de-ló, baba-de-moça, cuca, bolos de frutas, entre tantos outros. Pode-se citar, ainda, as bebidas como vinhos de frutas, licores e chás de ervas.

1.9 Danças Gaúchas

> "A dança, como forma de expressão ou interpretação, acompanha a cultura de todos os povos. Quando ela adquire, também, uma função de preservação folclórica e tradicional, ganha características que transcendem a ela própria. Nesse caso deixa de ser uma forma simples de expressão da alma ou de representação para se tornar elemento de perpetuação através do fazer da tradição" (SAVARIS *in* PEREIRA, 2013)

As danças gaúchas se originaram das antigas danças brasileiras e das danças trazidas pelos imigrantes que aqui chegavam. "Essas danças possuíam algumas características dos ciclos coreográficos e aqui se 'agaucharam', adquirindo cor local" (MTG, 2016, p. 31).

"Os bailes em que eram elas dançadas denominavam-se *fandangos*, os quais, nos primeiros tempos, devido talvez à falta de música na província, ou mesmo pelas suas belezas em harmonia com aquelas épocas, constituíam os divertimentos dos salões das altas classes (antigos estancieiros); descendo até as senzalas dos peães, que mais tarde com suas chinas, eram os únicos apologistas dessas danças, cujos vestígios ainda se encontram na região serrana e na Serra Geral" (MEYER, 1954, p.15)

Em visita à comemoração do "Dia da Tradição Gaúcha" na Sociedad La Criolla, em Montevideo, Uruguai, uma comitiva do 35 CTG ficou maravilhada com a apresentação de danças típicas. A partir deste momento, se iniciou a inserção da mulher no tradicionalismo e os folcloristas João Carlos Paixão Côrtes e Luis Carlos Barbosa Lessa encabeçaram as pesquisas sobre os temas coreográficos gaúchos.

As danças tradicionais gaúchas foram compiladas por meio de pesquisas pelos jovens do 35 CTG e, depois, pelo Instituto Gaúcho e Pesquisas Folclóricas, nas décadas de 1970 e 1980. Algumas são de cunho folclórico e, outras, simples criações ou recriações do tradicionalismo gaúcho.

Ciclos Coreográficos: conjunto de danças que conservam as mesmas características principais durante um período de tempo.

Ciclo do Minueto: teve sua origem na França e se espalhou pelos salões da corte da Europa, sob o reinado de Luís XIV, a ponto de se tornara principal dança da aristocracia. Caiu em desuso no século XIX. A palavra "minueto" vem de "pas menu", que significa passo miúdo (mínimo gesto). É uma dança em andante, com a formação de figuras geométricas e mesuras. Quando tomados pelas mãos, o homem e a mulher o faziam de forma suave, executando giros lentos e reverências um para o outro.
Exemplos: chote inglês, queromana, passeio da roseira e do anu.

Ciclo do Fandango: A palavra "fandango" vem do latim "findiciare", que significa "tocar lira", instrumento usado pelos povoadores da Península Ibérica (Portugal e Espanha). Segundo alguns pesquisadores, teve origem na Espanha a partir da herança árabe deixada pelos mouros, e foi muito popular no século XVIII. Na alta sociedade portuguesa, substituiu o minueto (formando, inclusive, formas híbridas, como o minueto afandangado). Possui características voluptuosas, de galanteio e sedução, destacando os meneios femininos e o jeito galanteador do homem, com demonstrações de agilidade e exibicionismo.

> "O fandango difundiu-se largamente com nome e forma diversa em cada região. Já no Brasil, tornou-se mais apreciado no Nordeste e nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. No Rio Grande do Sul, o fandango chegou primeiramente com os tropeiros, na região serrana, e no litoral, com os açorianos e lagunistas" (PEREIRA, 2013, p. 49).

Num primeiro estágio (primitivo fandango gaúcho), era uma dança masculina sapateada, acompanhada de cantigas interpretadas ao som da viola, trazidas por açorianos e luso-brasileiros. Depois, surge o fandango-baile, com a presença feminina, que traz graciosidade e sedução. As mulheres se expressavam através de movimentos recatados e singelos (sarandeios), correspondendo aos movimentos galanteadores de seu par.
Exemplos: tatu com volta no meio, tirana do lenço, balaio.

Ciclo da Contradança: O nome original, "country dance", significa "dança campestre", e é oriunda da Inglaterra, das classes populares. Foi importada pelas cortes francesas, no reinado de Luis XIV, e era a dança protocolar de abertura dos bailes da corte no século XVIII. Em Portugal, ganhou o nome "quadrilha", por ser realizada por quatro pessoas, conforme a terminologia utilizada na Espanha e Itália.

> "A quadrilha chegou ao Brasil no século XIX, com a vinda da corte Real portuguesa e, rapidamente, essa dança de salão – típica da nobreza – caiu nas graças do nosso povo animado e festeiro. Ainda no Brasil, principalmente no Sul, as contradanças foram enriquecidas com a chegada dos açorianos

> e luso-brasileiros, de forma viva, alegre e descontraída" (PEREIRA, 2013, p. 151)

Exemplos: cana-verde, maçanico, pezinho, pau-de-fitas.

Ciclo das Danças de Pares Enlaçados: A primeira dança em que os pares se tomavam pelos braços foi a "volta", em Paris, 1536. Nas regiões campestres da Áustria e Alemanha, surgem as danças de pares enlaçados, com um grande destaque para a valsa (waltzen- dar voltas, em alemão).

> "Sua característica alegre e envolvente logo levou o ritmo à preferência de muitos, com exceção das classes aristocráticas e das camadas sociais mais altas, que a consideravam imoral e vulgal. Em algumas regiões da Inglaterra e em cortes alemãs, a dança foi proibida por décadas" (PEREIRA, 2013, p. 52).

A valsa venceu os preconceitos e ganhou as classes altas por ocasião do Congresso de Viena, em 1814 e 1815, que foi uma reunião internacional que estabeleceu o equilíbrio europeu após a derrota de Napoleão Bonaparte.
Exemplos: chote de sete voltas, chote carreirinho, havaneira marcada, rancheira de carreirinha.

Danças de Salão – Ritmos Gaúchos

Segundo o Compêndio Técnico de Danças de Salão do MTG-RS (MTG, 2008, p. 11), a "dança de sala" tem origem francesa. O primeiro baile das cortes foi o casamento de Carlos VI com Isabel de Baviera, em 1385, em Amies, e contou com a presença dos mais importantes membros da nobreza da época.

A França teve papel importante na difusão das danças de pares enlaçados, como a valsa, polca, chote e mazurca. Essas danças têm a particularidade do enlace dos pares (o homem com a mão na cintura da mulher e a outra, segurando-lhe a mão direita), considerado estimulante para homens e mulheres sujeitos aos rígidos padrões de comportamento da época.

Polonaise - Dança de partes dependentes, que compõem figuras pelo salão. Tem origem polonesa, adaptada a partir da marcha triunfal de antigos guerreiros poloneses. Inicialmente, era dançada apenas por homens, passando depois a ter pares mistos, ordenados pelo grau de nobreza e idade. Na tradição gaúcha, é dançada em passos e/ou marcações de marcha, com características vivas, alegres e descontraídas. "Também é dançada em abertura de bailes ou em pontos culminantes de festividades, além de muito requisitada nas regiões de imigrantes alemães e poloneses" (MTG, 2016, p. 39).

Marcha – ritmo alegre e contagiante, ganhou os salões a partir do início do século XX. Sofreu influência do One Step americano e das marchas carnavalescas

brasileiras (que imitavam o requebrado dos negros, conforme avançavam nos blocos de rua ao ritmo da música).

Bugio – Ritmo autenticamente gaúcho. O gênero musical é tocado em gaita de botão e imita o ronco do bugio, primata nativo do sul do Brasil, a partir do jogo de foles. De forma similar, os passos de dança são realizados com saltos laterais que simulam o caminhar do macaco nos galhos de árvores. Foi dançado pela primeira vez em ambiente social em apresentação do 35 CTG, durante as festas juninas de 1952, em Porto Alegre.

Polca – Dança viva e alegre, trazida pelos imigrantes alemães. Geralmente é associada a brincadeiras de salão, como a polquinha, "limpa banco", polca das damas, polca das cadeiras e polca de relação.

Vaneira (habaneira ou havaneira) - Dança de origem afro-cubana (Havana-Cuba), popularizou-se nos salões de baile europeus, de onde foi trazida para o Brasil em 1866. Aqui, se adaptou e teve seu andamento alterado, adquirindo grande popularidade. Quando em ritmo acelerado, pode ser chamada Vaneirão.

Valsa – Considerada a rainha das danças de pares enlaçados, surgiu na área campestre da Áustria e ganhou notoriedade nos salões de Viena. No Congresso de Viena, após a derrota de Napoleão, a reunião que era para ser de cunho político se tornou uma fabulosa festa com a duração de cinco meses. Nessa ocasião, popularizou-se a valsa dentre os diplomatas do Velho Mundo. "Aqui, a valsa chegou por volta de 1820. Perdendo sua clássica marcação vienense, transformou-se na valsinha campeira. Manteve o ritmo três por quatro e há mais de 170 anos delicia e tonteia os peões e prendas por este Rio Grande afora"(CAMARGO, 2000, p. 145).

Mazurca – dança de origem alemã, entrou no Brasil depois da Polca (1820-1850) e difundiu-se após a popularização do rádio. De seu ritmo ternário com acentuação no segundo passo, originou-se a rancheira, o terol, a mazurca marcada e a mazurca galopeada.

Rancheira – Na Argentina, a mazurca deu origem à "mazurca de rancho", que originou a rancheira. Pode ser dançada de forma enlaçada ou em fileiras, que formam figuras pelo salão, em que o passo básico é entremeado com sapateios e sarandeios.

Terol – Assim como a rancheira, o terol é derivado da mazurca. É dançado de forma salpicada ou "puladinha" e sem acentuação destacada em nenhum dos três tempos musicais.

Chote – "O imigrante alemão aqui chegado em 1824 trouxe em sua bagagem cultural gêneros musicais e motivos coreográficos que sobrevivem até hoje. Dentre estes, o chote e a polca" (CAMARGO, 2000, p. 146). A palavra chote deriva de

"Schottish", que significa "escocês", e sua origem é incerta, mas foi difundido pelos imigrantes alemães em território brasileiro, em especial no Nordeste e Rio Grande do Sul. Em cada região, adaptou-se de forma particular: no gauchismo, é dançado de forma largada, oportunizando a teatralidade e criatividade no chote afigurado.

Chimarrita ou chamarra – Introduzida pelos colonos açorianos no Rio Grande do Sul, espalhou-se pelo sul da América e deu origem ao chamamé na Argentina (na província de Corrientes).

Chamamé – A dança e a música surgiram a partir da chimarrita, adaptada pela tribo guarani "Kaiguá", situada na fronteira entre Corrientes e o Brasil. Dentre os indígenas, era dançada ao som de um tambor redondo e largo, de uma flauta de taquara e de uma guitarra de cinco cordas (m'baracá). A origem do termo "chamamé" seria na frase guarani "che amoa memé", que significa "te dou sombra constantemente", "te protejo". "O chamamé traduz a natureza, que uniu a alma ao espírito do Guarani" (MTG, 2016, p. 95-97). Pode ser dançado de forma valseada ou marcada. O chamamé valseado e a adaptação do passo da rancheira e da polca paraguaia no ritmo do chamamé, não sendo tão cansativo quanto os saltos de polca realizados no chamamé marcado. "No chamamé valseado, o par fica mais à vontade para realizar o trinômio ritno, compasso e harmonia" (CAMARGO, 2000, p. 149).

Milonga – a palavra tem origem africana, do plural de "Melunga", que significa "conversalhada", "cantares". É uma música crioula, platina, cantada ao som de guitarra (violão), que se popularizou em 1870, com formas variadas: desde as mais simples, como a Milonga de Aprendiz, até as mais complexas, como a de Contraponto (executada para desafios de trovas e Pajadas). Na dança, suas variantes são a Milonga Rio-Grandense, a Milonga Vaneirada e a Milonga Arrabalera (ou Tangueada).

Danças Birivas

As danças birivas preservam as danças dos tropeiros. Faziam parte dos momentos de descanso e descontração dos tropeiros – birivas – nos acampamentos e nas festas. A principal característica destes bailares é de serem somente masculinas.

Chico do Porrete: dança de desafio, exige resistência física e destreza. Os principais movimentos consistem na passagem de um bastão por entre as pernas e nos sapateios vigorosos.

Dança dos Facões: bailada em grupos. Cada homem porta dois facões e cadencia a música com batidas esgrimadas. Exige destreza e precisão, para evitar acidentes e cortes. Pode ser dançada em uma só fila ao redor do salão ou em grupos que se confrontam.

Fandango Sapateado: Depois de bailar em círculo, cada cavaleiro vai ao meio da roda para exibir sua capacidade e teatralidade, com figuras solo sapateadas. Composto por figuras como carneirão, serra e puxa, martelão, martelinho, olha os dois, olha os três,

redobrado, saracura, redemoinho, machadinho, parafuso, olha o bicho, urubu e caçador.

Chula: executada por duplas, em desafio. Os chuleadores se confrontam, querendo mostrar suas habilidades através de sapateados e movimentos gestuais, por cima de uma lança colocada no chão.

1.10 Lida campeira

"O gaúcho é uma nomenclatura usada pelos viajantes em geral, para determinar a figura campeira que cavalga e lida com o gado cavalar e vacum pelos prados das três fronteiras, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul" (ZATTERA, p. 70).

A lida do gaúcho do campo tem ricas manifestações culturais. Não se pode falar em gauchismo sem se falar na relação do homem do campo com seu cavalo, legado deixado pelos índios pampeanos charruas. O gaúcho nasce "cavaleiro por definição e vivendo do que arrecada como guia, changador, arrimado ou agregado, peão, vaqueiro, ginete e domador" (ZATTERA, p. 42).

Essa relação, firmada durante a formação da identidade cultural gaúcha, se concretiza no momento de fundação do movimento cultural: o desfile a cavalo em 07 de setembro de 1947. "O movimento tradicionalista nasceu a cavalo", destaca Barbosa Lessa (2008, p. 69).

Como conta Zatti (1994, p. 30), o que os CTGs querem manter vivas com as invernadas campeiras são as tarefas que eram executadas nos rodeios das estâncias (doma, tiro de laço, pealo, entre outras). Esses rodeios (ato de reunir o gado,

repontando-o até lugar aberto no campo) eram motivados pelas contagens, marcação, apartação, capa, vacinação, cura de bicheiras, etc.

Outras atividades campeiras cotidianas são o aparte, que é a seleção de cabeças de gado a serem separadas do rebanho para abate, procriação ou marcação; a castração, retirada dos órgãos reprodutores dos bois machos que não serão utilizados para reprodução; a esquila, ato de cortar a lã dos ovinos; dentre outras.

Assim, o gaúcho é formado por três elementos indissociáveis: homem, cavalo e boi. O gado é a maior riqueza econômica das estâncias; o cavalo, o mais valioso bem individual do gaúcho, amigo e companheiro. "É o cavalo, em nossa rica linguagem regionalista, chamado carinhosamente de 'pingo'. É ele, o centro das atrações nas carreiradas, tropeadas, rodeios, campereadas, marcações, domas, e especialmente nos desfiles comemorativos" (ZATTI, 1994, p. 45).

No Rodeio Crioulo Nacional, são realizadas as provas de Laço (individual, em duplas, trios ou em equipes), Rédeas, Chasque e Gineteada.

Equinos

Os cavalos foram introduzidos na América do Sul pelos europeus, depois do descobrimento. A partir de 1536, os espanhóis já trazem cavalos à América do Sul, e em 1580 já haviam manadas de cavalos chimarrões (xucros), tanto na pampa uruguaia quanto no sul do Brasil. Quando chegaram os padres jesuítas, em 1626, já encontraram os índios charruas e minuanos montando cavalos.

O cavalo foi trazido para o Rio Grande do Sul do Uruguai, pelos padres missioneiros, seguindo a mesma rota do gado "franqueiro" ("aspas longas"). Essa raça bovina ainda é parte importante da tropa no sul do Brasil.

Para o gaúcho, não importa muito qual a raça do cavalo, mas sua utilidade e adequação à atividade. O cavalo crioulo é resultado do aprimoramento genético dos cavalos trazidos da Europa para a pampa, apresentando características muito adequadas para a lida com o gado, rústicos, fortes e hábeis nas manobras rápidas em espaços reduzidos.

O cavalo (do latim, *caballu*), quando não castrado, denomina-se garanhão ou bagual. O cavalo novo, macho, se chama potro, a fêmea é potranca.

O burro ou asno (*Equus africanus asinus*) também é chamado de jumento, jegue, jerico ou asno-doméstico (especialmente no nordeste do Brasil). Possui focinho e orelhas compridas, e porte geralmente menor do que os cavalos. São utilizados desde os tempos pré-históricos como animais de carga, mas também como animais de montaria, especialmente para cavalgadas.

As mulas são animais resultantes do cruzamento do Burro com a égua e se tratam de animais estéreis – que não produzem filhotes. Os muares eram utilizados pelo gaúcho apenas como riqueza comercial, para venda, por não serem apreciados como montaria, segundo Zatti (1994, p. 46).

Encilha

Encilhar é colocar os arreios no animal. A encilha se compõe de várias peças colocadas sobre o lombo dos animais, chamadas arreios. Os aperos designam especificamente as partes dos arreios que servem para o governo, segurança e ornamento do animal (rédeas, cabeçada, cabresto, buçal, peitoral, rabicho, maneia, etc.).

Buçal e cabresto: A primeira parte da encilha é o buçal, para segurar e amarrar o pingo. Também é importante fazer uma boa escova, para tirar gravetos e torrões de terra que ficam no lombo do cavalo, podendo ocasionar ferimentos. O buçal é uma peça complexa que vai na cabeça e no pescoço do cavalo. Além da cabeçada, há nele a "pescoceira" e a " focinheira", ligadas por duas argolas, e a "sedeira". À argola inferior prende-se o cabresto.

Xergão ou baixeiro: primeira peça de encilha colocada no lombo do animal. É um retângulo de lã de ovelha, que serve de forro para a encilha.

Carona: peça retangular irregular, com duas abas, que vai sobre o baixeiro. Serve para impedir o suor do animal de passar para os arreios, o que poderia apodrecer as peças de encilha.

Basto: tipo de arreio simples. Diferencia-se da sela por sua composição e formato. Pendurados aos dois lados dos bastos, estão os loros e os estribos.

Cincha: peça que aperta e firma os arreios. Composta por travessão, barrigueira, látego (para apertar) e sobrelátego (para regular). É colocada no "osso do peito" do cavalo, para não machucar o animal e nem afrouxar os arreios.

Peiteira: peça de uso opcional, presa às argolas da cincha. É usada em regiões de relevo acidentado, para impedir que os arreios deslizem para trás.

Rabicho: peça de uso opcional. Alça que passa por baixo da cola (rabo) do cavalo, fixado na parte de trás dos bastos. Não permite que os arreios deslizem para a frente.

Pelego: pele de ovelha sovada, serve para amaciar a encilha e proporcionar conforto ao cavaleiro.

Cochonilho: falso pelego, tecido em tear com fios de algodão ou lã, brancos ou pretos.

Badana: peça retângular, de pele curtida, bastante macia. De uso opcional. Utilizada bastante no verão, para não esquentar muito, e ao ir para bailes ou missas, para não ter na roupa fios do pelego.

Sobrecincha: serve para firmar com maior segurança todas as peças de encilha. Composta por travessão, barrigueira, látego e sobrelátego, além do cinchador.

Laço: o gaúcho de antigamente não saía de casa sem o laço, atado nos tentos do basto e apresilhado no cinchador. O laço é feito de tentos de couro trançado, podendo ser chumbado ou não.

Freio: Peça de metal que vai na boca do cavalo, apresilhado por uma barbela de metal que passa no queixo do animal. Inclui a cabeçada, testeira e as rédeas. Pode ser colocado antes do baixeiro ou ao final da encilha. Quando na lida de campo, em que é preciso ter o controle do animal desde o início da encilha, se coloca o freio antes do

baixeiro. Nos rodeios, cavalgadas e atividades recreativas, quando o cavalo está amarrado, se coloca o freio por último, ao final da encilha.

Por fim, não esqueça: cavalo encilhado se monta!

1.11 Indumentária

Indumentária ou pilcha gaúchase refere à roupa utilizada pelo gaúcho, que é resultado da miscigenação de culturas e histórias dos povos que imigraram para a região sul do continente, como alemães, italianos, portugueses, eslavos, entre outros. Seus traços são retratados até hoje em nossas vestes, que são utilizadas como motivo de orgulho em memória do pago, ou ainda como forma de expressão da identidade do gaúcho.

As formas de vestir do gaúcho permeiam várias épocas e classes sociais. Os relatos sobre as roupas e formas de trajar iniciam em 1620, com o traje indígena, os primeiros habitantes que aqui foram encontrados pelos imigrantes e jesuítas, e permanecem em constante evolução até os dias de hoje, fundamentando o que chamamos de traje atual. Tem-se então os quatro principais complexos da indumentária gaúcha:

- Peão das Vacarias - China das Vacarias (1730 – 1820);
- Patrão das Vacarias - Estancieira Gaúcha (1730 – 1820);
- Chiripá Farroupilha - Mulher Gaúcha (1820 – 1865);
- Gaúcho Atual - Prenda Tradicionalista (1865 – dias atuais).

Traje Indígena (... – 1620)

Traje Primitivo (1730-1820): considerado traje das classes sociais mais baixas, como camponeses e peões de estância, observa-se a simplicidade de tecidos e falta de acabamentos mais refinados.

- Patrão das Vacarias - Estancieira Gaúcha; (1730 – 1820): Neste traje, o requinte dos tecidos, detalhes e aviamentos, utilizados pelas classes sociais mais abastadas, trazem a influência europeia dos imigrantes. Observa-se que as mulheres utilizam acessórios, joias, bem como cabelos em coques, o que evidenciava a nobreza. Os homens, botas de couro tratado, casacas e lenços para se proteger, bem como detalhes em seda, que evidenciam a classe social à qual pertencem.

- Chiripá Farroupilha-Mulher Gaúcha (1820 – 1865): Considerado traje da classe social mediana, como donos de pequenas estâncias, ou ainda capatazes de estancias maiores, que tinham a confiança dos patrões. Observa-se que a mulher tenta se assemelhar às estancieiras, calçando sapatos, bem como utilizando vestes mais sisudas e enfeites nos cabelos.

- Gaúcho Atual - Prenda Tradicionalista (1865 – dias atuais): Este complexo da indumentária retrata a evolução das indumentárias desde 1865 até os dias atuais, sendo utilizada por todas as classes sociais, não mais deixando claro nas vestes seu poder econômico, bem como permitindo impressão da personalidade da prenda ou peão na forma de vestir. Permite, ainda, uma vasta gama de cores, estampas e detalhes, utilizando sempre do bom senso e devendo respeitar às diretrizes de indumentária de cada MTG.

1.12 Música e Instrumentos musicais

São considerados instrumentos musicais característicos da tradição gaúcha, no Regulamento Artístico da CBTG: violão/viola (10 ou 12 cordas), violino, rabeca, gaitas (gaita piano, gaita de botão, gaita de boca), pandeiro e bombo legüero artesanal.

> "Os primeiros povoadores lusitanos vieram de São Paulo, via Laguna, e pela praia desceram até os campos do Viamão e as águas do Guaíba. Eram uns pobres desgarrados, jogados a um incerto destino nessas solidões. Para espantar a solidão, cantavam, ao som da velha viola sertaneja. Mas muito sofreu a viola, coitada, com o clima destas paragens, os extremos de calor e frio que a maltratavam, e o rigor da umidade, que a destemperava.
>
> Até que vieram colonos italianos e passaram a fabricar, aqui mesmo, a gaita-de-foles, já apreciada em Portugal, mas que para aqui não transmigrara. Esta, sim! Resistia à chuva, sem desafinar. À garupa do cavalo, aguentava firme às mais distantes troteadas. E, num baile de rancho, seu sonido forte contagiava de alegria a moçada. Resultado: a viola sumiu.
>
> Mas no rastro da viola desaparecida, veio um dia se imiscuindo, desde a fronteira do Uruguai e de Corrientes, na Argentina, a guitarra, ou violão. Que reabilitou o prestígio dos cantores, com uma voz solista unificando prosa, verso e música na emotiva palpitação da milonga. E que se uniu à gaita, em dueto, para juntas expressarem a campeira alegria de viver" (LESSA, 2006, p. 52).

1.13 Jogos Tradicionalistas

Os jogos tradicionalistas são atividades recreativas e competitivas em que o gaúcho demonstra suas habilidades, além de conviver em comunidade e se divertir. São momentos de confraternização, de fazer novas amizades e integração. No Nacional da CBTG, os jogos tradicionalistas presentes nas competições são: bocha, bolão, bocha campeira, solo, tava, tetarfe, truco cego, truco de amostra e bocha 48.

Bocha - Este jogo consiste em arremessar, desportivamente, bochas (bolas) de madeira ou de resina sintética, sobre uma cancha de terra batida. A meta é chegar mais perto do balim.

Bocha Campeira – Jogo entre equipes, disputado na grama, em que o objetivo é deixar a bocha arremessada o mais perto possível do balim (bola pequena).

Bocha 48 – Jogo entre duplas, em que o objetivo é arremessar a bocha em um cepo de madeira, fazendo com que ela acerte as outras bochas e/ou o balim

Solo – Jogo de cartas com baralho espanhol (sem oito, nove e dois), em que duas pessoas jogam contra uma. Jogado entre três ou quatro pessoas, sendo que o

quarto é o carancho, que distribui as cartas, e não joga na rodada e que deu as cartas. Os outros jogadores são "mão", "centro" e "pé".

Tava – também conhecido como Jogo do Osso, é um dos jogos mais antigos da humanidade. A peça utilizada para os arremessos é um osso retirado do calcanhar do boi (astrágalo), com chapas de ferro e de bronze em lados opostos. Dependendo da posição em que a tava se finca no chão (suerte, culo, clavada, suerte clavada, culo clavado, gueso ou touro), o jogador ganha ou perde pontos.

Bolão – Forma primitiva do boliche. Jogado em uma cancha de madeira, tem o objetivo de derrubar o maior número de pinos, que são 9, dispostos em forma de losango.

Tetarfe – É uma espécia e de maratona de esportes tradicionalistas, misturando tejo, tava, argola e ferradura. O objetivo é marcar a maior pontuação no conjunto dos quatro esportes, todos envolvendo arremessos.

Truco Cego – Variante do truco, derivada do truco espanhol. Jogado com o baralho espanhol de 40 cartas, sem os oitos e os noves, pode se disputado individualmente (mano a mano), em duplas ou trios.

Truco de Amostra – Jogado com o baralho espanho (sem oitos, noves, coringas e ases de copas e de ouros).

1.14 Lendas

As lendas são histórias contadas por pessoas e transmitidas oralmente através dos tempos, misturando fatos reais e históricos com fantasias. O folclore brasileiro é rico em lendas: destacamos algumas das mais difundidas no folclore gaúcho e brasileiro: Negrinho do Pastoreio, Boitatá, Salamanca do Jarau, Gralha Azul, Curupira, Saci-Pererê, Lobisomem, Mula sem Cabeça, O Lunar de Sepé, Lenda do Quero-Quero, A Lenda da Erva-Mate, dentre outras.

1.15 Artesanato

Artesanato folclórico, segundo Alice Inês de Oliveira e Silva (1979), compreende os trabalhos de confecção manual de aprendizagem informal, dentro do grupo familiar ou de vizinhança, que veiculam uma tradição cultural, funcionais, de caráter regional, que aproveitam, em geral, matérias-primas disponíveis. Para a autora, há, ainda, os artesanatos populares cos ou de massa, que não têm caráter regional, são difundidos pelos meios de comunicação de massa e condicionados pela moda e pelos padrões da sociedade de consumo; e também os artesanatos eruditos, de criação individual, sofisticados e elitistas.

Os trabalhos artesanais são diversos, variando de acordo com a região e a cultura popular. Destacam-se, na tradição gaúcha, os trabalhos em couro, cestaria, tecelagem, trabalhos em madeira, funilaria, bordados e pinturas, dentre outros.

1.16 Contribuições culturais

As manifestações culturais do gauchismo são marcadas por uma forte miscigenação, que fez com que práticas trazidas de outros locais tomassem formas e ares específicos. Assim, a identidade cultural gaúcha nada mais é que uma colcha de retalhos, composta por elementos dos índios, nativos do sul brasileiro; imigrantes europeus; e negros trazidos da África como escravos.

Índios – Dos índios, o gaúcho herdou o hábito do chimarrão, o uso do pala, o fumo e a doma dos cavalos. Dentre as várias contribuições indígenas que cada tribo nos deixou, foram os índios guaranis que introduziram a horticultura no Rio Grande do Sul. Os guaranis legaram o milho, os feijões, a mandioca, a abóbora, a pimenta, o algodão, a batata-doce, o amendoim, a moranga, o chimarrão e o fumo. O hábito de tomar banho pelas manhãs e lendas como o curupira, caipora, Iara e boitatá.

Negros – Os negros estavam dentre os primeiros tropeiros, peões e charqueadores, além de desempenhar um papel importante nas revoluções. Deixaram seu toque no artesanato, temperos da culinária, batidas dos tambores (bumbos, agê, maçaquaias, atabaques) e crendices. Uma das lendas legadas pelo período da escravidão é a do Negrinho do Pastoreio, e esta figura inspira diversas crendices populares, como acender uma vela para encontrar algo que está perdido. Várias palavras do vocabulário gaúcho têm origem africana: angu, cacimba, capenga, cachaça, batuque, lundu, mandinga, miçanga, etc. O gosto por enfeites, berloques, brincos, colares e o uso de turbantes são influências da cultura afro.

Destaca-se igualmente, a herança negra nos cultos religiosos: Umbanda, Quimbanda, Batuque ou Nação. Suas divindades sincretizaram-se com os Santos do hagiológico católico. Durante a procissão de Nossa senhora dos Navegantes, há quem preste homenagem a Iemanja; também São Jorge, em sua festa é reverenciado pelos filhos de Ogum. A devoção a Nossa Senhora do Rosário é demonstrada pelos negros na Congada e no Quicumbi.

Alemães – A herança alemã ao gauchismo inclui a árvore de Natal e o hábito de presentear as pessoas nesta data, além de cantos (Tannenbaum) e festas (Kerbs); na culinária, destacam-se a cuca, a schmier (chimia), pães e tortas, nata e a alimentação embasada na carne de porco e batatas. Nas danças, a polca, chote e polonaise. A organização das pequenas propriedades agrícolas, baseadas no trabalho familiar, é de influência alemã, assim como as casas de enxaimel, móveis simples de fabricação caseira, o costume do jogo de bolão.

Italianos – Na arquitetura italiana, destaca-se o uso de beirais enfeitados com lambrequins; no artesanato, os garrafões de vidro e trabalhos em vime; para a culinária, legaram as massas com molhos espessos, panetone, polenta, nhoque, frango a passarinho, brodo. A gaita, instrumento musical italiano, ajudou a formar a música gaúcha. Católicos fervorosos, conservam seus hábitos religiosos de rezar o terço,

assistir missa, acompanhar procissões, etc. e por esse motivo, suas festam possuem caráter religioso: procissão de Corpus Christi, Romaria de Nossa Senhora do Caravaggio, Festa da Colheita, esta última animada por corais familiares.

Açorianos e Portugueses – Os portugueses que chegaram ao Sul do Brasil, em especial os açorianos, legaram diversos elementos folclóricos à cultura gaúcha: festas como a de Nossa Senhora dos Navegantes, Ternos de Reis, a Cavalhada e a Festa do Divino Espírito Santo; instrumentos musicais, como o violão, pandeiro e rabeca; inúmeras danças, como o pezinho, balaio, chimarrita, caranguejo, chula, etc; a arquitetura das casas, oratórios, rocas e teares, bordados, a instalação de complexos (atafona, alambique, engenho, monjolo, cata-vento), utilização de carretas, carroças e embarcações. Na indumentária, a herança portuguesa está no uso de chalés, tamanco e saias rodadas.

Poloneses – Legaram costumes do catolicismo, como o hábito de assistir à missa com a separação entre homens (à esquerda de quem entra na igreja) e mulheres (à direita). Danças, canções e trajes folclóricos são, ainda, mantidos nas comunidades polonesas.

Espanhois – A herança espanhola está na própria formação étnica e cultural do gaúcho. O próprio biótipo, vocabulário, a indumentária masculina, os aperos de encilha, poesia, música e várias outras manifestações culturais. Dos espanhóis herdamos as danças da tirana, rancheira e Pericon; ritmos do chamamé e milonga; e os jogos do truco e jogo-do-osso.

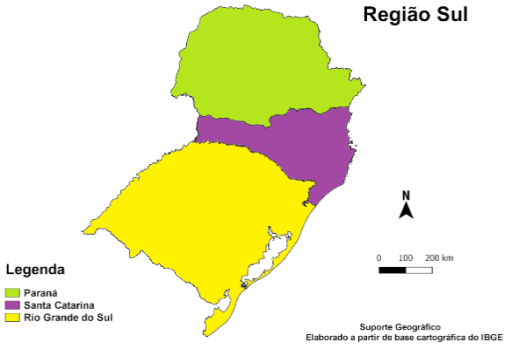
Judeus – As associações beneficentes e religiosas judias têm forte influência nas comunidades em que se inserem. Mantém sua língua (Yddish) e religião, além de uma forte coesão entre os membros da comunidade.

1.17 Principais manifestações Folclóricas das regiões do Brasil

Do inglês "folk" (gente ou povo) e "lore" (conhecimento/sabedoria), folclore significa o conhecimento de um povo. É uma ciência que estuda o conjunto das tradições, poemas, lendas, contos, crenças populares, a cultura material, espiritual e moral de um povo.

> "Através das diversas manifestações culturais do folclore, pode-se conhecer a cultura e a tradição de povos antigos e compreender a ressignificação dessa cultura antiga, presente nos dias de hoje. Assim, os mitos, as crenças e as lendas se fazem presentes no nosso cotidiano, mesmo que inconscientemente, na medicina popular, na religião, nos ditados populares, nas simpatias e nas estórias que sempre apresentam um cunho moral no final" (AGUIAR, s/d)

Nos estados brasileiros muitas manifestações existem, estas são geralmente oriundas de usos e costumes dos povos que aqui chegaram e colonizaram essas terras, trazendo consigo suas crenças e culturas. Dentre as manifestações mais popularmente conhecidas nos estados brasileiros, temos:



Região Sul: Danças Gaúchas, Oktoberfest, Festa da Uva, Nossa Senhora dos Navegantes, Fandango Paranaense.

Região Sudeste – Carnaval, Congada, Festa do Divino Espírito Santo, Samba de Salão/Gafieira.

Região Centro-Oeste – Procissão do Fogaréu, Cavalhadas, Cururu, Siriri.

Região Norte – Celebrações indígenas, Círio de Nazaré, Festa de Parintins, Congo ou Congada, Cavalhadas, Folia de Reis, Festa do Divino, Boi-Bumbá.

Região Nordeste – Bumba-meu-Boi, Maculelê, Frevo, Festas Juninas, Samba de Roda, Festas de Candomblé, Umbanda, Literatura de Cordel.

1.18 Brinquedos e brincadeiras folclóricas

As brincadeiras infantis são universais. As crianças constroem o seu mundo através de brincadeiras e brinquedos. Através das brincadeiras, a criança demonstra como vê e constrói o mundo. Nos tempos atuais, por conta da popularização e supervalorização do computador e dos meios de comunicação virtuais, as crianças raramente constroem seus brinquedos e dificilmente se ocupam com as brincadeiras que seus pais e avós conheceram, de acordo com Savaris (2012, p. 73).

Brincadeiras Cantadas

São aquelas que se realizam a partir de uma canção. O uso da música e do canto é fundamental para a sua realização. Essas brincadeiras objetivam a interação entre as crianças. Exemplos: A canoa virou; Teresinha de Jesus; a carrocinha; samba-lê-lê; coelhinho da páscoa; o pintinho amarelinho; siriri.

Parlendas

Consistem em versos de quatro, cinco ou seis sílabas, rimadas pelos toantes. Elas têm função mnemônica (guardar na memória) utilizadas para gravar nomes, datas, lugares. Além do treinamento de memorização, as parlendas desenvolvem o senso de ritmo nas crianças. Elas podem ser de vários tipos: dialogadas, com réplica, repetitivas, conclusivas ou narrativas. Exemplos: Quem cochicha; ou fui junto; tá com frio?; cadê o toicinho; amanha é domingo; um, dois, feijão com arroz. As parlendas

podem, também, vir associadas com gestos. Exemplos: angolinhas, cadê o ratinho; dedinhos (várias formas de identificação dos dedos); mal-me-quer.

Jogos Competitivos

Além de ser uma brincadeira, os jogos que envolvem competição, mesmo que simples, pressupõem a participação de várias crianças. Alguns dependem da habilidade individual, mas geralmente necessitam de cooperação entre os parceiros do mesmo time. Estas atividades criam senso de disciplina, ensinam ganhar e saber perder e despertam criatividade e habilidades às vezes desconhecidas. Os jogos podem utilizar objetos ou não.

Exemplo: bulita (gude); peteca; sapata (amarelinha); ovo podre; cinco Marias; o gato e o rato; corrida do saco; corrida do ovo (com ou sem revezamento); caçador; pega-pega; gata-cega.

Jogos de Habilidades

Geralmente realizados com espíritos competitivos ou de demonstração de habilidade, esses jogos despertam o interesse de aprimoramento pessoal, melhoram a motricidade e a coordenação motora fina.

Exemplos: bilboquê (biboquê ou bobloquê); botão; ioiô; pião.

Os Brinquedos

Existe uma gama muito grande de brinquedos chamados folclóricos ou tradicionais, além de um sem número de brinquedos industrializados, automatizados, eletrônicos, etc. O nosso interesse está na citação de algumas possibilidades de brinquedos tradicionais que podem ser construídos em casa, normalmente com a participação das próprias crianças. Esta prática tem a vantagem de fazer despertar a criatividade, a coordenação motora e a imaginação das crianças.

As bonecas são, historicamente, os brinquedos mais tradicionais. Fabricadas de inúmeros materiais (cera, corda, tecidos, barro, fibras vegetais, arames, etc.) elas se prestam a vários tipos de brincadeiras, envolvendo especialmente as meninas. Bonecos, reproduzindo o sexo masculino, também são muitos comuns.

Os meninos têm maior interesse pelos carrinhos (de lata), trenzinhos, aviõezinhos, barcos e cavalinhos de pau. A construção de bichinhos, bonecos articulados, flores, etc. é possível ser feita com objetos caseiros. Basta um pouco de criatividade. É comum o uso de arames, cordas (ráfia), papel, latinhas, carretéis, papelão, tampas de garrafas, cereais (milho, feijão, casca de melancia, etc.). Modernamente é muito útil o uso de garrafas pet para a construção de brinquedos.

Brinquedos imitando instrumentos musicais são muito populares, especialmente aqueles de sopro (usando bambus), de percussão (usando latas) e de cordas (usando arames finos ou cordões de nylon).

As armas de fantasia estão sempre presentes. Espadas, revólveres, facas (tudo de madeira). O arco e a flecha, o estilingue (bodoque ou funda), atiradeiras (feitas de bambu - para os italianos: stchocariol)

Os carrinhos de lomba, arco e trava, patinete e pernas-de-pau são brinquedos muito difundidos. Os modelos e tamanhos são variados e obedecem às tradições locais. As tropas de osso, muito comum na campanha, têm similares na cidade com tropas de pedrinhas ou de pequeninas garrafas.

As pandorgas (papagaio, barrilote), ocupam um espaço especial na arte de construção dos brinquedos. Cada região tem características próprias, mas no geral são utilizadas varas de madeira leve ou taquara (bambu), papel fino e resistente (papel encerado ou de seda) e cola. Tanto para a armação quanto para o cordão mestre (cordel) são utilizadas linhas resistentes, fios de nylon ou barbante. O rabo é normalmente feito de tiras de tecido. As pandorgas são geralmente coloridas e muito variáveis no modelo e tamanho. Nos dias atuais há grande limitação para soltar pandorga em virtude das redes aéreas de eletricidade, telefone e TV a cabo. Para essa brincadeira é necessário uma área livre de fiação, tanto para que a brincadeira possa ser praticada com tranquilidade, quanto para preservação da segurança dos seus praticantes.

2 HISTÓRIA DA CBTG

2.1 Fundação

Para fundação da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, foi realizada uma reunião na cidade de Ponta Grossa – PR, nos dias 23 e 24 de maio de 1987. A reunião teve como objetivo um primeiro encontro para estudos da criação da Federação Nacional de Tradicionalistas.

O documento de criação da CBTG ficou conhecido como Manifesto de Ponta Grossa.

"Os tradicionalistas gaúchos do Brasil reunidos na histórica cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, conscientes da gravidade do momento por que atravessa a humanidade e em especial o laborioso e sacrificado povo brasileiro, que além da espoliação cultural da nossa gente por interesses alienígena que não nos dizem respeito e ferem danosamente os nossos princípios, nossos usos e costumes e a própria filosofia da vida de novo povo, principalmente, expõem:

1 – Considerando que os gaúchos, não só no Rio Grande do Sul, mas em diversos Estados de nossa Pátria, fundaram Centros de Tradições Gaúchas com os objetivos óbvios da Carta de Princípios do Tradicionalismo;

2 – Considerando o crescimento global dos Centros de Tradições Gaúchas de todo o Brasil preocupados com a realidade brasileira, e sentindo a necessidade de pôr em prática os objetivos da Carta de Seival;

3 – Considerando que, a exemplo do Rio Grande do Sul, com o MTG, as entidades tradicionalistas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo organizaram-se em Federações;

4 – Considerando a já existência do Conselho Internacional da Tradição Gaúcha que reúne Brasil, Argentina e Uruguai com os objetivos propostos na Proclamação de Montevidéu, e a realização já de dois Congressos;

5 – Considerando que os tradicionalistas gaúchos do Brasil não podem continuar com as suas Federações individualizadas, tendo a necessidade de reunirem-se a formar um bloco uníssono, respeitadas as peculiaridades de cada Estado.

Resolvem:

a) Institucionalizar a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA, que reunirá as Federações existentes, a critério destas;

b) Dar oficialidade à mesma, com as Federações signatárias do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo "ad referendum" das mesmas, segundo seus Estatutos;

c) Na impossibilidade legal de revestir essa Confederação de personalidade jurídica, funcione esta provisoriamente, de direito, como Associação das Federações;

d) Seja oficiado à Federação do Estado de Santa Catarina, informando da decisão e formulando convite para integrar a Confederação;

e) Auxiliar os Centros de Tradições Gaúchas existentes em grande número em Federações, e posteriormente integrem esta Confederação;

f) Fica criada uma Comissão Provisória que terá a incumbência de elaborar os Estatutos da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA, constituída conforme e ata lavrada na reunião da qual emergiu esta manifesto. Para honrar a glória das Tradições Gaúchas e pela certeza de um futuro digno para a nossa Pátria e para legado aos nossos descendentes, lavrou-se este manifesto aos vinte e quatro (24) do mês de maio de 1987, na histórica cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, Brasil."

O manifesto possui as seguintes assinaturas: Zeno Dias Chaves, Presidente do MTG-RS; Roberto César Mendes de Araújo, Presidente do MTG-PR; Décio Albino de Oliveira, Presidente da FPTG; Onésimo Carneiro Duarte, 1º. Vice-Presidente do MTG-RS; Nei Antonio Zardo, 2º. Vice-Presidente do MTG-RS; José Theodoro Bellaguarda de Menezes, Conselheiro do MTG-RS; Omair Ribeiro Trindade, Conselheiro do MTG-RS; Vilson Silva Freitas, Conselheiro do MTG-RS; Sidney Mendes de Arruda, Coordenador do MTG-PR; José Moraes Gonçalves, Coordenador do MTG-PR; Antonio França de Araújo, Coordenador do MTG-PR; Cesar Setti, Coordenador do MTG-PR; Dionisio Uliane Neto, Coordenador do MTG-PR; Luiz Antonio Machado de Ávila, Coordenador do MTG-PR; Joaquim Adão Hupp de Lima, Coordenador do MTG-PR, e Suzana Maria, Coordenadora do MTG-PR.

O professor Manoelito Savaris (2012, p. 103) explica, sobre a criação da CBTG: "Em termos de organização do tradicionalismo, criou-se a necessidade de uma estrutura organizadora nacional. Os CTGs se espalharam pelo Brasil e os estados se organizaram em federações (a exemplo do Rio Grande do Sul). Em 1987, no dia 24 de maio, depois de muito debate e muitas reuniões, foi criada a Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha – CBTG. Atualmente a Confederação é composta pelos MTGs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazônia Ocidental, Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central – FTG/PC, União Tradicionalista do Nordeste – UTGN e União Tradicionalista Gaúcha do Rio de Janeiro".

2.2 Símbolos da CBTG

Brasão da CBTG

Bandeira da CBTG

Lema da CBTG

"Um povo sem tradição é um povo que morre a cada geração"

Hino Tradicionalista

O Hino Tradicionalista, adotado pela CBTG como hino oficial, foi escrito por Barbosa Lessa e foi aprovado no 43º Congresso Tradicionalista do MTG-RS, na cidade de Santa Cruz do Sul.

Eu agradeço à Salamanca do Jarau
por me ensinar o que aprendeu do "Velho" Blau:
com alma forte e sereno coração
achei meu rumo pra sair da escuridão.
Vi uma luz que se tornou fogo-de-chão,
sorvi a luz no ritual do chimarrão,
e hoje sei o que é a Cordialidade
que nos conduz á real felicidade.

Avante, cavaleiro mirim!
Em frente, veterano peão!

Lado a lado, prenda e prendinha,
todos juntos dando a mão.

Avante, seguindo os avós!
Em frente, trazendo os piás!
Coisa linda é se ver gerações
convivendo em santa paz.

E dá uma gana de sair dançando,
ou gritando com força juvenil:
"Viva a Tradição Gaúcha
dos campeiros do Brasil!"

2.3 Eventos oficiais da CBTG

Concurso Nacional de Prendas e Peões – As principais finalidades do concurso são: valorizar a cultura popular brasileira, através do Movimento Tradicionalista Gaúcho; valorizar os militantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em particular a sua juventude; desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre a cultura gaúcha brasileira, habilidades artísticas e campeiras e uma abrangente e realizadora vivência tradicionalista, participando na promoção e no desenvolvimento da cidadania brasileira; além de propiciar a formação de lideranças tradicionalistas.

FENART – O Festival Nacional de Arte e Tradição Gaúcha (FENART) é uma competição artística bienal entre os MTGs filiados à CBTG, representados nas provas por associados regulares. Trata-se de um concurso de provas artísticas individuais e coletivas. Sua essência está na valorização e na promoção da cultura gaúcha, preservação e promoção das artes, das tradições e do folclore.

Rodeio Crioulo Nacional de Campeões - É uma competição campeira bienal entre os MTGs filiados à CBTG. Os participantes são os Campeões dos MTGs, classificados nas competições campeiras, ou então os representantes escolhidos pelas federações. O objetivo do Rodeio Crioulo Nacional é preservar a lida campeira gaúcha, por meio de provas individuais e coletivas.

Jogos Tradicionalistas - Consistem num concurso realizado bienalmente entre os MTG's regularmente filiados à CBTG, através da disputa de um conjunto de Modalidades Esportivas. Estes jogos têm a função de valorizar e promover a cultura gaúcha, primar pela preservação das Tradições e do Folclore e resgatar os esportes tradicionais da cultura gaúcha.

Congresso Tradicionalista da CBTG – Realiza-se bienalmente e tem por finalidade reunir os tradicionalistas de todo o Brasil para debater os rumos do tradicionalismo organizado, alterar o Estatuto e documentos da instituição, além de eleger, por meio de Assembleia Geral, a diretoria da CBTG para o biênio seguinte.

Convenção Tradicionalista da CBTG - Realiza-se bienalmente e tem por finalidade reunir os tradicionalistas de todo o Brasil para debater os rumos do tradicionalismo organizado e realizar mudanças nos regulamentos dos departamentos, onde os delegados das federações votam as proposições apresentadas por tradicionalistas.

Encontro Nacional da Juventude Tradicionalista – tem o objetivo de reunir os jovens tradicionalistas, para debater temáticas voltadas à juventude e às lideranças no tradicionalismo, de forma dinâmica e lúdica. Acontece bienalmente, sob a organização dos departamentos Jovem e Cultural da CBTG.

2.4 Presidentes da CBTG

Jacob Momm Filho – MTG-SC (1988)
Nei Antonio Zardo – MTG-RS (1989-1991)
José Theodoro Bellaguarda de Menezes – MTG-RS (1991-1993)
Rubens Luis Sartori – MTG-PR (1993-1995)
João Francisco Rodrigues de Andrade – MTG-RS (1995-1997)
João Joarez Ribeiro Esmério – MTG-SC (1997-1999)
Edson Otto - MTG-RS (1999-2001)
Celso Souza Soares – MTG-RS (2001-2003; 2003-2005)
Celívio Holz – MTG-SC (2005-2007)
Décio Albino de Oliveira – MTG-SP (2007-2009)
Dorvílio Calderan – MTG-PC (2009-2011)
Manoelito Carlos Savaris – MTG – RS (2011-2013)
Erival Bertolini – MTG-RS (2013-2014)
João Ermelino de Mello – MTG-MS (2014-2015; 2015-2017; 2017-2019)

3 LITERATURA

3.1 Literatura Brasileira

A literatura brasileira tem sua história dividida em duas grandes eras, que acompanham a evolução política e econômica do país: a Era Colonial e a Era Nacional, separadas por um período de transição, que corresponde à emancipação política do Brasil. As eras apresentam subdivisões chamadas escolas literárias ou estilos de época.
A Era Colonial abrange o Quinhentismo (de 1500, ano do descobrimento, a 1601), o Seiscentismo ou Barroco (de 1601 a 1768), o Setecentismo ou Arcadismo (de 1768 a 1836).

A Era Nacional, por sua vez, envolve o Romantismo (de 1836 a 1881), o Realismo-Naturalismo e o Parnasianismo (de 1881 a 1893), o Simbolismo (de 1893 a 1922), o Pré-Modernismo (de 1902 a 1922) e o Modernismo (de 1922 a 1945). A partir daí, o que está em estudo é a contemporaneidade da literatura brasileira.

Elencamos dois autores considerados relevantes para a construção da linguagem da literatura brasileira e do regionalismo: Machado de Assis e José de Alencar.

Machado de Assis

Machado de Assis (Joaquim Maria Machado de Assis), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, foi o principal nome do Realismo brasileiro, o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e um dos escritores mais aclamados da literatura.

Machado escreveu contos, crônicas, poemas e romances, deixando a sua contribuição para diferentes gêneros literários. No começo da carreira, apostou em textos mais conservadores, com influência romântica. Depois, foi o Realismo que ficou mais presente nas suas obras. O autor, inclusive, é lembrado como um dos escritores mais importantes do Realismo.

Seus principais romances são: "Ressurreição" (1872), "A mão e a luva" (1874), "Helena" (1876), "Iaiá Garcia" (1878), "Memórias Póstumas de Brás Cubas" (1881), "Quincas Borba" (1891), "Dom Casmurro" (1899), "Esaú e Jacó" (1904) e "Memorial de Aires" (1908).

José de Alencar

José de Alencar é considerado um dos maiores expoentes do romantismo no Brasil. Atuou como jornalista, crítico, advogado, dramaturgo e político. Além disso, foi Patrono da cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Na primeira geração romântica, com teor nacionalista e indianista, Alencar exaltou diversos aspectos nacionais e a figura do índio como herói brasileiro.

Escreveu romances (urbano, indianista, regionalista, histórico), crônicas, críticas e teatro. Sua obras foram marcadas, em sua maioria, por temáticas voltadas para o nacionalismo, a história e a cultura popular brasileira. Outra importante característica é à linguagem, uma vez que Alencar foi um grande inovador da língua portuguesa e valorizou uma linguagem mais nacional.

Suas principais obras foram: romances urbanos: "Cinco Minutos" (1856), "A Viuvinha" (1860), "Lucíola" (1862), "Senhora" (1875); romances indianistas e/ou históricos: "O Guarani" (1857), "Iracema" (1865), "As minas de prata" (1865); romances regionalistas: "O Gaúcho" (1870), "O Tronco do Ipê" (1871), "O Sertanejo" (1875).

O Gaúcho, de José de Alencar, é um romance narrado em terceira pessoa. Nesta obra, José de Alencar retrata o Brasil, principalmente os pampas, e focaliza ambientes brasileiros afastados das riquezas. No capítulo II do livro I, podemos contemplar a paisagem do sul do Brasil: o gaúcho a cavalo correndo pelos pampas. Este romance, publicado em 1870, foi o primeiro da série com qual Alencar tentou um "retrato do Brasil", focalizando ambientes brasileiros afastados da corte.

3.2 Regionalismo na Literatura Gaúcha

A literatura gauchesca é considerada um subgênero da literatura da América Latina que tem o objetivo de recriar a linguagem no gaúcho e relatar seu modo de vida. Suas características mais marcantes são: o gaúcho como principal personagem e o transcorrer das ações em espaços não urbanos e abertos, como é a Pampa da Argentina. Entre outros aspectos, a literatura gauchesca apresenta descrições da vida no campo, os costumes, assim como personagens que habitam estes locais como índios, mestiços, negros, gringos e outros.

A poesia mais famosa da literatura gauchesca chama-se "Martín Fierro", de José Hernández. A primeira parte da obra surge no ano de 1872 e a segunda em 1879, chamada "La vuelta de Martín Fierro". Com o personagem Martín Fierro, o autor apresentou um gaúcho que representava a todos, sua forma de vida, maneira de se expressar e pensamentos.

Parthenon Literário

O Parthenon Literário foi fundado em 1868, por jovens intelectuais rio-grandenses, que publicavam e discutiam livros, conferências e artigos em jornais, com ideias liberais, nativistas e abolicionistas. Foi um dos primeiros clubes que discutiu o regionalismo gaúcho na literatura.

Foi fundado pelo médico e escritor José Antonio Caldre e Fião (que já era um autor conhecido) e pelo jovem Apolinário Porto Alegre. Os trabalhos associativos do Parthenon Literário foram paralisados em 1885 e, em 1925, foi oficialmente extinta.

João Cezimbra Jacques

Considerado o precursor do movimento tradicionalista, João Cezimbra Jacques foi um militar brasileiro, fundador do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre. Foi pioneiro na utilização de expressões regionais gaúchas e de vocábulos guaranis na literatura regionalista.

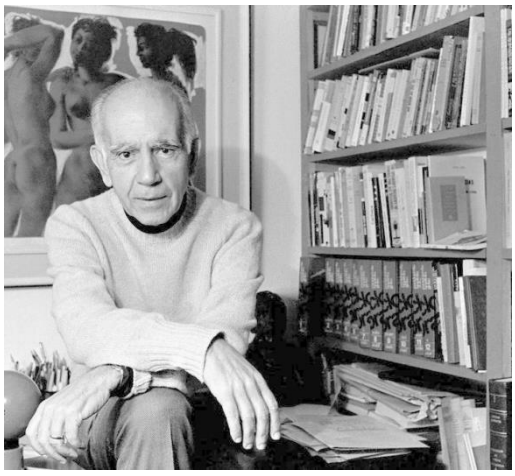
Cezimbra Jacques foi um apaixonado pela geografia e pelo costumes gaúchos. Em sua obra, se destaca o "Ensaio sobre os costumes do RS", importante tratado sobre a cultura gaúcha.

Simões Lopes Neto

João Simões Lopes Neto foi o maior autor regionalista do Rio Grande do Sul. Publicou apenas quatro livros em sua vida: Cancioneiro Guasca (1910), Contos Gauchescos (1912), Lendas do Sul (1913) e Casos do Romualdo (1914). Atuou, também, como jornalista, em Pelotas.

Só alcançou o sucesso literário após a sua morte, principalmente após o lançamento da edição crítica de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*, em 1949, organizada para a Editora Globo por Augusto Meyer, com apoio do editor Henrique Bertaso e de Érico Veríssimo. Esta é, ate hoje, sua principal obra.

Erico Veríssimo



Érico Veríssimo foi um dos principais escritores do século XX, pertencente à segunda fase modernista da literatura brasileira. Possui uma vasta obra, dentre contos, romances, novelas, ensaios, literatura infanto-juvenil, biografias, autobiografias e traduções. Sua obra pode ser dividida em três fases: romance urbano, romance histórico e romance político. Na obra de Veríssimo, se destacam "Músicas ao longo", "Incidente em Antares", "O tempo e o vento" e "Olhai os lírios do campo".

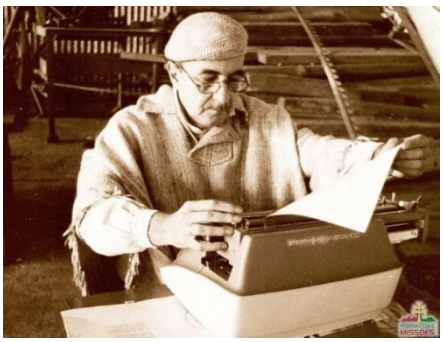
A epopeia "O Tempo e o Vento", uma de suas principais obras, composta por três romances ("O Continente" – dois volumes, "O Retrato" – dois volumes e "O

Arquipélago" – três volumes), traz acontecimentos e histórias de dimensões épicas, narrando 200 anos do processo de formação do estado do Rio Grande do Sul.

Com base na história das famílias Terra e Cambará, Veríssimo conta a história da formação do gaúcho, com suas nuances culturais e acontecimentos históricos marcantes.

3.3 Poesia regionalista

Poesia é um gênero literário caracterizado pela composição em versos estruturados de forma harmoniosa. No sentido figurado, poesia é tudo aquilo que comove, que sensibiliza e desperta sentimentos.



Aparício Silva Rillo

Aparício Silva Rillo foi um poeta, folclorista e escritor. Além de poesias, escreveu também inúmeras letras de músicas, prosa, peças de teatro, novelas, monografias, antologias, além de teses sobre folclore e história.

Jayme Caetano Braun

Jayme Caetano Braun foi payador, poeta e radialista, conhecido como El Payador. Publicou diversos livros de poesias e compôs inúmeras pajadas, principalmente de cunho político. É dele uma das poesias gaúchas mais conhecidas: "O Bochincho".

4 HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

4.1 Primeiros Habitantes - Povos Indígenas

A região Sul da América, hoje constituída pelos estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como pelos atuais Uruguai e Argentina foi o lar de diversos grupamentos indígenas. Por muito tempo, a ausência de delimitações neste território facilitou a migração dos povos que formavam a primeira região sul.

Conforme Moure (1994), ainda se constitui um enigma a origem desses agrupamentos indígenas. Existem pesquisadores que defendem que os índios não eram originários do continente americano, tendo origem em Atlântida, local lendário que teria existido entre o norte da África e a América antes de ser tragada pela mar. Outros defendem que os indígenas seriam autóctones, isto é, originários do próprio continente americano. Atualmente, entretanto, as teorias mais aceitas apontam que a existência de agrupamentos humanos na América ocorreu em razão de migrações ocorridas a milhares de anos, por meio do estreito de Bering (mar que separa a Rússia dos Estados Unidos) ou de ilhas da Oceania.

Segundo Barbosa (1985), quando chegaram portugueses e espanhóis para explorar o território americano viviam ali aproximadamente 500 mil índios.
Esses números, entretanto, não possuem qualquer possibilidade de confirmação, uma vez que nunca houve uma preocupação em fazer registros detalhados sobre os nativos.

Em relação aos índios que viviam na banda Oriental do Rio Uruguai e adjacências, Moure (1994,p.10) escreve que:

> "Sabe-se que não eram numerosos e que deixaram poucos vestígios materiais sobre o seu modo de vida antes da chegada dos colonizadores. Por isso, a classificação etnográfica desses povos se baseia em informações coletadas dos contatos estabelecidos entre eles e os europeus que ocuparam a região"

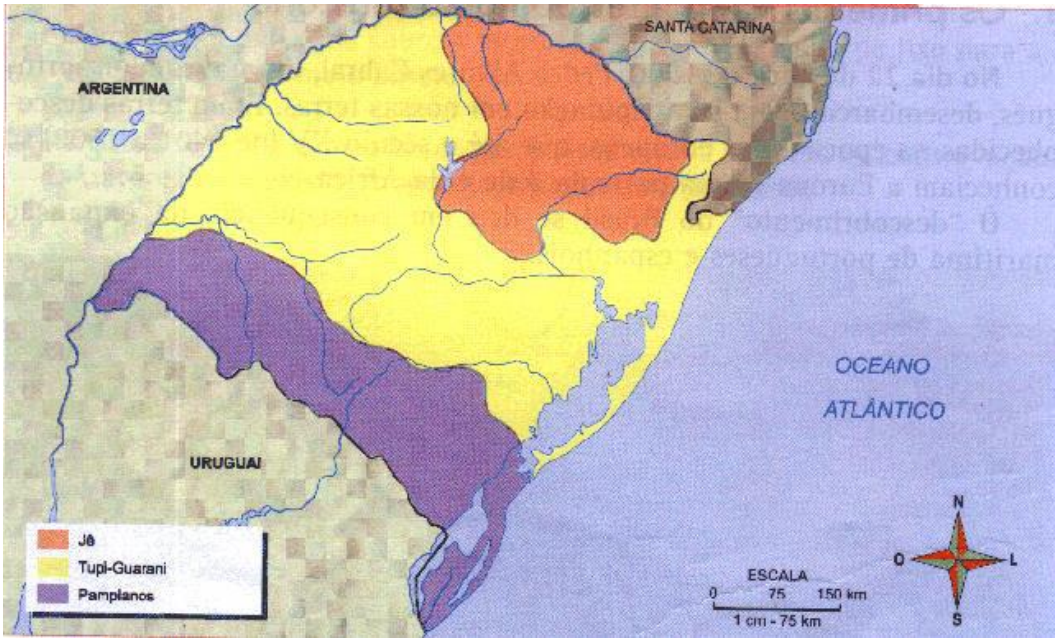
Conforme Fagundes (1986), quando os europeus chegaram, era impossível haver uma catalogação eficiente das tribos. Não era raras vezes a mesma tribo acabava ganhando nomes diferentes e também o que se pensava ser uma outra tribo não passava de um ramo do mesmo grupo. É natural que só saibamos dos índios após a chegada dos europeus, que começaram a escrever sobre os povos que aqui encontraram. Como era a vida do índio antes dessa chegada só é possível imaginar por aquilo que o conquistador aqui encontrou, o que não é eficiente para marcar a distribuição das tribos, uma vez que em sua maioria eram migratórias, mudando de local quando havia escassez.

Pode-se dividir e classificar de várias formas os povos indígenas, mas duas são as principais: a que faz em razão de sua origem (em Tupis ou Tapuias) e a que o faz em razão de costumes semelhantes (em Guaranis, Pampeanos e Gês).

Em razão de sua origem, os historiadores dividem as populações aqui existentes à época em duas grandes nações, os Tupis e os Tapuias. Foram desses grandes grupos que surgiram os "silvícolas rio-grandense".

Como característica diferenciadora, pode-se citar que os índios de origem Tapuia, em que pese sua agressividade, não se alimentavam de carne humana. Tratavam, entretanto, seus prisioneiros de forma extremamente rude e cruel.

A divisão dos indígenas em grupos como Guaranis, Pampeanos e Gês, entre outros, deve-se ao resultado do entendimento dos historiadores e pesquisadores sobre os agrupamentos dos povos indígenas do sul do continente americano.



Mapa que ilustra a localização dos três grandes grupos indígenas

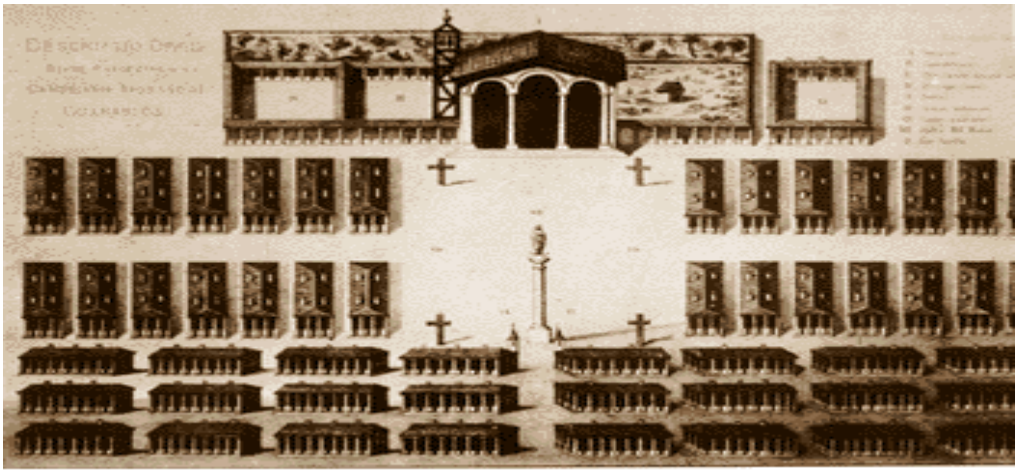
Os Guarani, povo mais numeroso, constituindo a principal família de silvícolas. Situavam-se entre a Lagoa dos Patos, o litoral norte do Rio Grande do Sul, e as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí. Também se fixaram nas partes central e setentrional do estado.

Para sobreviver, era comum os Guaranis coletarem moluscos, frutas e raízes. Tinha uma agricultura mais avançada, cultivando principalmente milho e aipim, entretanto havia ainda lavouras de feijão, abóbora e batata.

Em relação aos Gês, pontua Piletti (2012), que viviam da caça, pesca e coleta de frutas e raízes. Possuíam uma agricultura rudimentar, normalmente de milho. Moravam em habitações subterrâneas, cavando buracos no chão, co dois metros de profundidade por cinco metros de largura, coberto de galhos e ramos de palmeira.

Quanto aos Pampeanos, eram o grupo menos numeroso. Ocuparam a região sul do Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina. Dentre este grupo, pode-se distinguir os Charrua, Yaro, Minuano, Bohane e Guenoa.

4.2 Reduções Jesuíticas



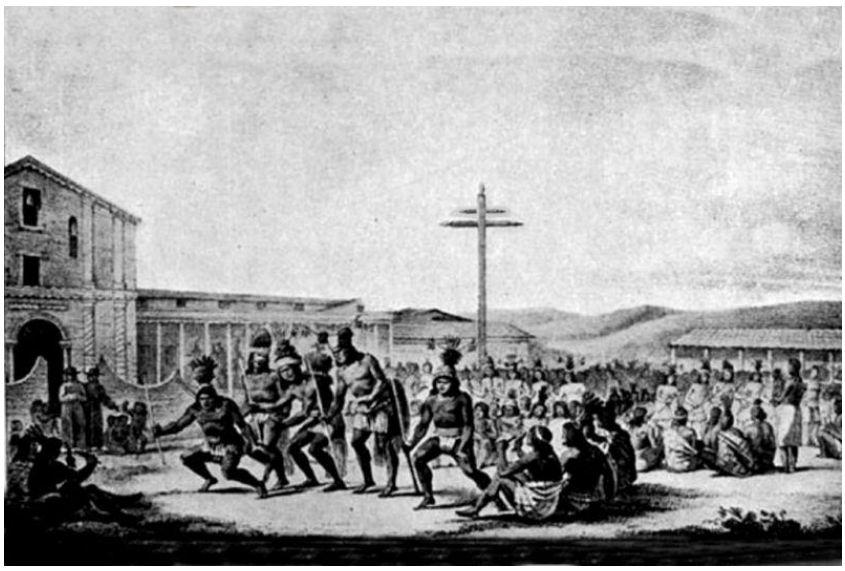
Planta típica de uma Missão Jesuítica

É muito comum, ao se mencionar povos indígenas no território gaúcho, que haja uma imediata associação com os povos das missões ou missioneiros. As missões foram aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas, cujos objetivos principais eram civilizar e evangelizar os índios existentes na América.

Para que a missão fosse bem-sucedida, era necessário que os índios com os quais os jesuítas tivessem contato estivessem dispostos a abandonar sua forma de vida e passassem a se dedicar integralmente ao propósito cristão.

Sabe-se hoje que o objetivo de pôr um fim nas missões era capturar os índios que já estavam mais colonizados para torna-lo escravos, bem como roubar o gado e plantações abundantes nas reduções.

Em relação aos povos Pampeanos e os Charruas, cabe lembrar que não fizeram parte das missões por não admitir sua perda de liberdade e mudança na forma de viver, muito ao contrário, os jesuítas foram expulsos a cada tentativa de contato, conforme informa Custódio (2004, p.17): "Os Jesuítas tentaram catequizá-los, mas eles reagiram, expulsando os missionários".



A ocupação do Rio Grande do Sul pelos europeus começou com padres jesuítas vindos do Paraguai. Eles se estabeleceram na margem oriental (leste) do rio Uruguai com a finalidade principal de catequizar os índios. Os jesuítas fundaram várias aldeias ou povoados, que eram chamados de Missões ou reduções.

Desde 1609, Padres Jesuítas, missionários da Companhia de Jesus deram início a um trabalho de evangelização dos índios da vasta Província do Paraguai. Tiveram grande sucesso junto aos grupos Guarani, que viviam em aldeias agrícolas, num sistema semi-nômade.

O interesse do Império Espanhol era tomar posse das terras da Bacia Platina, como objetivo a conversão e colonização dos indígenas ao cristianismo. Por ordem da coroa, é instalada a primeira Redução, a de São Ignácio Guaçú, território Espanhol determinado pelo Tratado de Tordesilhas.

Num período de mais ou menos um século, entre 1609 a 1706, os jesuítas expandiram sua evangelização pela região de Tape (Rio Grande do Sul). No Tape, a fundação dos povoados de Santo Tomé, São Miguel, São José, entre outros, representou uma dilatação das Missões do Paraguai para os territórios que hoje configuram o Rio Grande do Sul. As Reduções do Tape estão relacionadas à primeira fase missioneira, período que corresponde a **1626/1637**– 11 anos.

Após a Batalha de M'Bororé, em 1641, entre os Guarani e bandeirantes paulistas, os padres missionários fogem do que hoje é RS, passando para o lado de lá do Rio Uruguai, hoje território argentino, deixando gado trazido pelo jesuíta Cristóvão de Mendonza, que se multiplica e se torna um dos principais motivos para o seu retorno 40 anos depois.

A partir de 1682, 40 anos depois da primeira fase missioneira, por orientação do império espanhol, os padres voltam para fundar os Sete Povos das Missões, que tinham o objetivo de "catequisar" os indígenas, garantir a posse das terras para a coroa com a formação de fronteiras entre Portugal e Espanha e acabar com a disputa de terras.

Os Sete Povos fazem parte da segunda fase missioneira, onde se fundam as reduções, com os primeiros núcleos urbanos do RS. O primeiro povoado da segunda fase foi São Francisco de Borja (1682), depois se reergueu São Nicolau (que antes era um povoado, uma aldeia de cabanas e ocas), em 1687 reerguem São Miguel Arcanjo e fundam São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e o último dos Sete, Santo Ângelo Custódio (1706) e transferido para o que hoje é o centro histórico do atual município em 1707.

Por isso, o município de São Nicolau pode ser considerado como a "primeira querência do Rio Grande". Teve também na primeira fase a redução de São Miguel Arcanjo, que foi fundada em 1632 pelo jesuíta Cristóvão de Mendonza, que hoje seria mais ou menos na área que está o município de São Pedro do Sul.

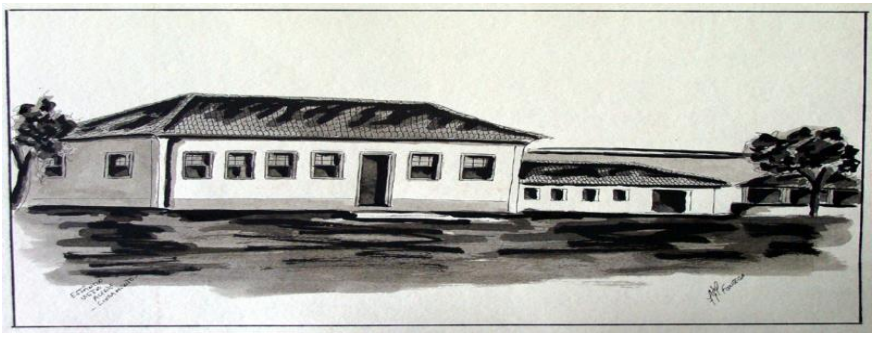
4.3 Conquista e Ocupação do Sul

O território que constitui o atual Estado do Rio Grande do Sul estaria totalmente situado fora da área que o Tratado de Tordesilhas estipulava como pertencente a Portugal. Sua definitiva conquista e posse para a Coroa Lusitana é um foco de grandes lutas entre os dois reinos ibéricos, durante mais de um século, evidenciando o enorme interesse por essa área. Em resumo, foram esses os fatores que acabaram por consolidar a posse portuguesa dessa importante unidade brasileira no século XVII:

• Estabelecimento de Missões Jesuíticas Espanholas nas regiões de Tape e Uruguai, ou a Primeira Etapa Missioneira.
• Introdução da criação de gado na região Missioneira, que logo se tornou a principal riqueza da região.
• Destruição das Missões pelos bandeirantes paulistas, chefiados por Manoel Pretto e Raposo Tavares, que visava a escravização dos índios já catequizados pelos Jesuítas.
• Saída dos Jesuítas da região, após a destruição das Missões, deixando, entretanto, o gado que começou a se espalhar por grande parte do atual Rio Grande do Sul, principalmente no oeste. Enquanto se registravam esses acontecimentos nas Missões, Portugal iniciava sua penetração na região do Prata, com a fundação da Colônia do Sacramento (1680), frente a Buenos Aires.
• A Espanha não concordava com a fixação desse núcleo português no Prata e iniciou uma série de lutas com Portugal.
• Formação de uma Segunda Etapa Missioneira Jesuítica no oeste do Rio Grande do Sul, que foram chamadas de Sete Povos, a partir de 1682, com a fundação de São Borja.
• Os "Sete Povos" foram estimulados pela Espanha, com o objetivo de isolar a Colônia do Sacramento, situada à margem do rio da Prata.
• Portugal decidiu fundar um novo núcleo português no sul, que se deu com a fundação de Laguna (1684). Laguna (no atual Estado de Santa Catarina, visava garantir a posse da Colônia do Sacramento). No Século XVIII:
• Até meados desse século, prosseguiam as lutas entre Portugal e Espanha.
• O gado continuava a expandir-se admiravelmente, despertando enorme interesse dos luso-brasileiros, pela necessidade de um meio de transporte para o ouro que saia das Minas Gerais para os portos litorâneos, e também da carne, do couro e do sebo.
• Portugal decidiu reforçar o povoamento no sul e intensificar a defesa da Colônia do Sacramento, cada vez mais contestada pelos espanhóis. Dessa decisão, resultou a fundação da Comandância do Presídio fundação do Presídio do Rio Grande do Continente de São Pedro (que deu origem à cidade de Rio Grande). Foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, pelo brigadeiro José da Silva Paes.
• Paralelamente, iniciou a imigração açoriana para as regiões meridionais, com a clara intenção de fixar raízes de um povoamento português nas áreas lacustres 29 do território rio-grandense. Os açorianos queriam criar núcleos de povoamento próximos ao mar e nas áreas das lagoas, e iniciar a pequena agricultura. Entre os núcleos que

resultaram da Imigração Açoriana, na segunda metade do século XVIII, destaca-se Porto Alegre (o antigo Porto dos Casais).

4.4 O surgimento das estâncias



Encontrando circunstâncias favoráveis de clima, de relevo e principalmente de vegetação, o gado missioneiro dispersou-se pelos campos rio-grandenses, reproduziu-se livremente e tornou-se bravio. No século XVIII numerosos rebanhos vagavam pelos campos do planalto Norte-Rio-Grandense, conhecido como Vacaria dos Pinhais, e sobretudo pelas campinas, chamadas de Vacaria do Mar.

A notícia da existência no Rio Grande do Sul de rebanhos sem dono atraiu o interesse de muitas pessoas, principalmente de São Paulo. As reses eram abatidas em pleno campo e delas se aproveitavam apenas o couro e o sebo. Em 1737, para garantir os interesses dos portugueses instalados na região, foi construído o forte Jesus-Maria-José, junto ao canal que liga a Laguna dos Patos ao oceano Atlântico. Ao lado do forte formou-se uma povoação, que deu origem à atual cidade de Rio Grande.

O domínio português se expandiu pelas áreas vizinhas, que no seu conjunto eram chamadas de Continente do Rio Grande de São Pedro. Esse foi o primeiro nome do atual estado do Rio Grande do Sul.

Nessa época – ainda no século XVIII – desenvolveu-se a mineração em Minas Gerais, atraindo milhares de pessoas para a região. Assim se formou um mercado de consumo para os produtos da pecuária: couro, carne, leite e animais para transporte. Em consequência a atividade de caça foi sendo substituída pela criação de gado, pois os animais passaram a ser reunidos em locais destinados a tal finalidade – as estâncias ou fazendas.

Estimulada pelo mercado do sudeste do país, principalmente de Minas Gerais, desenvolveu-se a pecuária no Rio Grande do Sul. Portugueses, paulistas e catarinenses – esses particularmente de Laguna – ganhavam do governo grandes extensões de campo, onde instalavam suas fazendas de criação de gado. Muitos dos novos fazendeiros tinham combatido contra os platinos, que eram inimigos dos portugueses na disputa pela posse da região.

Com o passar do tempo as áreas campestres, principalmente as da Campanha, ficaram povoadas de fazendeiros. Junto a algumas estâncias surgiram povoados, que mais tarde se tornaram cidades. Portanto, a formação do Rio Grande do Sul teve início com o surgimento das estâncias. Foi na atividade pastoril, particularmente na

Campanha, que surgiu a figura do gaúcho, originalmente o homem que trabalhava na fazenda, cuidando do gado.

4.5 As Charqueadas

Ilustração de Jean-Baptiste Debret

A mineração provocou a transferência do centro econômico do nordeste para o sudeste do Brasil, ocasionando a mudança da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro. Devido a migrações a população de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo cresceu bastante. À medida que essa população crescia, aumentava o mercado de consumo para os produtos da pecuária gaúcha – o couro e principalmente a carne. Aos poucos o transporte de gado passou a ser feito também por barcos de navios, pois desenvolveu-se a navegação pelo rio Jacuí, pela Laguna dos Patos e pelo oceano Atlântico, até o Rio de Janeiro.

Só bem mais tarde foram construídas as primeiras ferrovias em território rio-grandense, cujo traçado obedeceu aos interesses de transporte de gado. Mesmo após o surgimento da navegação, o Rio Grande do Sul continuou vendendo os animais vivos, pois naquela época não havia maneira de conservar a carne fresca por muito tempo.

No entanto, como a parte vendida era somente o couro e a carne, os fazendeiros resolveram enviar, em vez de bois vivos, a carne já seca e salgada, que se chama charque. Dessa forma barateavam o transporte e aumentavam seus ganhos.

Foi assim que surgiram as charqueadas, estabelecimento onde se fabrica o charque. A primeira charqueada foi fundada em 1780, junto ao arroio Pelotas, próximo a Rio Grande. Em seguida, muitas outras foram criadas na mesma região e também junto a diversas fazendas.

O Rio Grande do Sul tornou-se grande vendedor de charque. Sua produção e seu comércio atraíram muitas pessoas ao estado. Grande levas de escravos negros foram trazidas para trabalhar na atividade saladeiril, isto é, na indústria do charque. Junto a muitas charqueadas surgiram povoações, algumas das quais mais tarde mais tarde se tornariam cidades. Dessa forma, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul "nasceu com as estâncias e cresceu com as charqueadas".

4.6 Disputas de Fronteiras entre Portugal e Espanha

Em 1750, reuniram-se as diplomacias espanhola e portuguesa em Madri, para decidir sobre os limites das áreas pertencentes as duas Coroas na América Latina.

O brasileiro Alexandre de Gusmão, defendendo o direito de "Uti Possidetis" (país que ocupou definitivamente uma região deve ser o dono legal da mesma), garantiu a Portugal a posse das imensas áreas situadas a oeste e ao norte do Brasil, dando a grosso modo o delineamento territorial do nosso País.

O Tratado de Madrid fez uma exceção do "Uti Possidetis", exatamente do sul: os sete Povos das Missões (que eram espanhóis passariam ao domínio português, e, a Colônia do Sacramento (portuguesa), pertenceria à Espanha. A troca desses territórios não foi aceita pelos jesuítas e índios missioneiros, que não concordaram em ceder suas terras aos portugueses.

Esse fato gerou a **"Guerra Guaranítica**" (de 1753 à 1756), se unindo Espanha e Portugal para obrigar jesuítas e índios a aceitarem os termos do Tratado de Madrid. Na Guerra Guaranítica, destacou-se o cacique Índio Sepé Tiarajú, que se celebrizou por sua coragem e amor à terra, sendo considerado por isso, o primeiro caudilho rio-

grandense. Morreu no combate de Caiboate, em 1756. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo, que determinou a volta das Missões à Espanha e a Colônia do Sacramento a Portugal.

Mais tarde, porém, e após novas lutas entre as duas Coroas, a Espanha conseguiu uma grande vitória diplomática sobre Portugal: o **Tratado de Santo Ildefonso** (1777) que deu grandes benefícios territoriais aos castelhanos. Esse Tratado estipulava que, tanto as Missões como Sacramento ficariam no domínio espanhol. Caso vigorasse ainda hoje esse Tratado, a maior parte do oeste do Rio Grande do Sul não seria uma área brasileira.

Ao indicar o século XIX, os problemas ocorridos na Europa entre Portugal e Espanha culminaram com o **Tratado de Badajoz** (1801), e, paralelamente, ocorre a invasão da parte espanhola do Rio Grande do Sul por Borges do Canto. Foi esse Tratado que, a grosso modo, deu ao estado o seu atual formato e a sua integração definitiva ao Brasil.

A Colônia do Sacramento

As terras que compreendem hoje o Rio Grande do Sul eram muito cobiçadas tanto por portugueses como por espanhóis, por causa da grande quantidade de gado que existia pelos campos. Os portugueses, principalmente, queriam defender as estâncias que tinham sido criadas e resolveram construir fortes para protegê-las.

Em 1680, o português Manoel Lobo fundou um forte às margens do Rio Prata, que recebeu o nome de Fortaleza do Sacramento. Essa fortaleza deveria defender a região contra os ataques espanhóis, que vinham da cidade Argentina de Buenos Aires.

O tempo foi passando e, em volta da Fortaleza, surgiu uma povoação que recebeu o nome de Colônia do Sacramento. Durante muitos anos portugueses e espanhóis se empenharam em lutas por causa dessa região. Só em 1750, como já vimos, entraram em acordo, com o Tratado de Madrid. Mas esse Tratado, como todos, estava destinados a não serem cumprido. E os desentendimentos continuaram.

Com o Tratado de Santo Ildefonso, altamente desvantajoso, os portugueses não conformados, passaram a exigir as terras, de volta (Colônia do Sacramento e, também, as Missões). Mas, só em 1801 conseguiram as Missões, ficando a Colônia do Sacramento em definitivo para os espanhóis.

Os três núcleos portugueses, desde o século XVII, para a conquista do Brasil meridional, foram: a Colônia do Sacramento (1680); Laguna (1686); e, o Forte Jesus - Maria - José (Comandância do Presídio do Rio Grande do Continente de São Pedro), fundado em 1737, junto ao canal do Rio Grande. Ao redor desse forte, surgiu a primeira vila gaúcha, que deu origem à atual cidade de Rio Grande.

4.7 Tropeirismo

O Brasil, descoberto em 1500, passa a ser povoado pelos portugueses a partir do litoral. As primeiras cidades fundadas são, hoje, as principais cidades e capitais do litoral, desde Santos (SP) até São Luiz (MA). Num segundo momento, em busca de áreas para o plantio e de jazidas de pedras preciosas, inicia-se um processo de interiorização e surgem cidades como São Paulo e Minas Gerais. O extremo sul do Brasil foi ignorado até 1680, quando foi construída a Colônia do Santíssimo Sacramento às margens do Rio da Prata.

Para o Brasil vieram, praticamente, somente homens, no primeiro momento. Esses tomaram as índias como suas mulheres e geraram os primeiros "brasileiros": mamelucos (mistura de branco com índio). Os portugueses somente se estabeleceram no território do Rio Grande do Sul, em 1737, quando Silva Paes fundou Rio Grande.

O que atraiu o interesse para o Rio Grande do Sul foi o gado chimarrão (gado sem dono), que formava a grande Vacaria do Mar e os equinos, também xucros e alçados (soltos em manadas). Surgem, assim, as tropeadas e os tropeiros.

A tarefa de conduzir o gado dos campos rio-grandenses para ser vendido no sudeste do Brasil era feita pelos tropeiros, vindos de São Paulo, Paraná e de Laguna, no litoral catarinense. As tropas de gado eram conduzidas a pé e levavam meses até chegar ao seu destino. Na maior parte das vezes o gado era vendido na feira de Sorocaba, perto da capital paulista, de onde era levado para as áreas de consumo, sobretudo Minas Gerais.

No início os tropeiros acompanhavam o gado sem dono, que vivia nas campinas. Depois, muitos tropeiros organizaram estâncias e tornaram-se fazendeiros. O gado era conduzido pelo litoral.

Em alguns lugares do caminho dos rebanhos surgiram povoados, como São José do Norte, Capivari, Santo Antônio da Patrulha e outros. Alguns povoados cresceram e tornaram-se cidades. Mais tarde foram abertos caminhos pelo Planalto Norte-Rio-Grandense. Esses novos caminhos permitiram que o gado da região das Missões e da Vacaria dos Pinhais também pudesse ser vendido em São Paulo. Pelos

caminhos do planalto começaram a surgir estâncias, chácaras e povoados. Alguns povoados transformaram-se em cidades: São Borja, Cruz Alta e Vacaria.

Tropeiros foram se estabelecendo e, depois, se tornando estancieiros, seja pela aquisição de terras, pelo recebimento de sesmarias ou pela simples ocupação de áreas "sem dono". Por volta de 1800, já se verificava uma grande mistura étnica no estado: açorianos, paulistas, paranaenses, catarinenses, retirantes de Sacramento, lusos e espanhóis formavam a população.

O tropeirismo marcou profundamente as regiões atravessadas pelos caminhos das tropas, induzindo relações sociais e influenciando costumes e tradições. As marcas das mangueiras de pedra, dos muros de taipa, no artesanato do couro e da lã, na comida, no café e nos causos. A lenda da mula sem cabeça, soltando fogo pelas ventas, galopando desesperada pelos campos em noite de lua cheia, acompanhava os tropeiros.

Havia basicamente dois tipos de tropas: a de animais xucros adquirida no sul e conduzida solta, guiada pela égua madrinha e pelos peões e a tropa arreada ou cargueira composta com animais com cangalha onde prendiam as bruacas, jacás ou canastras nas quais carregavam as mercadorias.

A bruaca é uma grande mala de couro inteiriço, cabendo 45 quilos de milho debulhado. O jacá era um grande cesto de vime ou taquara com alças para prendê-lo na cangalha. A carga era equilibrada dos dois lados do animal. O municio designava o alimento dos tropeiros durante a longa jornada. Carregavam bruacas contendo feijão, toicinho, charque, linguiça, erva mate, café, açúcar, farinha de milho e de mandioca, rapadura, cachaça, melado e sal. O arroz entrou no início do século XIX.

A alimentação era completada com carnes de caça e pesca. Um dos pratos mais comuns era o arroz de carreteiro, composto exclusivamente por charque, arroz, água e sal. Chamavam trens, as panelas, trempes, chaleiras, canecas, pratos e talheres.

O Tropeiro Biriva, Beriva ou ainda Biriba do sul do Brasil atingiu seu maior relevo socioeconômico no cenário do tropeirismo nacional, no século XIX, quando milhares de vacuns, cavalares e especialmente muares, eram tangidos "em pé" com destino a Feira de Sorocaba (cidade fundada em 1661, em São Paulo), estabelecendo os famosos "caminhos das tropas", cujos "pousos" deram origem a formação de lugarejos e vilas, que hoje são importantes cidades gaúchas, catarinenses, paranaenses e paulistas. São lembradas, no Rio Grande do Sul: Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria; em Santa Catarina: Lages, Campos Novos, Curitibanos; no Paraná: Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e em território vicentista; Itapeva, Itapetininga e Sorocaba, entre outras, e também no fluxo de povoamento de certas regiões rurais de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

4.8 Imigração

São considerados imigrantes as pessoas que vieram para o Brasil depois da independência. Em 1822 os campos do Rio Grande do Sul já estavam ocupados, mas as áreas de mata do planalto Norte-Rio-Grandense e da serra geral permaneciam despovoadas. Para povoá-las, o governo brasileiro resolveu promover a imigração. Com o correr dos anos, milhares de imigrantes vieram para o Rio Grande do Sul.

Com base na agricultura, eles ocuparam áreas de mata, ou seja, colonizaram lugares despovoados do estado. Por isso foram chamados de colonos, e as áreas por eles ocupadas ficaram conhecidas como zonas coloniais. Ainda hoje, mesmo depois de grandes transformações socioespaciais, o conjunto dessas zonas não raro é chamado de região colonial do Rio Grande do Sul.

Ao chegar ao estado, cada colono recebeu um lote de terra, que passou a cultivar com a ajuda dos membros da família. Os colonos introduziram a policultura no estado, pois dedicavam-se ao cultivo de vários produtos: trigo, milho, batata, frutas, verduras e legumes. Juntamente com a agricultura, criavam animais: vacas leiteiras, porcos e galinhas.

Por serem donos das terras que ocupavam e por ficarem com toda a produção obtida, os colonos sentiam-se estimulados a trabalhar e a produzir cada vez mais. Dessa forma, a zonas coloniais do estado, progrediram bastante. No início os colonos produziam para sua subsistência, mas logo começaram a obter excedentes. Com o dinheiro ganho na venda desses excedentes podiam comprar outros produtos. Dessa forma desenvolveu-se o comércio, ao mesmo tempo em que formavam mercados de consumo nas zonas coloniais.

Entre os imigrantes vieram muitos artesãos, que instalaram pequenas oficinas, como tecelagens, serralherias, marcenarias, curtumes, etc. Havendo compradores para seus produtos, muitas oficinas cresceram e, mais tarde, transformaram-se em indústrias têxteis, mecânicas, de móveis, de calçados, etc.

Diversos grupos de imigrantes vieram para o Rio Grande do Sul: os principais foram os alemães, italianos e poloneses. Os que vieram em maior número foram os alemães e italianos. Os alemães começaram a chegar ao estado em 1824, desembarcando no lugar onde hoje fica a cidade de São Leopoldo. Eles colonizaram a parte inferior da encosta do planalto Norte-Rio-Grandense, sobretudo os vales do Rio Caí, dos Sinos, Pardo e Taquari. Fundaram vários povoados, alguns dos quais se

tornaram cidades, como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Lajeado e São Sebastião do Caí, entre outras.

Quando as primeiras zonas já estavam bastante povoadas, os alemães subiram o planalto e foram para o norte e noroeste do estado. Aí também se estabeleceram colonos poloneses e imigrantes de outras origens.

Em 1875, chegaram ao Rio Grande do Sul os primeiros italianos, que colonizaram a parte superior da encosta e a borda do planalto. O primeiro povoado organizado pelos italianos transformou-se na povoados, que originaram as cidades de Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, entre outras. Junto com a policultura os italianos introduziram no Rio Grande do Sul o cultivo de uva e a fabricação de vinho – a vitivinicultura.

A região colonial italiana é famosa no Brasil inteiro pela qualidade das uvas e dos vinhos que produz. As cidades que eles fundaram, em particular Caxias do Sul, possuem muitas indústrias: metalúrgicas, mecânicas, malharias, fábrica de móveis, etc. Assim, os imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, contribuíram de maneira significativa para a formação do estado. Tal contribuição ocorreu especialmente nas zonas coloniais, onde a maioria da população atual é formada por descendentes de imigrantes. Na parte inferior da encosta do planalto, por exemplo, a influência alemã é visível nas características étnicas e culturais da maioria das pessoas; ela está presente nos hábitos, nas tradições e até na maneira de falar. A influência italiana é marcante nos habitantes da parte superior da encosta.

4.9 Revolução Farroupilha

A província em 1835

O território sul-riograndense, na época, era dividido em 14 municípios, com uma população de 280.000 habitantes: Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas, Rio Grande, Triunfo, Santo Antônio, São José do Norte, Jaguarão, Piratini, Caçapava, Cachoeira, São Borja, Cruz Alta e Alegrete.

Sua economia era basicamente constituída pela primária industrialização de carne: o charque. O trigo, antes muito cultivado e um dos produtos de exportação, agora as lavouras estavam abandonadas por causa da "ferrugem". A economia era, pois, fundamentalmente proveniente de duas fontes: a estâncias a charqueada. Só

quem possuía grandes áreas de terras (sesmarias) e os detentores do poder (militares) é que tinham expressão social. Os demais só encontravam saída nos empregos públicos.

Insatisfação Política, Econômica e Social

O descaso da Regência para com a Província, e o estado de abandono a ela dada (nada aqui se construía de utilidade pública), os pesados impostos na economia gaúcha, cada vez mais sacrificada, e a falta de habilidade das autoridades que a governavam, levaram essa Província à mais cruenta e longa luta: a Revolução Farroupilha (1835-1845). As constantes rivalidades existentes entre os dois partidos políticos existentes. Os liberais e os Conservadores, e a fundação de uma "sociedade militar", acabaram por desencadear o "Decênio Heróico".

A Tomada de Porto Alegre

As acusações feitas pelo presidente da Província, Fernandes Braga a Bento Gonçalves e a seus amigos liberais, como comprometidos com um caudilho do Prata em prejuízo do Império, levaram os liberais à invasão armada da Capital para depor o presidente e promover a paz e a concórdia na Província. A 19 de setembro de 1835, por volta da meia noite, nas proximidades da antiga ponte da Azenha, uma força revolucionária com aproximadamente 200 cavaleiros, comandada por José Vasconcellos Gomes Jardim e Onofre Pires da silva Canto, vindo de Pedras Brancas (atual cidade de Guaíba), iniciou marcha em direção ao centro da Capital.

Ao seu encontro, o presidente Braga mandou uma pequena força, sob o comando do Visconde de Camamu, que nos primeiros choques com a vanguarda revolucionária entrou em pânico, levando o resto das tropas a aderirem aos sediciosos. No dia seguinte, dia 20 de setembro, Bento Gonçalves, vindo de Pedras Brancas, entra triunfalmente em Porto Alegre. O presidente Fernandes Braga foge para a cidade de Rio Grande e Bento Gonçalves estabelece novo governo na Província.

A Revolução em Marcha

A Regência nomeou novo presidente para a Província, o Dr. José de Araújo Ribeiro, que tomou posse em Rio Grande e ali estabeleceu o governo. Muitos revolucionários abandonaram o movimento à orientação separatista de alguns, indo juntar-se ao presidente Araújo Ribeiro, entre eles o coronel Bento Manuel Ribeiro. A luta reiniciou em todos os pontos do território da Província, agora com dois presidentes: o Dr. Mariano Pereira Ribeiro, em Porto Alegre, empossado pelos revolucionários, e o Dr. Araújo Ribeiro, nomeado pelo Império, em Rio Grande. Violentas batalhas são travadas por toda a Província, e o major imperial Marques de Souza, após fugir da prisão farroupilha, em Porto Alegre, forma um pequeno contingente armado e, com adesão de forças revolucionárias, retoma a Capital para o governo de Araújo Ribeiro.

Proclamação da República Rio-Grandense

Apesar de haverem reconquistado Porto Alegre, os imperiais continuavam a sofrer sucessivas derrotas frente às forças revolucionárias. O coronel Antônio de Souza Neto, entusiasmado pelas vitórias alcançadas e estimulado pelos companheiros de armas, proclama no dia 11 de setembro de 1836 a República Rio-Grandense com sua forças concentradas no campo de Joaquim Menezes, à beira do Passos das Pedras, margem direita do rio Jaguarão, onde na véspera infringira fragorosa derrota às forças legalistas de Silva Tavares.

Bento Gonçalves, que sitiava Porto Alegre, no intuito de reconquistá-la, ao ter conhecimento da proclamação de Souza Neto, resolveu rumar para o sul, para juntar-se aos companheiros; porém, ao atravessar o rio Jacuí, na Ilha do Fanfa, foi surpreendido e preso pelas forças comandadas por Bento Manuel Ribeiro, auxiliado por uma esquadra naval imperial. O chefe farroupilha, juntamente com seu primo Onofre Pires e o italiano Tito Lívio Zambecari, foram remetidos presos para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

A Primeira Capital Farroupilha

Souza Neto, ao proclamar a República Rio-Grandense, tratou de tomar as primeiras providências para o funcionamento do novo Estado independente. A Vila de Piratini foi escolhida para ser a Capital. A presidência da República Rio-Grandense coube, provisoriamente, ao valoroso chefe farroupilha José Gomes de Vasconcellos Jardim , enquanto Bento Gonçalves permanecesse preso. Foi eleitos vices - presidentes: Antônio Paulo da Fontoura, José Mariano de Mattos, Domingos José de Almeida e Inácio José Gomes de Oliveira Guimarães. Entre os ministros da nova República, muito se destacou o comerciante e proprietário de Charqueadas, Domingos José de Almeida, que na chefia do Ministério do Interior e da Fazenda assegurou o êxito da economia farroupilha.

Os Generais Farroupilhas

Foram os primeiros generais: João Manoel de Lima e Silva, Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, João Antônio Silveira, Bento Manoel Ribeiro e mais tarde, Davi Canabarro. O italiano Giusepe Garibaldi era o comandante da pequena Marinha Farroupilha.

A Bandeira

Foi planejada por José Mariano de Mattos e desenhada por Bernardo Pires. Apareceu em Piratini, em 06 de novembro de 1836, conduzida pelo coronel Teixeira Neto e adotada oficialmente por decreto-lei de 12 de novembro daquele ano.

O Hino Rio-Grandense

Teve a letra de Francisco Pinto da Fontoura, música de Joaquim José de Mendanha e arranjo de Antônio Côrte Real. Foi cantado pela primeira vez em 30 de agosto de 1838, em Caçapava.

Expedição a Laguna

Bento Gonçalves, com o auxílio da Maçonaria, conseguiu fugir da prisão, na Bahia, para onde tinha sido transferido. Ao voltar para o sul, foi empossado como presidente da República Rio-Grandense, assumindo também o comando das forças revolucionárias, em fins do ano de 1837. Por necessidade de um porto marítimo, os farroupilhas esquematizaram uma expedição para Santa Catarina a fim de ocuparem Laguna. Para essa extraordinária façanha, comandada por Davi Canabarro, foi brilhante a atuação do "Herói dos Dois Mundos", Giusepe Garibaldi, que estava integrado no movimento farroupilha, comandando os barcos Seival e Farroupilha, este naufragando antes de chegar ao destino. Laguna é ocupada pelas forças de Davi Canabarro e Garibaldi, e, em 24 de julho de 1839 é proclamada a efêmera República Juliana. Nessa época entra em cena a heróica Anita Garibaldi.

As Capitais Farroupilhas

- 10/11/1836 à 14/02/1839 – Piratini
- 14/02/1839 à 22/03/1842 - Caçapava
- 22/03/1842 à 28/02/1845 – Alegrete

As Principais Batalhas

- Do Seival (10/09/1836);
- Do Fanfa (04/10/1836);
- Da Fazenda Porongos (31/07/1837);
- Do Rio Pardo (30/04/1838);
- Do Ponche Verde (26/05/1843);
- De Porongos (14/11/1844).

A Constituição da República

A Assembléia Geral Constituinte foi instalada em 1º de dezembro de 1842, sendo a Constituição promulgada em 03 de fevereiro de 1843, após tumultuadas sessões, pelas adversidades que reinavam entre os chefes revolucionários.

A Paz na Província

Os revezes sofridos pelas forças imperiais, faziam com que a Regência substituísse seguidamente o presidente da Província. Em boa hora e para e felicidade das duas facções, apela para um homem de invulgar qualidades moral, militar e política, a ele entregando o comando, o Barão de Caxias (Luiz Alves de Lima e Silva), que é investido no Governo da Província em 09/11/1942. Os chefes rebeldes, daí em diante passaram a sofrer pesadas e contínuas derrotas, destacando-se a de Ponche Verde.

Cansados de tanto lutar e com seu exercício reduzido, desarmado e esfarrapado, os farroupilhas resolveram entrar em negociações com Caxias, para o estabelecimento de uma paz honrada para ambos os contendores. Para o Barão de Caxias, homem de extraordinária inteligência e caráter ímpar, não foi difícil estabelecer a paz nos pampas gaúchos, que após dez anos de sangrenta luta entre irmãos brasileiros, encontra o seu fim no dia 26 de fevereiro de 1845, com a assinatura do acordo do Ponche Verde, onde ninguém saiu vencido ou vencedor.

A Morte do Herói

Em 1847, dois anos depois de firmada a paz, depois de longa enfermidade, morria Bento Gonçalves, no mesmo lugar de onde saíra para o início da Revolução, em Pedras Brancas (hoje cidade de Guaíba).

4.10 Revolução Federalista

No final da década de 1880, a monarquia brasileira se encontrava em crise. Essa crise pode ser retratada por alguns aspectos:

Soldado Republicano (à esquerda) e Maragato (à direita).

- Crise religiosa: interferência de D. Pedro II nos assuntos religioso, provocando um descontentamento na Igreja Católica;

- Crise militar: críticas feitas por militares contra a Corte, diante das evidências de corrupção e o descontentamento dos oficias que não podiam se manifestar pela imprensa sem autorização do Ministro de Guerra;

- Crise política: a classe média crescia, acumulava conhecimento e exigia maior participação nas questões políticas, pregando abertamente o fim da monarquia e a implantação de um novo regime de governo;

- Crise Econômica: a monarquia perdeu o apoio dos grandes proprietários rurais, especialmente dos cafeicultores paulistas, que esperavam maior participação nas decisões econômicas e políticas num novo regime de governo;

- Crise social: a monarquia já não contava com o apoio popular. A sociedade já não se encantava com a figura do monarca, mesmo porque, doente, D. Pedro II estava cada vez mais afastado das decisões e do convívio social;

- Crise ideológica: desde o final da Guerra do Paraguai aumentava a cada dia a ideia de implantação do regime republicano de governo. A república era vista como uma necessidade de modernização por muitos setores. O regime monárquico era apresentado na imprensa como um entulho envelhecido e que atrapalhava o desenvolvimento do País. Reunidas as condições favoráveis, no dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente, assinando um manifesto proclamando a república e formando um governo provisório. Após 67 anos, a monarquia chegava ao fim no Brasil.

Diante da nova situação política, os estados brasileiros passaram por um período normal de disputa pelo domínio político. Esse período foi especialmente traumático para o Rio Grande do Sul: de um lado se encontravam os republicanos, liderados por Júlio Prates de Castilhos e de outro os federalistas, também denominados

restauradores, liderados pelo senador Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal na década que antecedeu a Proclamação da República.

O Rio Grande do Sul, em 1890, tinha uma população de 897.455 habitantes, sendo 74% analfabetos. Contava com 61 municípios com predomínio da população rural, ¼ da população vivia na zona da Campanha, com alto índice de desemprego. Havia muitos negros ex-escravos, marginalizados, ao mesmo tempo em que florescia a região de imigração. Os meios de transportes eram precários. As estradas de ferro ainda não haviam atingido todo o território. A industrialização iniciava seus passos e substituía os artesãos. A jornada de trabalho era de 16 horas, com baixos salários. As moças casavam cedo, por volta de 16 anos de idade. Com a República, assumiu o governo estadual o PRR (Partido Republicano Riograndense), sendo indicado Presidente do Estado o Visconde de Pelotas e tendo como Secretário do Governo Júlio de Castilhos.

A Constituição Estadual, elaborada por Júlio de Castilhos, aprovada em 1891 tinha forte influência positivista. Instalou-se no Estado a ditadura científica positivista, onde o poder executivo elaborava as leis e os decretos, sendo a Assembleia uma espécie de conselho que se reunia dois meses por ano para apreciar as contas do governo. Os intendentes municipais (prefeitos) e os conselhos (câmara de vereadores) eram nomeados provisoriamente por Júlio de Castilhos.

Diante da crise que tomou conta da Capital, Rio de Janeiro, quando o Presidente Deodoro da Fonseca resolveu atacar o Congresso, em 3 de novembro de 1891, dissolvendo-o, malgrado não ter poderes constitucionais para isso e, confiado no Exército, proclamou estado de sítio, Júlio de Castilhos cedeu à pressão de alguns militares aliados à oposição ao governo e renunciou em 12 de novembro de 1891. Formou-se uma junta governativa que deu início ao "governicho", período que se estendeu até junho de 1892.

A primeira junta governativa era integrada pelo Gen. Manoel Luiz Rocha Osório, João de Barros Cassal, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Domingos Alves Barreto Leite. Diante da revolta da Armada, em 23 de novembro, que cercou e ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, o Presidente Deodoro, mesmo contando com o apoio da maioria da guarnição militar, preferiu renunciar ao poder e entregar o governo ao Vicepresidente Floriano Peixoto.

Em 17 de novembro, a Junta que governava o estado se demitiu, sendo nomeado Presidente o Gen. Barreto Leite. A crise política no estado se prolongou e Barreto leite entregou o governo a Barros Cassal em 3 de março de 1892, que o devolveu em 25 de maio. Barreto Leite, então, entregou o poder ao Visconde de Pelotas, em 8 de junho, que por sua vez, renunciou em favor do gen. João Nunes da Silva, no dia 17 de mesmo mês.

Finalmente, a Guarda Cívica se revoltou e reconduziu Júlio de Castilhos ao poder. Ao reassumir o governo, Júlio de Castilhos nomeou Vitorino Monteiro Vicepresidente estadual e renunciou em favor deste. A tarefa de Monteiro era preparar a Guarda Cívica para um possível luta armada. Os adversários políticos passaram a ser tratados como bandidos acirrando ainda mais os ânimos. Foram realizadas as eleições

e Júlio de Castilhos se elegeu Presidente, sendo empossado em 25 de janeiro de 1893. Em 5 de fevereiro do mesmo ano eclodiu a Revolução.

Os revoltosos, do Partido Federalista, defendiam o unitarismo e o parlamentarismo, sendo apelidados de "restauradores" por pretender um regime semelhante ao do tempo do Império. O grande líder intelectual era Gaspar Silveira Martins.

Os Republicanos, liderados especialmente por Júlio de Castilhos, defendiam o regime republicano de governo, a autonomia dos estados (descentralização) e o predomínio do poder executivo sobre o legislativo.

A revolta, denominada Revolução Federalista, teve início quando o Gen. Silva Tavares reuniu o departamento de Cerro Largo, Uruguai, mais de 3.000 combatentes e invadiu o Rio Grande do Sul pela Carpintaria (hoje Bagé). No mesmo dia, o Gen. João Nunes da Silva Tavares, comandante d forças revolucionárias, lançou uma proclamação lembrando das atrocidades do governo estadual dizendo que só restava a luta armada.

Os federalistas tomaram Dom Pedrito, cercaram Santana do Livramento com 6.000 homens, mas somente 700 fuzis. Defendida por 800 homens, Santana do Livramento resistiu. Enquanto parte dos federalistas eram rechaçados na fronteira e se refugiavam no Uruguai, o Cel. Marcelino de Albuquerque, no comando de uma tropa revolucionária, tomou o Alegrete.

Na defesa do governo constituído, o senador e estancieiro José Gomes Pinheiro Machado organizou a Divisão do norte para dar combate aos revoltosos. Entre fevereiro e junho foram registrados vários combates na fronteira oeste, colimando com a desagregação dos federalistas que, na sua maioria, se homiziou no Uruguai.

Na segunda investida revolucionária, Gumercindo Saraiva, com 1.100 homens conseguiu furar o bloqueio governista e se dirigiu para a região para a região de São Sepé, onde iniciou um período de guerrilha. O senador e Vice-almirante Eduardo Wandelkolk se rebelou a fim de unir-se a Gaspar Silveira Martins, tomando o navio Frigorífico Júpiter no porto de Buenos Aires, entrou na barra de Rio Grande para se juntar a Gumercindo Saraiva, sem sucesso. O rebelde acabou preso da Ilha do Desterro pelo Cruzador República.

Em setembro de 1893 os federalistas obtiveram várias vitórias na fronteira oeste, mas ficaram enfraquecidos e com pouca munição, mesmo assim, sob o comando de Gumercindo Saraiva, seguiram em direção do Planalto: invadiram Cruz Alta (que estava deserta), chegaram a Passo Fundo, foram na direção de Mato Castelhano e Mato Português. No encalço dos federalistas estava a Divisão do Norte. Pressionados pela Divisão do Norte, os federalistas fugiram em direção a Santa Catarina cruzando o Rio Pelotas, no Passo da Cadeia com 3.000 homens, em 2 de novembro de 1893.

Depois de percorrer o Paraná por vários meses, retornaram ao Estado, entrando no dia 31 de maio de 1894. Em muitas cidades por onde passaram, os federalistas tomaram as intendências municipais. As lutas eram sempre seguidas de vinganças e degolas. Não se poupavam inimigos de parte a parte. Sob esse aspecto, foi esta a mais vergonhosa revolução travada em terras brasileiras.

As ações na fronteira prosseguiram durante o ano de 1893. Em março de 1894 o Cel. Ubaldino Machado, auxiliado pelo Cel. Antônio Ferreira Prestes Guimarães (vindo da Argentina, subindo o Rio Uruguai), tomou Palmeira e Cruz Alta acampando no Boi Preto onde foram surpreendidos pelo Cel. Firmino de Paula. Os federalistas foram derrotados e os 370 maragatos presos foram fuzilados ou degolados.

A Divisão do Norte permanecia na luta contra a coluna de Gumercindo Saraiva e no Carovi, no Planalto das Missões, o maragato foi ferido pelas tropas do Cel. Fabrício Pillar, comandante do 1º Regimento da Brigada Militar, vindo a falecer. Foi enterrado no dia 11 de agosto de 1894 no cemitério de Santo Antônio.

Em suas memórias, o Gen. Maragato Antônio Ferreiras Preste Guimarães escreveu: "A morte de Gumercindo a 10 de agosto em Carovi, enchendo de justa mágoa os corações patrióticos foi um eclipse fatal para a Revolução".

Episódio importante, com consequências graves no campo bélico da revolução, ocorreu em 27 de junho de 1894: os revolucionários atacaram o campo dominado pelos republicanos a 12 quilômetros de Passo Fundo, na direção de Cruz Alta, na Fazenda de Antônio de Mello no "Pulador". O combate teve duração de seis horas e resultou em importantes baixas de ambos os lados. Os legalistas resistiram ao ataque dos maragatos que, rechaçados, retrocederam para Passo Fundo.

No relato feito pelo Gen. Prestes Guimarães, percebe-se exagero na avaliação das perdas legalistas e a valorização dos revolucionários perdidos: "tiveram os revolucionários 88 mortos, contados insepultos no campo, alguns dias depois, e quase 200 feridos, incluso o valente Apparício, Mello, José Silveira Martins e tantos outros bravos. Foi maior a perda dos legalistas. Algumas centenas de mortos e cerca de mil feridos, senão mais, o que cuidadosamente trataram de ocultar para diminuir o efeito moral da verdade desta para eles, vitória de Pirro. Depois de "Pulador" e do "Carovi", Aparício Saraiva assumiu o comando dos revoltosos e, depois de vários embates menores conseguiu atravessar o Rio Uruguai e entrar na Argentina. O alento para os federalistas ocorreu quando Almirante Saldanha da Gama se uniu a Aparício Saraiva em Montevidéu e invadiu novamente o Rio Grande, em 9 de outubro de 1894. Mas com poucos homens e escassa munição os maragatos não conseguiram se aprofundar no território, sendo mantidos na divisa com o Uruguai.

A Revolução agonizou até julho de 1895. Em 10 de julho de 1895, realizou-se uma conferência de paz em Pelotas e, finalmente, em 31 daquele mês o Gen. Galvão de Queiroz (Comandante Militar do RS – 6º Distrito Militar) e o Gen. Maragato João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) assinaram a paz pondo termo a Revolução Federalista, a mais cruel e incompreensível revolta gaúcha.

Pelejaram, mataram e morreram sem uma causa que justificasse. Foi uma disputa pelo poder político. Noutro lugar, com outra história social e outra formação da identidade regional, esta revolução não poderia ter ocorrido. A Revolução federalista somente poderá ser analisada e, com esforço, compreendida, se considerarmos as suas circunstancias geográficas, os antecedentes bélicos e o espirito militarista do povo gaúcho.

Maragatos e Pica-Paus saíram da Revolução ainda mais inimigos do que nela entraram. O ódio somente foi amenizado no período de trinta anos em que ambos

“lamberam suas feridas”, o que não impediu que, em 1923, se batessem novamente e definitivamente no campo de batalha.

Ao cabo da revolta, Júlio de Castilhos permanecia na presidência do estado e quando foi comunicado do fim da luta, respondeu que fazia votos para que a submissão dos rebeldes fosse definitiva. Souza Docca (1954) se recusou a tratar a Revolução Federalista tecendo o seguinte comentário: “Veio a revolução, que é um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação e o fazemos silenciando seus acontecimentos”.

No tópico seguinte, ao se referir sobre a revolta de 1923 diz : “a luta feroz do homem contra o homem é uma luta de selvagens e por isso as lutas pelo poder são sempre de consequências funestas”. As afirmações do respeitado estudioso Gen. Souza Docca, dão a dimensão do que representou a Revolução Federalista, e mais tarde a revolução de 1923, para a sociedade gaúcha. O período que sucedeu ao ano de 1895 foi de paz e serviu para a consolidação das ideias republicanas e o enraizamento dos conceitos positivistas defendidos pro Júlio de Castilhos que tiveram continuidade com Antônio Augusto Borges de Medeiros, seu sucesso político.

4.11 Revolução de 23

A Revolta de 1923, também conhecida por "Revolução Assisista", teve causas e origens semelhantes àquelas da Revolução Federalista. A questão fundamental era político-ideológica, ou disputa pelo poder. Em 25 de janeiro de 1898, Júlio de Castilhos transmitiu a presidência do Estado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, cujo governo se estendeu até 1907, mercê da reeleição em 1902.

Em 1907 concorreram ao governo, para suceder a Borges de Medeiros, Fernando Abott e Carlos Barbosa Gonçalves. Este último, representante da situação, apresentado pelo PRR, resultou vencedor. Borges de Medeiros manteve-se na Presidência do PRR.

Em 1912 foi eleito, novamente, Borges de Medeiros. Esta segunda gestão de Borges de Medeiros foi fecunda em obras de infraestrutura, ajuste das finanças e desenvolvimento social. Destaca-se a construção do cais da capital, conclusão das obras da barra e porto do Rio Grande, encampação remodelação da Viação Férrea, construção do Colégio Júlio de Castilhos, da Biblioteca Pública de Porto Alegre e do Quartel-general da Brigada Militar.

Em 1915, no Rio de Janeiro, foi assassinado o Senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado. Por esse tempo, ressurgiam as desavenças políticas e voltavam a se manifestar os adversários de Borges de Medeiros e dos castilhistas, muitos deles companheiros da época da Proclamação da República.

Um dos momentos mais marcantes das desavenças entre as lideranças gaúchas ocorreu em 1915, quando Ramiro Barcelos, que perdeu a disputa pela presidência do Senado para o Ex-Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, publicou o poemeto "Antônio Chimango" tecendo críticas pessoais, políticas e administrativas a Borges de Medeiros, usando o codinome de Amaro Juvenal. Foi a partir desse poemeto, uma obra-prima da poesia regionalista, que os seguidores de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, até aquele momento chamados de "pica-paus", passaram a ser, pejorativamente, denominados "chimangos".

Chimango é um pequeno gavião, magro e de nariz longo e curvo, encontrado especialmente na região sul do Estado. Ramiro Barcelos ao alcunhar Antônio Augusto Borges de Medeiros de "Antônio Chimango", estabeleceu um comparativo físico entre o gavião e o governante gaúcho. Amaro Juvenal descreve assim o nascimento do governante mais importante do Estado: "Nos cerros de Caçapava Foi que viu a luz do dia A hora d'Ave-Maria, De uma tarde meio suja; Logo cantou a coruja Em honra de quem nascia. Veio ao mundo tão flaquito, Tão esmirrado e chochinho Que, ao finado seu padrinho Disse espantada a comadre: - "Virgem do céu, Santo Padre! Isso é gente ou passarinho?" Ao longo de todo o "Poemeto Campestre", riquíssimo no uso de regionalismos, percebe-se o quanto de ódio e despeito estava tomado o seu autor, que por profissão foi um conceituado médico sanitarista.

Em 1917 Borges de Medeiros foi reeleito para mais um mandato de cinco anos, o que viria a se repetir em 1922. O cenário econômico de 1922 pode ser caracterizado pelo seguinte: havia uma forte recessão após a Primeira Guerra Mundial; predominava a produção cafeeira; o setor pecuário estava em crise; a encampação do Porto de Rio Grande (1919) e da Rede Ferroviária (1921), no programa de melhoria dos transportes, comprometeu as reservas estaduais; havia uma redução generalizada dos créditos.

Na esfera política: as eleições no Brasil (1921) fizeram Artur Bernardes (apoiado pela oposição no RS e pelo grupo cafeeiro) vencer Nilo Peçanha, este apoiado pelo PRR; Borges de Medeiros estava no poder a mais de 20 anos - política de "desenvolvimento global"; surgiu a Aliança Libertadora (republicanos dissidentes unidos a antigos federalistas); os libertadores (maragatos) pugnando pelo liberalismo e democracia, enquanto os Chimangos (borgistas) defendiam formas centralizadoras e autoritárias de governo.

Joaquim Francisco de Assis Brasil foi o escolhido para ser o candidato pela Aliança Libertadora (maragatos), na disputa eleitoral de 1922, contra Antônio Augusto

Borges de Medeiros (chimango) que se candidatava para o 5° mandato. A campanha foi marcada por fortes acusações de parte a parte, com alguns atentados pelo interior do Estado. No dia 25 de novembro ocorreram as eleições, resultando vencedor Borges de Medeiros, com mais de 3/4 dos votos, índice mínimo exigido para a reeleição. A oposição acusou fraude nas eleições.

No mesmo dia que Borges assumiu o governo para o quinto mandato, 25 de 0janeiro de 1923, iniciou o movimento revolucionário. As tropas governistas foram constituídas pela Brigada Militar e pelos Corpos Provisórios organizados em todo o Estado. Emergentes líderes republicanos se engajaram na luta: José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Dorneles Vargas, Firmino Paim Filho, entre outros.

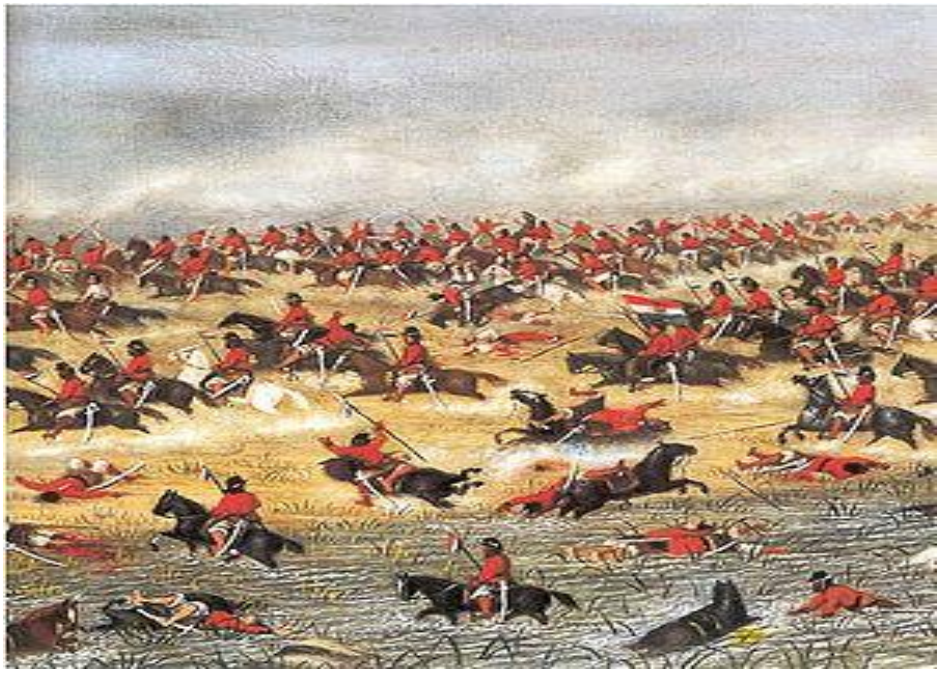
A revolução de 1923 não teve grandes combates, podendo ser caracterizada como uma "guerra de guerrilhas". As escaramuças foram geralmente caracterizadas como "ataca e se esconde". A tática rebelde rendeu bons resultados no início, mas quando a Brigada adotou a mesma forma de combate, a situação reverteu e os rebeldes minguaram. Hélio Moro Mariante caracteriza a revolta de 1923 como: "Típica luta de guerrilhas e derradeira reminiscência desse tipo de luta usada pelos gaúchos desde a Guerra das Missões, onde as surtidas e as bombeadas nas coxilhas e o cavalo, a lança e a espada eram soberanos e que, justamente nessa revolução, tiveram seu melancólico ocaso".

Os rebeldes confiaram que, por terem apoiado o Presidente da República, Arthur Bernardes, haveria uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. A ação federal não veio e os rebeldes ficaram isolados obrigando-se a aceitar o fim das hostilidades. Com a intermediação de Augusto Tavares Lyra, Ex-ministro da Justiça, e do Ministro da Guerra Gen. Fernando Setembrino de Carvalho, depois de várias reuniões com líderes revolucionários e legalistas, as condições de paz foram definidas. Em 14 de dezembro de 1923, no Castelo de Pedras Altas, de propriedade de Assis Brasil, foi assinada a "Ata de Pacificação".

As condições para a pacificação incluíam especialmente os seguintes pontos: Proibição de reeleição do Presidente do Estado e dos intendentes municipais; eleição do Vice-presidente; revisão da Constituição Castilhista de 1891; e anistia aos revoltosos. Se os maragatos não foram vitoriosos na tentativa de depor Borges de Medeiros, tiveram grande vitória política ao conseguirem alterar o sistema vigente. O Pacto de Pedras Altas praticamente encerrou o período de influência direta das ideias de Júlio de Castilhos na administração do Estado.

Sobre a Revolução de 1923, Ferreira Filho (1960) diz o seguinte: "Para gáudio de nossa gente, os guerreiros de 23 portaram-se, em geral, como homens civilizados. Foi uma revolução relativamente humana. A prática odiosa de matar os prisioneiros foi raramente empregada, e sempre à revelia dos chefes responsáveis".

4.12 Guerra do Paraguai



A Guerra do Paraguai ou ainda guerra da Tríplice Aliança (*Guerra de la Triple Alianza*) na Argentina e Uruguai, foi o maior conflito armado da América do Sul que ocorreu no século XIX, envolvendo a chamada Triplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina), contra o Paraguai. Também chamada de Guerra Grande no Paraguai, a guerra teve extensão de 6 anos, com inicio em meados de Dezembro de 1864 á 1870

O conflito teve inicio oficial quando o Paraguai, por desacordos políticos e rivalidades platinas, encontrou pretexto para invadir o Brasil em função do apoio as eleições do Uruguai (quando o Brasil auxiliou na queda do atual governo do Uruguai que era aliado do governo paraguaio). O estopim da guerra foi quando invadiram a cidade e Dourados no Mato Grosso do Sul e sequestraram o navio brasileiro Marques de Olinda em meados de Dezembro de 1864.

Em 1865 invadiram o território Argentino visando chegar ao Rio Grande do Sul gerando assim a aliança entre os três países contra o Paraguai. Tal conflito foi considerado o maior conflito armado devido a junção do armamento e força da tríplice aliança, por sua vez o Paraguai também se encontrava muito bem reforçado a mando do seu principal comandante o considerado ditador: Francisco Solano Lopez.

Solano Lopez, como ficou conhecido, para muitos foi considerado um herói por defender seu país de uma invasão estrangeira, para outros (a grande maioria que se tem relato), um grande ditador que levou o Paraguai a ruína tendo em vista que as consequências da guerra especialmente ao seu país foram devastadoras como a decadência da economia, e morte de 80% da população masculina Paraguaia, o que levou anos para ser reconstruída. Ou seja, o Paraguai que era considerado uma potência econômica na América do Sul, independente das nações europeias ficou na ruína e miséria, e com uma incalculável quantidade de homens mortos.

O conflito que teve inúmeras batalhas sangrentas, entre as mais conhecidas a Batalha Naval de Riachuelo, e chegou ao fim na Batalha de Cerro Corá onde enfim Solano foi derrotado e morto pelas tropas da Tríplice Aliança colocando então um ponto final na guerra.

4.13 Guerra do Contestado

Conflito que surgiu entre 1912 e 1916, em uma área povoada por sertanejos, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina, chamada região do contestado pois era recorrentemente contestado o direito a posse daquelas terras. Ta conflito teve origem quando deu-se a ordem por parte do governo da construção de uma estrada de ferro interligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul o que agravou o problema social ali instalado.

A Brazil Railway, responsável pela construção da rodovia atraiu cerca de 8 mil homens para o trabalho na construção da ferrovia, porém após a obra, a empresa comprou uma nova área de terras que seria destinada a exploração de madeira. Utiizando-se então de maquinário especializado para tal ação, a empresa dispensou a mão de obra humana, o que acabou forçando a expulsão de outra leva de pequenos agricultores que ali estavam fixados.

Com a formação dessa massa de operários desempregados e camponeses desapropriados, a região do Contestado começou a presenciar um movimento messiânico. Diversos profetas, beatos e "monges" apareceram pregando ideais de justiça, paz e comunhão que seriam estabelecidos em um movimento de inspiração religiosa. O primeiro desses líderes foi o beato José Maria, que atacava o autoritarismo da ordem republicana e pregava novos tempos de prosperidade e comunhão espiritual.

Preocupados com a formação de comunidades desse mesmo tipo, os governos estadual e federal passaram a enviar expedições militares contra a população de Quadrado Santo. Ao saberem da ação do governo, os sertanejos fugiram para a cidade de Faxinal do Irani, no Paraná. Após essa fuga, ainda no ano de 1912, um novo destacamento militar foi mandado para entrar em confronto com os seguidores de José Maria. Durante os conflitos, as tropas federais foram derrotadas, entretanto o líder espiritual acabou morrendo.

Em 1914, o governo mais uma vez foi neutralizado com a fuga em massa dos moradores do contestado. No ano seguinte, outros confrontos seriam marcados com

sucessivas derrotas do Exército. O já prolongado conflito só veio a ter um fim quando as tropas do governo foram mantidas por mais de um ano em confrontos regulares contra a comunidade revoltosa. Para tanto, utilizaram de aviões e uma pesada artilharia. No fim da luta, em 1916, milhares de sertanejos foram brutalmente executados colocando então um fim à revolta.

5 HISTÓRIA DO BRASIL

5.1 Descobrimento do Brasil

Os primeiros habitantes não só da região sul, mas de todo o território brasileiro foram os indígenas, como já relata em textos anteriores, povos estes que eram encontrados em terras brasileiras e tinham aspectos primitivos e selvagens pela ausência de contato com humanos civilizados. Este primeiro contato com o "homem branco" surgiu então após a descoberta do Brasil, datada do dia 22 de Abril do ano de 1500 por Pedro Alvarez Cabral, navegador da coroa Portuguesa que, conforme relatos, partiu de Portugal com 13 caravelas com destino às Índias, e ao se "perder" no caminho chegou a terras brasileiras, que inicialmente foram denominadas de Monte Pascal, pois a expedição chegou a estas terras no oitavo dia da Páscoa do calendário cristão.

Ilustração do artista português Roque Gameiro (1864-1935)

Alguns dias depois, foi realizada a primeira missa em solo brasileiro, dia 26 de Abril, missa realizada então pelos tripulantes da frota marítima de Cabral. Conhecendo um pouco mais do local, perceberam que não se tratava de um monte, e sim de uma extensa faixa de terra. Então, a nova terra encontrada passou a se chamar "Ilha de Vera Cruz". Após exploração realizada por outras incursões portuguesas e constatarem então que se tratava de um continente e não apenas uma grande ilha, a terra então passou a se chamar "Terra de Vera Cruz".

Somente em 1511, após a descoberta do Pau Brasil pelas incursões portuguesas que aqui chegaram enviadas pela coroa para saber mais sobre a tal terra descoberta, e quais riquezas possuía, é que a colônia passou a ser chamada pelo nome que recebemos hoje: Brasil.

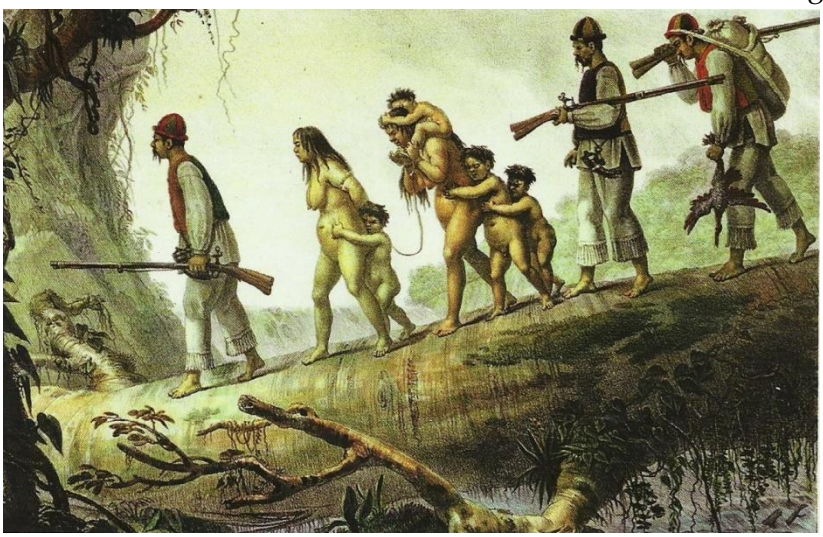
5.2 Contato com os Indígenas

Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500,
por Oscar Pereira da Silva (1867-1939)

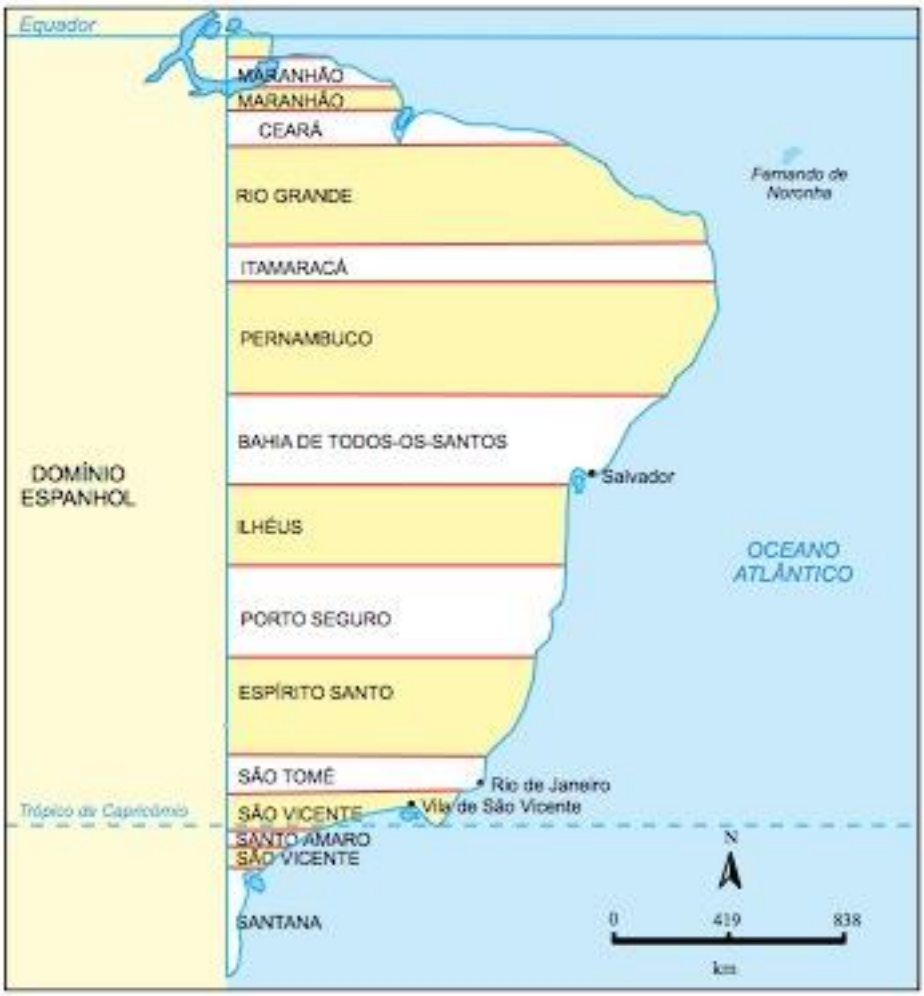
A história conta que, embora dificultado pela desconfiança dos índios e pela dificuldade de comunicação, o primeiro contato dos portugueses com os indígenas aqui encontrados foi amistoso. Utilizando-se de um tradutor e de formas rudimentares de comunicação, estabelece-se contato com os primitivos e o convívio passou a ser amenizado.

Inicialmente, os portugueses passaram a utilizar a mão de obra indígena para a extração do Pau Brasil, que era muito cobiçado na Europa, e então de grande valia financeira aos portugueses. Concomitante a isso os padres que para cá foram enviados iniciaram a catequização dos indígenas, porém passado algum tempo, alguns índios começaram a se rebelar com o trabalho forçado que os portugueses lhes "propunham".

Então, os portugueses não queriam mais apenas catequizá-los e sim escravizá-los, a fim de exercer total domínio sobre este povo. Passaram-se alguns anos até que a exploração de pau-brasil diminuísse e desse inicio ao plantio da cana de açúcar e à exploração de minérios como o ouro, também utilizando mão de obra indígena.



5.3 As Capitanias Hereditárias



(Flávio de Campos e Miriam Dolhnihoff. *Atlas: História do Brasil*, 2002.)

Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Estas enormes faixas de terras, conhecidas como Capitanias Hereditárias ou lotes, eram ao todo 15 e foram doadas para 12 donatários (nobres e pessoas de confiança do rei). Estes territórios seriam transmitidos de forma hereditária, ou seja, passariam de pai para filho. Fato que explica o nome deste sistema administrativo.

As dificuldades de administração das capitanias eram inúmeras. A distância de Portugal, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema. Com exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, todas acabaram fracassando. Desta forma, em 1549, o rei de Portugal criou um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. Este seria mais centralizador, cabendo ao governador geral as funções antes atribuídas aos donatários.

Embora tenha vigorado por pouco tempo, o sistema das Capitanias Hereditárias deixou marcas profundas na divisão de terra do Brasil. A distribuição desigual das terras gerou posteriormente os latifúndios, causando uma desigualdade

no campo. Atualmente, muitos não possuem terras, enquanto poucos possuem grandes propriedades rurais.

Principais Capitanias Hereditárias e seus donatários: São Vicente (Martim Afonso de Sousa), Santana, Santo Amaro e Itamaracá (Pêro Lopes de Sousa); Paraíba do Sul (Pêro Góis da Silveira), Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho), Porto Seguro (Pêro de Campos Tourinho), Ilhéus (Jorge Figueiredo Correia), Bahia (Francisco Pereira Coutinho). Pernambuco (Duarte Coelho), Ceará (António Cardoso de Barros), Baía da Traição até o Amazonas (João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade).

O Vinculo entre o rei de Portugal e o donatário era estabelecido em dois documentos básicos:

CARTA DE DOAÇÃO - Conferia ao donatário a posse hereditária da capitania. Posse, aqui não significa o domínio exercido pelo proprietário. Ou seja, os donatários não eram proprietários das capitanias, mas apenas seus administradores.

CARTA FORAL - Estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração das terras.

5.4 Crise no Sistema Colonial

Ao longo do tempo, o funcionamento do sistema colonial acabou gerando uma contradição inevitável entre a metrópole e a colônia, que se expressava no antagonismo: desenvolver a colônia versus explorar a colônia. Em outras palavras: não era possível continuar explorando a colônia sem desenvolvê-la. Em contrapartida, ao se desenvolver, a colônia poderia criar condições para lutar pelo fim da exploração da metrópole.

Assim, ao mesmo tempo em que incentivava o desenvolvimento da colônia, a metrópole tomava medidas para conte-lo, procurando para isso, controlar a elite colonial. O conflito de interesses entre a metrópole e a colônia agravou-se com o tempo, gerando tensões que acabaram eclodindo em rebeliões. As rebeliões coloniais podem ser classificadas em dois grupos:

- Rebeliões sem objetivos de separação política, ou seja, de separar o Brasil de Portugal: Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1708), Guerra dos Mascates (1710) e Revolta de Vila Rica (1720).
- Rebeliões com objetivos de separação política, ou seja, os que queriam proclamar a independência política do Brasil: Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

5.5 Conjuração Mineira – 1789 – A revolta da elite colonial

O movimento político conhecido como Inconfidência Mineira (1789) teve origem em Vila Rica, atual Ouro Preto, em Minas Gerais. Tratava-se de uma conspiração contra o domínio da Coroa portuguesa e se inspirava nas idéias libertárias que prevaleciam à época, fruto da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos. No movimento, envolveram-se personalidades como juízes, padres, militares e

poetas. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos líderes do movimento, ao ser preso e julgado assumiu a responsabilidade pela conjura. Condenado à forca, foi executado no dia 21 de abril de 1792, tendo sua cabeça exposta em praça pública em Vila Rica e as demais partes de seu corpo penduradas em diversos locais da estrada que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro. A crueldade do castigo, ao invés de amedrontar, exacerbou o espírito pela autonomia da Colônia e transformou Tiradentes no mártir da independência nacional.

5.6 Conjuração Baiana – 1798 – A rebelião dos pobres

Revolta de caráter popular que ocorre em Salvador em 1798 relacionada com a crise do sistema colonial e com os movimentos pela independência brasileira. Também é conhecida como Revolta dos Alfaiates. É o levante do fim do período colonial mais incisivo na defesa dos ideais de liberdade e igualdade propagados pela Revolução Francesa. A manifestação conta com representantes das camadas populares, com grande número de negros e mulatos, de escravos e libertos. Desde 1794, intelectuais, estudantes, proprietários e comerciantes participam de reuniões secretas, ao lado de artesãos, funcionários e soldados, para ouvir notícias da Revolução Francesa chegadas da Europa e discutir a aplicação dos princípios liberais no Brasil. Desejam a independência da colônia e uma sociedade baseada nos ideais de liberdade e igualdade dos cidadãos.

Em meados de 1798 surgem folhetos clandestinos anunciando a "República Baiense" e conclamando a população de Salvador a defendê-la. Seguem-se as primeiras prisões e fracassam os preparativos da luta armada. As autoridades dão início a devassas, julgam dezenas de implicados e, no começo de 1799, definem as sentenças. Seis são condenados à morte. Destes um tem a pena comutada e outro consegue fugir. Os outros quatro são enforcados na praça da Piedade. Dois são soldados, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, e dois alfaiates, João de Deus Nascimento e Manuel Faustino – todos mulatos

5.7 A Vinda da Família Real para o Brasil

No princípio do século XIX, a Europa foi sacudida por uma guerra longa e violenta. Napoleão, imperador da França, organizou um exército poderoso e invadiu

vários países somando vitórias. Para derrotar os ingleses, imaginou um estratagema: obrigar as outras nações a fecharem os portos à Inglaterra, que sendo uma ilha ficaria isolada e muito enfraquecida sem poder comerciar. Acontece que Portugal e Inglaterra eram velhos aliados e faziam muitos negócios entre si, por isso os portugueses decidiram não obedecer.

Napoleão preparou um exército de 30.000 homens comandados pelo General Junot e ordenou-lhe que conquistasse Portugal. Quando em Lisboa se soube que viria uma invasão francesa, tomou-se a decisão: a família real devia partir imediatamente para o Brasil, que nessa época era uma colônia portuguesa. Dom João só tomou a decisão de embarcar para o Brasil quando as tropas Napoleônicas fossem apoiadas pela Espanha, que já se aproximavam de Lisboa. Em 15.000 mil pessoas e com navios emprestados da Inglaterra (que se comprometera a protegê-los), a Corte Portuguesa chega a Salvador onde foi recebida com grande festa em Janeiro de 1808 de onde após três anos de permanência, mudaram-se para o Rio de Janeiro.

O príncipe Dom João dá a seguinte ordem ao povo: "O proprietário que tiver duas casas ou mais, deve cedê-las á corte e ficar só com um uma". Essa era a mesma ordem que ele tinha dado em Salvador para conseguir abrigar o seu povo. A Corte Batiza a "colônia" de Reino Unido. Cumpriu-se o acordo com a Inglaterra e os portos brasileiros foram abertos às nações amigas, incluindo Espanha e França.

5.8 O Governo de D. João VI no Brasil

João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael - o futuro D. João VI - nasceu em 13 de maio de 1767, no Palácio Real da Ajuda, nas cercanias de Lisboa, e morreu em 10 de março de 1826, no Paço da Bemposta, na mesma cidade, com quase 59 anos de idade. Como príncipe ou rei, nos 34 anos de seu governo (1792-1826), D. João foi personagem da história luso-brasileira em diversos momentos significativos. Ele participou de vários acontecimentos, freqüentemente analisados pela historiografia como:

- a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas (1808); a assinatura dos tratados de comércio com a Inglaterra (1810);
- a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves (1815);
- a repressão militar à Revolta Pernambucana (1817); o retorno da família real a Portugal (1821);
- o reconhecimento da independência política do Brasil (1825), proclamada em 1822, por seu filho, D. Pedro I.

Há muito Portugal dependia economicamente da Inglaterra. Essa dependência acentua-se com a vinda de D. João VI ao Brasil, que gradualmente deixava de ser colônia de Portugal, para entrar na esfera do domínio britânico. Para Inglaterra industrializada, a independência da América Latina era uma promissora oportunidade de mercados, tanto fornecedores, como consumidores. Com a assinatura dos Tratados de 1810 (Comércio e Navegação e Aliança e Amizade), Portugal perdeu definitivamente o monopólio do comércio brasileiro e o Brasil caiu diretamente na dependência do capitalismo inglês.

5.9 Revolução Pernambucana

Em 1817, durante o Império, fatores econômicos, políticos e sociais foram responsáveis pela Revolução Pernambucana. A crise na produção do açúcar e algodão, luta dos senhores rurais e homens livres contra o domínio comercial dos portugueses e para diminuir os preços dos gêneros de primeira necessidade que eles vendiam.

O desejo de substituir a Monarquia Absoluta pela República, forma mais liberal de governo, já adotada nos Estados Unidos da América. As grandes desigualdades sociais e raciais existentes, que os revolucionários queriam eliminar. As idéias de liberdade e emancipação espalharam-se rapidamente pelas sociedades secretas, pelos quartéis, entre o clero, e cada vez mais pelo seio da população.

O estopim da revolta foi a ordem de prisão dada pelo governador de Pernambuco aos principais suspeitos de liderar o movimento. Estava iniciada a revolução. Os revolucionários venceram as forças do governador e organizaram um governo provisório. Enviaram emissários para o exterior e capitanias do Nordeste, recebendo adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Os revolucionários ainda venceram algumas lutas contra as forças militares, mas acabaram sendo vencidos, e seus principais líderes executados no Recife.

A Revolução Pernambucana de 1817 conseguiu congregar religiosos, militares, intelectuais e populares em torno do ideal comum da emancipação política e do estabelecimento do governo republicano. No Nordeste, apesar da Independência, continuavam a existir os problemas econômicos e sociais contra os quais haviam lutado os revolucionários de 1817.

5.10 Confederação do Equador (1824)

A Confederação do Equador foi um movimento de oposição ao governo de D. Pedro I. Teve início em Pernambuco, estendendo-se à Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Com a Constituição de 1824, as províncias eram governadas por um presidente nomeado pelo Imperador e só trazia benefícios à classe dos mais ricos. Isto não agradou aos nordestinos que se uniram em um movimento chamado Confederação do Equador.

Os revolucionários alimentavam um grande sonho de proclamar uma República. D. Pedro I sufocou o movimento, enviou por terras, tropas comandadas por Francisco Lima e Silva (pai de Duque de Caxias) e por mais, uma esquadra de ingleses. Em Pernambuco, os revolucionários foram presos: Frei Caneca (Frei Joaquim do Amor Divino Caneca) foi fuzilado.

O estado do Piauí não aderiu ao movimento, mas teve mais tarde, alguns partidários dessa corrente através de Campo Maior e Parnaíba. Sousa Martins impediu que o movimento se infiltrasse fortemente no Piauí, mandando reforço para os extremos do Piauí com o Ceará e Pernambuco. O fim trágico de Confederação do Equador provocou grande revolta no povo nordestino, quanto ao modo de agir de D. Pedro I.

5.11 A Província Cisplatina

A Região da Cisplatina.

A oposição ao Governo de D. Pedro I cresceu a partir de dois acontecimentos: a morte de D. João VI - que levantou a questão da sucessão do trono português - e a guerra contra as Províncias Unidas do rio da Prata (futura Argentina), que resultou na perda da Província Cisplatina.

Esta região, antes denominada Banda Oriental do Uruguai, havia sido conquistada por campanha militar em 1817, quando da permanência da Corte no Rio de Janeiro, durante o governo do príncipe-regente. Após inúmeras manifestações protestos e desentendimentos políticos ocorridos na região da Cisplatina - submetida por invasão - reuniu-se um Congresso, em agosto de 1825, que proclamou sua separação do Brasil e a incorporação às Províncias Unidas do rio da Prata.

Este acontecimento deflagrou uma guerra desastrosa, a partir de dezembro de 1825, entre as partes envolvidas. D. Pedro I sustentou esta guerra, pois a política do Brasil em relação ao restante do continente era no sentido de dificultar a formação de grandes países. Por outro lado, a anexação da Cisplatina fortalecia as Províncias Unidas, que passavam a controlar toda a bacia do rio da Prata e seu estuário.

Tendo em vista as dificuldades de comunicação terrestre, o bloqueio da área fluvial dificultava os contatos com as áreas localizadas no oeste de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e sudoeste de Mato Grosso. Isto poderia ameaçar a unidade e a estabilidade do Império e a do imperador.

A guerra, apesar dos esforços dos mediadores, terminou apenas em 1828 quando foi assinado um tratado de paz. A Cisplatina teve sua independência

reconhecida pelos Governos do Brasil e das Províncias Unidas do rio da Prata, passando a se denominar República Oriental do Uruguai.

O Tratado também incluía um artigo que estabelecia a livre navegação na bacia do Prata pelo prazo de quinze anos. Isto significava em outras palavras que, através da mediação, o Governo inglês obteve a vantagem do livre comércio no estuário platino.

A guerra significou desgaste para D. Pedro I devido, em grande parte, aos altos gastos militares e empréstimos externos em tempos de crise. Por outro lado fez aumentar as desconfianças das repúblicas latino-americanas, que julgavam a política expansionista do Brasil uma ameaça para o Continente.

5. 12 Cronologia do Brasil Império

1823	Instala-se, no dia 3 de maio, a Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do Brasil. Criando um sistema eleitoral baseado na renda em farinha de mandioca, o anteprojeto ficou conhecido como a Constituição da Mandioca. Em novembro, D. Pedro I dissolve a Assembléia.
1824	É outorgada no dia 25 de março, por decreto imperial, a primeira Constituição do país. No dia 25 de julho, explode a Confederação do Equador.
1825	Os revolucionários cisplatinos assumem o controle militar da província Cisplatina.
1826	Morre, em Portugal, D. João VI. Aberta a sucessão do trono, D. Pedro I torna-se o legítimo pretendente, mas abdica seu direito em favor de sua filha D. Maria da Glória.
1828	É assinado um tratado de paz entre Brasil e Argentina, pelo qual ambos os países aceitavam a fundação de República Oriental do Uruguai.
1831	D. Pedro I abdica o trono brasileiro em favor de seu filho Pedro de Alcântara. A Regência Trina Provisória assume o poder até junho desse ano. A partir dessa data, o governo é transferido para a Regência Trina Permanente. O período regencial vai até 1840.
1834	D. Pedro I morre em Portugal. É aprovado o Ato Adicional, introduzindo modificações na Constituição do império.
1835	Início da Regência Una do padre Feijó. No Pará, explode a Cabanagem; no sul, a Farroupilha.
1837	O Regente Feijó renuncia ao cargo. Tem início a Regência Una de Araújo Lima. Na Bahia, explode a Sabinada.
1838	A Balaiada tem início, no Maranhão.
1840	Termina o Período Regencial, com a decretação da maioridade de D. Pedro II. Início do Segundo Reinado. É aprovada a lei interpretativa do Ato Adicional, limitando a autonomia das províncias.
1842	Revolta dos liberais em São Paulo e Minas Gerais.

1848	Explode a Revolução Praieira, a última grande revolta liberal do império.
1850	É extinto o tráfico de escravos no Brasil.
1854	Inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.
1865	Início da Guerra do Paraguai
1870	Fim da Guerra do Paraguai. É publicado o Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro.
1888	É promulgada a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil.
1889	Fim do império. Proclamação da república

5.13 A Independência do Brasil

A Independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. Muitas tentativas anteriores ocorreram e muitas pessoas morreram na luta por este ideal. Podemos citar o caso mais conhecido: Tiradentes. Foi executado pela coroa portuguesa por defender a liberdade de nosso país, durante o processo da Inconfidência Mineira.

Dia do Fico

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta das cortes de Lisboa, exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta idéia, pois pretendiam recolonizar o Brasil e a presença de D. Pedro impedia este ideal. Porém, D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico".

O processo de independência

Após o Dia do Fico, D. Pedro tomou uma série de medidas que desagradaram a metrópole, pois preparavam caminho para a independência do Brasil. D. Pedro convocou uma Assembléia Constituinte, organizou a Marinha de Guerra, obrigou as tropas de Portugal a voltarem para o reino. Determinou também que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor sem o "cumpra-se", ou seja, sem a sua aprovação.

Além disso, o futuro imperador do Brasil conclamava o povo a lutar pela independência. O príncipe fez uma rápida viagem a Minas Gerais e a São Paulo para acalmar setores da sociedade que estavam preocupados com os últimos acontecimentos, pois acreditavam que tudo isto poderia ocasionar uma desestabilização social.

Durante a viagem, D. Pedro recebeu uma nova carta de Portugal que anulava a Assembléia Constituinte e exigia a volta imediata dele para a metrópole. Estas notícias chegaram às mãos de D. Pedro quando este estava em viagem de Santos para São Paulo. Próximo ao riacho do Ipiranga, levantou a espada e gritou: "Independência ou Morte!". Este fato ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 e marcou a Independência do Brasil. No mês de dezembro de 1822, D. Pedro foi declarado imperador do Brasil.

Pós Independência

Os primeiros países que reconheceram a independência do Brasil foram os Estados Unidos e o México. Portugal exigiu do Brasil o pagamento de dois milhões de libras esterlinas para reconhecer a independência de sua ex-colônia. Sem este dinheiro, D. Pedro recorreu a um empréstimo da Inglaterra. Embora tenha sido de grande valor, este fato histórico não provocou rupturas sociais no Brasil.

O povo mais pobre se quer acompanhou ou entendeu o significado da independência. A estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual. A elite agrária, que deu suporte D. Pedro I, foi a camada que mais se beneficiou.

Um Príncipe Brasileiro

O segundo filho varão de D.João e Carlota Joaquina nascera no dia 12 de outubro de 1789, na sala D.Quixote do palácio de Queluz. Antônio, primogênito de D.João, morreu aos seis anos, em 1801, tornando D.Pedro o segundo na linha sucessória. Em 1808, depois que D.Pedro se mudou com os pais para o Brasil, o desleixo com o qual fora criad assumiu proporções quase criminosas.

Criado solto, na Quinta da Boa Vista ou na fazenda Santa Cruz (propriedade tomada dos jesuítas, a 80 km do Rio), Pedro andava sozinho na mata, brigava a pau e soco com outras crianças, bolinava as escravas. Ali, tornou-se um exímio, mas imprudente cavaleiro.

A rudeza desses primeiros anos pode ter agravado a epilepsia congênita: aos 18 anos, D.Pedro já sofrera seis ataques da doença. Alguns, durante cerimônias oficiais - que o príncipe não tolerava (no beija-mão, ele a estendia a adultos, mas, se uma criança se aproximava, ele a socava no queixo). Mas, desde a infância, Pedro revelou-se ser um sujeito despojado e de bom coração.

Por toda a vida, D.Pedro foi um amante latino, dândi liberal que tomava o que gostava - cavalos, mulheres ou roupas. Mas quem convivera com ele concordava com algumas de suas últimas palavras: "Orgulho-me de ser verdadeiro, humano e generoso e de ser capaz de esquecer as ofensas que me são feitas". A partir dos 16 anos, D.Pedro adquiriu fama de amante insaciável. Os nobres portugueses e ricos brasileiros escondiam as filhas quando o príncipe passava.

Embora tenha tido relações sexuais - ou tentando ter - com praticamente qualquer mulher que visse pela frente, a grande paixão de D.Pedro foi Domitila de Castro, que ele fez Marquesa de Santos e que lhe deu quatro filhos. D.Pedro e Domitila, uma "sensual luso-brasileira de seios e quadris volumosos", conheceram-se em São Paulo, dias antes de o príncipe proclamar a independência. D.Pedro a levou para morar em frente do palácio. O caso tornou-se público.

D.Leopoldina morreu - de desgosto segundo o povo. Forçado a se casar de novo, D.Pedro dispensou a amante, em 1829. Mas não sem escândalo: ao descobrir que o imperador tinha um caso com sua irmã, Maria Bendita, Domitila tentou matá-la. A marquesa voltou para São Paulo, casou e morreu aos 70 anos.

5.14 Período Regencial

.Período Regencial (1831 a 1840)

Nos dicionários, encontra-se a palavra regência com a seguinte explicação: “governo provisório enquanto o poder não pode ser exercido pelo príncipe que tem direito de exercê-lo”. Depois da abdicação de D.Pedro I, o governo passou a ser exercido por regentes, uma vez que D.Pedro II tinha apenas cinco anos.

A regência trina provisória

No dia 7 de abril de 1831, quando D.Pedro I abdicou, a Assembléia Geral do Império (Senado e Câmara dos Deputados) estava de férias e apenas alguns deputados e senadores encontravam-se no Rio de Janeiro. Estes, por causa de seu pequeno número, só puderam eleger uma regência provisória formada por José Carneiro de Campos, Nicolau de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

O novo governo tomou duas medidas importantes: chamou de volta o ministério brasileiro, demitido por D.Pedro I pouco antes da abdicação, e decretou anistia para todos os acusados de crimes políticos.Passaram-se alguns meses, deputados e senadores voltaram ao Rio de Janeiro e, depois de reuniões e acordos políticos, foi estabelecido um novo governo.

A regência trina permanente

Em junho de 1831, o novo governo ficava organizado com três regentes: José da Costa Carvalho, representante das províncias do Sul do país, João Bráulio Muniz que representava o Norte-nordeste, e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, apelidado pelo povo do Rio de Janeiro de Chico Regência, representando o Centro.

O povo, especialmente o do Rio de Janeiro, ficou insatisfeito com o novo governo, que só incluía políticos conservadores e inúmeras revoltas explodiram na capital. As revoltas das camadas populares foram fomentadas pela série de problemas com que se debatia o país: a crise econômica, a dívida externa, o aumento do custo de vida e dos impostos. Tais problemas haviam levado a abdicação de Pedro I e continuavam a se agravar.

A regência Una

Em setembro de 1834 ocorreu um outro fato político importante: D.Pedro I morreu em Portugal

Em 1835, pela primeira vez, os brasileiros votavam numa eleição para o poder executivo. Escolhiam um regime único que teria poderes equivalentes aos de um presidente da república. É claro que os eleitores eram minoria, pois a Constituição de 1824 estabelecia que só podiam votar pessoas com altas rendas. Foi eleito o padre Diogo Antônio Feijó, que tomou posse em 1836.

Antecipação da Maioridade de D. Pedro II

Em abril de 1840, por proposta do senador José Martiniano de Alencar, pai do romancista José de Alencar, foi criada a Sociedade Promotora da Maioridade, originalmente uma sociedade secreta que logo se tornou pública, passando a se chamar apenas Clube da Maioridade. Antônio Carlos de Andrada, um dos líderes do Partido Progressista, foi escolhido presidente, aproximando-se cada vez mais dos palacianos.

Os regressistas ou conservadores procuraram cercar a proposta de antecipação com inúmeros cuidados, restaurando a mística da figura imperial, o protocolo e as pompas reais nas solenidades públicas. Foi restabelecido o beija-mão, saudação que simbolizava o reconhecimento do Imperador por seus súditos. O próprio Regente Araújo Lima, na festa da Santa Cruz, à porta da igreja, inclinou-se ante o Imperador,

beijando-lhe a mão, fato que, segundo o conservador Justiniano José da Rocha, provocou "na cidade a exaltação em uns, a indignação em outros e a surpresa de todos".

No dia 21 de julho de 1840, os representantes do Partido Progressista, ou Liberal, liderados por Antônio Carlos, apresentaram à Assembléia Geral um projeto de declaração da maioridade, antecipando o início do Governo pessoal de D. Pedro II. O Governo regencial, procurando ganhar tempo, tentou evitar a votação, adiando a abertura das sessões para novembro. Inconformados, os deputados, com o apoio do Senado, formaram uma comissão que foi ao palácio de São Cristóvão pedir ao jovem Príncipe herdeiro que concordasse em assumir o Governo.

Ele aceitou e, em 23 de julho de 1840, prestou juramento na Assembléia Geral. "Juro manter a religião Católica Apostólica Romana, a integridade e indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da nação brasileira, e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber".

A antecipação da maioridade restabeleceu a paz no Império. A Regência foi extinta, e o Governo foi entregue a seu segundo Imperador, D. Pedro II, que completaria 15 anos no dia 2 de dezembro. A sagração e coroação de D. Pedro II foi marcada para 18 de julho de 1841. A cidade do Rio de Janeiro foi cuidadosamente embelezada para a cerimônia. Muitas obras foram realizadas com grandes gastos para os cofres públicos. As festas duraram muitos dias, encerrando-se no dia 24 de julho com um grande baile de gala no Paço da cidade.

5.15 As Rebeliões Provinciais ou Movimentos Revolucionários

Cabanagem

A diferença entre os farrapos e os cabanos, deu-se em que enquanto na primeira foi a estância quem entrou em guerra, na segunda, na cabanagem, foi o povo da selva quem pegou em armas contra o poder da oligarquia.

No caso do Pará, a luta se fez também contra a classe dominante local, grandes fazendeiros e comerciantes de Belém. A revolta ficou conhecida como Cabanagem ou Luta dos Cabanos, porque foi realizada principalmente pelo povo pobre, mestiços, negros e índios, que habitavam em cabanas a beira dos rios. Lutavam contra a oligarquia local, apoiada pelo governo do Rio de Janeiro, querendo terras.

Em meio à luta, os cabanos chegaram a controlar o governo da província em inúmeros momentos. Mas as tropas do Rio de Janeiro continuamente reforçadas terminaram por esmagar o movimento, calculando-se em 40.000 o número de cabanos mortos.

A Sabinada

Movimento autonomista ocorrido na Bahia entre 1837 e 1838, durante o período da Regência. Setores políticos da província ligados aos liberais radicais e à maçonaria defendem os ideais federativos contra o centralismo monárquico. Aproveitando a reação popular contra o recrutamento militar imposto pelo governo regencial para combater a Revolta dos Farrapos, iniciam a luta em favor da separação temporária da Bahia do resto do império.

Liderada pelo médico Francisco Sabino da Rocha Vieira, a rebelião começa em Salvador, em 7 de novembro de 1837. Apesar de pretender estender-se a toda a província, a revolta acaba restringindo-se à capital e a algumas localidades próximas. Também não obtém o apoio esperado entre as camadas populares e entre os influentes senhores de engenho. Mesmo assim, os "sabinos" denunciam a ilegitimidade do regime da Regência e proclamam a República, prevista para durar até a maioridade legal do imperador.

Conseguem tomar vários quartéis na capital baiana, mas são cercados por terra e por mar pelas tropas legalistas e derrotados em março de 1838. Muitos morrem nos combates. Três líderes são executados e outros três deportados. Sabino Vieira é confinado na província de Mato Grosso.

A Balaiada

No ano de 1838 surgiu um movimento popular no Maranhão. Este era contrário ao poder e aos aristocratas rurais que, até então, dominavam aquela região.
Em dezembro de 1838, Raimundo Gomes (líder do movimento), com objetivo de libertar seu irmão que se encontrava preso em vila Manga, invadiu a prisão libertando não só seu irmão, mas também todos os outros que se encontravam presos.

Após algumas conquistas dos balaios, como a tomada de Caxias e a organização de uma Junta Provisória, o governo uniu tropas de diferentes províncias para atacá-los. Contudo, Os balaios venceram alguns combates. Outros líderes, como, por exemplo, o coronel Luís Alves de Lima e Silva também entrou em combate com os revoltosos. Entretanto, o comandante dos balaios, Raimundo Gomes, rendeu-se.

Após a morte de Balaio, Cosme (ex-escravo e um dos principais chefes dos balaios) assumiu a liderança do movimento e partiu em fuga para o sertão. Daí em diante, a força dos balaios começou a diminuir, até que, em 1840, um grande número de balaios rendeu-se diante da concessão da anistia. Pouco tempo depois, todos os outros igualmente se renderam. Com a completa queda dos balaios, Cosme foi enforcado.

5.16 Escravidão e Abolição da Escravatura (quilombos)

Escravidão no Brasil

Ao falarmos em escravidão, é difícil não pensar nos portugueses, espanhóis e ingleses que superlotavam os porões de seus navios de negros africanos, colocando-os a venda de forma desumana e cruel por toda a região da América.

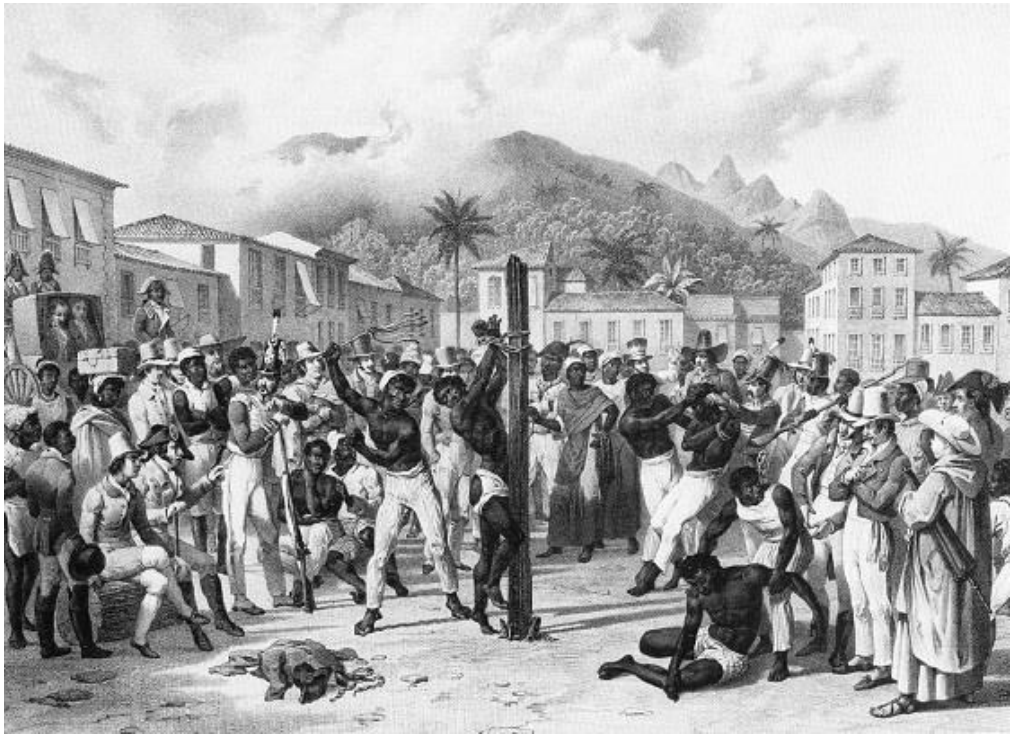
Sobre este tema, é difícil não nos lembrarmos dos capitães-de-mato que perseguiam os negros que haviam fugido no Brasil, dos Palmares, da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, da dedicação e idéias defendidas pelos abolicionistas, e de muitos outros fatos ligados a este assunto.

Apesar de todas estas citações, a escravidão é bem mais antiga do que o tráfico do povo africano. Ela vem desde os primórdios de nossa história, quando os povos vencidos em batalhas eram escravizados por seus conquistadores. Podemos citar como exemplo os hebreus, que foram vendidos como escravos desde os começos da História. Muitas civilizações usaram e dependeram do trabalho escravo para a execução de tarefas mais pesadas e rudimentares. Grécia e Roma foram umas delas, estas detinham um grande número de escravos; contudo, muitos de seus escravos eram bem tratados e tiveram a chance de comprar sua liberdade.

No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos. O transporte era feito da África para o Brasil nos porões dos navios negreiros. Amontoados, em condições desumanas, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, sendo que os corpos eram lançados ao mar.

Nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro (a partir do século XVIII), os escravos eram tratados da pior forma possível. Trabalhavam muito (de sol a sol), recebendo apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade.

Passavam as noites nas senzalas (galpões escuros, úmidos e com pouca higiene) acorrentadas para evitar fugas. Eram constantemente castigados fisicamente, sendo que o açoite era a punição mais comum no Brasil Colônia. Eram proibidos de praticar sua religião de origem africana ou de realizar suas festas e rituais africanos.



Tinham que seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, adotar a língua portuguesa na comunicação. Mesmo com todas as imposições e restrições, não deixaram a cultura africana se apagar. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, mantiveram suas representações artísticas e até desenvolveram uma forma de luta: a capoeira.

As mulheres negras também sofreram muito com a escravidão, embora os senhores de engenho utilizassem esta mão-de-obra, principalmente, para trabalhos domésticos. Cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite foram comuns naqueles tempos da colônia.

No Século do Ouro (XVIII) alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade após adquirirem a carta de alforria. Juntando alguns "trocados" durante toda a vida, conseguiam tornar-se livres. Porém, as poucas oportunidades e o preconceito da sociedades acabavam fechando as portas para estas pessoas.

O negro também reagiu à escravidão, buscando uma vida digna. Foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os famosos quilombos. Estes eram comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e

exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi.

Campanha Abolicionista e a Abolição da Escravatura

A partir da metade do século XIX a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra. Interessada em ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo, o Parlamento Inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen (1845), que proibia o tráfico de escravos, dando o poder aos ingleses de abordarem e aprisionarem navios de países que faziam esta prática.

Em 1850, o Brasil cedeu às pressões inglesas e aprovou a Lei Eusébio de Queiróz que acabou com o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871 era aprovada a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. E no ano de 1885 era promulgada a Lei dos Sexagenários que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Somente no final do século XIX é que a escravidão foi mundialmente proibida. Aqui no Brasil, sua abolição se deu em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel.

Abolição da Escravatura - Lei Áurea

Na época em que os portugueses começaram a colonização do Brasil, não existia mão-de-obra para a realização de trabalhos manuais. Diante disso, eles procuraram usar o trabalho dos índios nas lavouras; entretanto, esta escravidão não pôde ser levada adiante, pois os religiosos se colocaram em defesa dos índios condenando sua escravidão. Assim, os portugueses passaram a fazer o mesmo que os demais europeus daquela época.

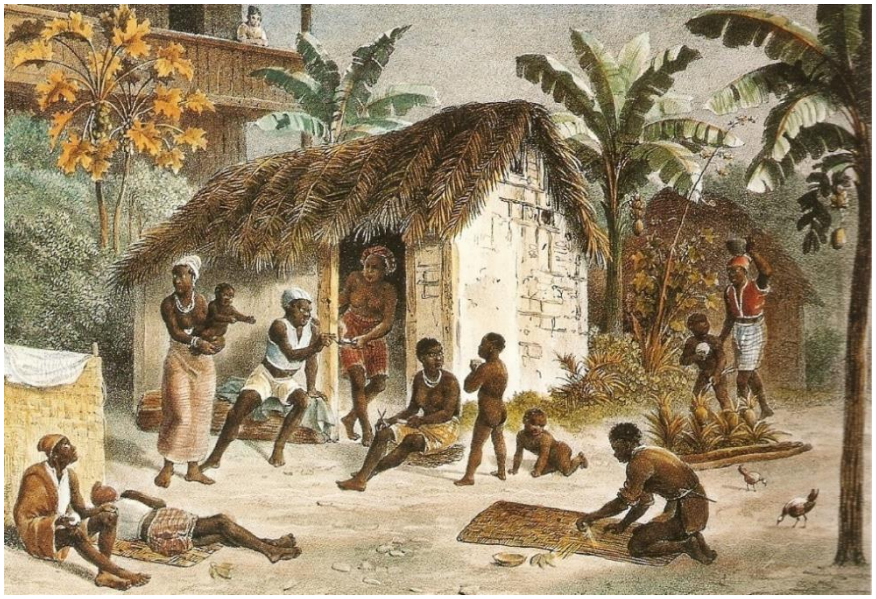
Eles foram à busca de negros na África para submetê-los ao trabalho escravo em sua colônia. Deu-se, assim, a entrada dos escravos no Brasil. Os negros, trazidos do continente Africano, eram transportados dentro dos porões dos navios negreiros. Devido as péssimas condições deste meio de transporte, muitos deles morriam durante a viagem. Após o desembarque eles eram comprados por fazendeiros e senhores de engenho, que os tratavam de forma cruel e desumana. Apesar desta prática ser considerada "normal" do ponto de vista da maioria, havia aqueles que eram contra este tipo de abuso. Estes eram os abolicionistas (grupo formado por literatos, religiosos, políticos e pessoas do povo); contudo, esta prática permaneceu por quase 300 anos.

O principal fator que manteve a escravidão por um longo período foi o econômico. A economia do país contava somente com o trabalho escravo para realizar as tarefas da roça e outras tão pesados quanto estas. As providências para a libertação dos escravos deveriam ser tomadas lentamente.

A partir de 1870, a região Sul do Brasil passou a empregar assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros; no Norte, as usinas substituíram os primitivos engenhos, fato que permitiu a utilização de um número menor de escravos. Já nas principais cidades, era grande o desejo do surgimento de indústrias. Visando não causar prejuízo aos proprietários, o governo, pressionado pela Inglaterra, foi alcançando seus objetivos aos poucos.

O primeiro passo foi dado em 1850, com a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos mais tarde, foi declarada a Lei do Ventre-Livre (de 28 de setembro de 1871). Esta lei tornava livre, os filhos de escravos que nascessem a partir de sua promulgação. Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que liberdade total finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão no Brasil.

Quilombos



No período de escravidão no Brasil (séculos XVII e XVIII), os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas. Estes locais eram conhecidos como quilombos. Nestas comunidades, eles viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade. Na época colonial, o Brasil chegou a ter centenas destas comunidades espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

Na ocasião em que Pernambuco foi invadida pelos holandeses (1630), muitos dos senhores de engenho acabaram por abandonar suas terras. Este fato beneficiou a fuga de um grande número de escravos. Estes, após fugirem, buscaram abrigo no Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas. Esse fato propiciou o crescimento do Quilombo dos Palmares. No ano de 1670, este já abrigava em torno de 50 mil escravos. Estes, também conhecidos como quilombolas, costumavam pegar alimentos às escondidas das plantações e dos engenhos existentes em regiões próximas; situação que incomodava os habitantes.

Esta situação fez com que os quilombolas fossem combatidos tanto pelos holandeses (primeiros a combatê-los) quanto pelo governo de Pernambuco, sendo que este último contou com os serviços do bandeirante Domingos Jorge Velho. A luta contra os negros de Palmares durou por volta de cinco anos; contudo, apesar de todo o empenho e determinação dos negros chefiados por Zumbi, eles, por fim, foram derrotados. Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à

escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África.

5.17 Proclamação da República no Brasil

No final da década de 1880, a monarquia brasileira estava numa situação de crise, pois representava uma forma de governo que não correspondia mais às mudanças sociais em processo. Fazia-se necessário a implantação de uma nova forma de governo que fosse capaz de fazer o país progredir e avançar nas questões políticas, econômicas e sociais.

Crise da Monarquia

A crise do sistema monárquico brasileiro pode ser explicada através de algumas questões: Interferência de D.Pedro II nos assuntos religiosos, provocando um descontentamento na Igreja Católica; Críticas feitas por integrantes do Exército Brasileiro, que não aprovavam a corrupção existente na corte. Além disso, os militares estavam descontentes com a proibição, imposta pela Monarquia, pela qual os oficiais do Exército não podiam se manifestar na imprensa sem uma prévia autorização do Ministro da Guerra; A classe média (funcionário públicos, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, artistas, comerciantes) estava crescendo nos grandes centros urbanos e desejava mais liberdade e maior participação nos assuntos políticos do país. Identificada com os ideais republicanos, esta classe social passou a apoiar o fim do império; Falta de apoio dos proprietários rurais, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista, que desejavam obter maior poder político, já que tinham grande poder econômico;

Diante das pressões citadas, da falta de apoio popular e das constantes críticas que partiam de vários setores sociais, o imperador e seu governo encontravam-se enfraquecidos e frágeis. Doente, D.Pedro II estava cada vez mais afastado das decisões políticas do país. Enquanto isso, o movimento republicano ganhava força no Brasil.

A Proclamação da República

No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente. Na noite deste mesmo dia, o marechal assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório. Após 67 anos, a monarquia chegava ao fim.

]No dia 18 de novembro, D.Pedro II e a família imperial partiam rumo à Europa. Tinha início a República Brasileira com o Marechal Deodoro da Fonseca assumindo provisoriamente o posto de presidente do Brasil. A partir de então, o país seria governado por um presidente escolhido pelo povo através das eleições. Foi um grande avanço rumo a consolidação da democracia no Brasil.

5.18 Presidentes do Brasil

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o Brasil deixou de ser governado por um monarca para ser governado por um presidente da República, pois o país passou a ser uma República Federativa.

Conheça abaixo a relação de todos os presidentes, desde o advento da República até os dias de hoje. Nesta lista segue o período em que o presidente governou o Brasil, seguido de seu nome completo e, entre parênteses, o nome ou apelido pelo qual ficou conhecido

1889 - 1891 - Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (Marechal Deodoro da Fonseca)
1891 - 1894 - Marechal Floriano Vieira Peixoto (Marechal Floriano Peixoto)
1894 - 1898 - Prudente José de Morais Barros (Prudente de Morais)
1898 - 1902 - Manuel Ferraz de Campos Sales (Campos Sales)
1902 - 1906 - Francisco de Paula Rodrigues Alves (Francisco Alves)
1906 - 1909 - Afonso Augusto Moreira Penna (Afonso Penna)
1909 - 1910 - Nilo Peçanha (Nilo Peçanha)
1910 - 1914 - Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (Marechal Hermes da Fonseca)
1914 - 1918 - Wenceslau Brás Pereira Gomes (Wenceslau Brás)
1918 - 1919 - Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Delfim Moreira)
1919 - 1922 - Epitácio da Silva Pessoa (Epitácio Pessoa)
1922 - 1926 - Authur da Silva Bernardes (Arthur Bernardes)
1926 - 1930 - Washington Luís Pereira de Sousa (Washington Luís)
1930 - Junta governativa: General Tasso Fragoso, General João de Deus Mena Barreto e Almirante Isaías de Noronha
1930 - 1945 - Getúlio Dorneles Vargas (Getúlio Vargas).
1946 - 1951 - General Eurico Gaspar Dutra (Dutra)
1951 - 1954 - Getúlio Dorneles Vargas (Getúlio Vargas)
1954 - 1955 - João Café Filho (Café Filho)
1956 - 1961 - Juscelino Kubitschek de Oliveira (Juscelino Kubitschek - JK)
1961 - Jânio da Silva Quadros (Jânio Quadros)
1961 - 1964 - João Belchior Marques Goulart (João Goulart - Jango)
1964 - 1967 - Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (Marechal Castello Branco)

1967 - 1969 - Marechal Arthur da Costa e Silva (Marechal Costa e Silva)
1969 - 1974 - General Emílio Garrastazu Médici (General Médici)
1974 - 1979 - General Ernesto Geisel (General Ernesto Geisel)
1979 - 1985 - General João Baptista de Oliveira Figueiredo (General Figueiredo)
1985 - 1990 - José Sarney (Sarney)
1990 - 1992 - Fernando Afonso Collor de Melo (Fernando Collor)
1992 - 1995 - Itamar Augusto Cautiero Franco (Itamar Franco)
1995 - 2002 - Fernando Henrique Cardoso (Fernando Henrique Cardoso - FHC)
2003 - 2010 - Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)
2011 – 2016 - Dilma Vana Rousseff (Dilma Rousseff)
2016 – 2018 - Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer)
2018 - 2022 – Jair Messias Bolsonaro

6 GEOGRAFIA DO BRASIL

6.1 Localização Geográfica do Brasil

O Brasil está situado na América do Sul. Banhado a leste pelo Oceano Atlântico, possui várias ilhas oceânicas, destacando-se as de Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade. Ao norte, a oeste e ao sul limita-se com todos os países do continente sul-americano, excetuando-se o Chile e o Equador.

O Brasil é uma república federativa, composta por 26 estados e o Distrito Federal. Quinto maior país do mundo é dono de grandes diferenças geográficas, econômicas e sociais. Ainda assim possui uma notável unidade nacional sedimentada pela língua portuguesa, falada com sotaques variados, em todo o país.

Seu povoamento, feito no sentido da costa para o interior, produziu sérias distorções na distribuição da população, agravadas mais tarde pela industrialização. A redução drástica dos índices inflacionários contribuiu para uma pequena melhora na distribuição de renda. Há também uma redefinição do papel do Estado na economia.

A agricultura, apesar da baixa produtividade média, é ainda responsável por grande parte das exportações. No campo, a permanência de latifúndios improdutivos soma-se às reivindicações crescentes dos trabalhadores rurais sem-terra e fazem da reforma agrária uma das questões mais discutidas do país (MOA, 2005, p. 46).

6.2 Área e população

O Brasil é o maior país da América do Sul e da América Latina, e o quinto maior do mundo em área territorial (8.515.767,049 km²). Além disso, é o sexto maior país do mundo em população (mais de 208 milhões de habitantes).

6.3 Estados e suas capitais

ESTADO	SIGLA	CAPITAL
Acre	*AC*	*Rio Branco*
Alagoas	*AL*	*Maceió*
Amapá	*AP*	*Macapá*
Amazonas	*AM*	*Manaus*
Bahia	*BA*	*Salvador*
Ceará	*CE*	*Fortaleza*
Distrito Federal	DF	Brasilia
Espirito Santo	ES	Vitoria
Goiás	GO	Goiânia
Maranhão	MA	São Luis
Mato Grosso	MT	Cuiabá
Mato Grosso do Sul	MS	Campo Grande
Minas Gerais	MG	Belo Horizonte
Pará	PA	Belém
Paraíba	PB	João Pessoa
Paraná	PR	Curitiba

Pernambuco	PE	Recife
Piauí	PI	Teresina
Rio de Janeiro	RJ	Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte	RN	Natal
Rio Grande do Sul	RS	Porto Alegre
Rondônia	RO	Porto Velho
Roraima	RR	Boa Vista
Santa Catarina	SC	Florianópolis
São Paulo	SP	São Paulo
Sergipe	SE	Aracaju
Tocantins	TO	Palmas

6.4 Limites territoriais

Com uma área superior a 8.500.000 quilômetros quadrados, antes mesmo de ser uma nação soberana, nosso território começou a ser delimitado pelos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), que estabeleciam a separação das terras espanholas e portuguesas na América.

A formação do atual território do Brasil, contudo, remonta ao século 14, início da chamada Era dos Descobrimentos, quando as monarquias ibéricas mostravam-se pioneiras nas grandes navegações.

Nossas fronteiras foram definidas com base nas características naturais da paisagem, como rios e lagos, ou em acidentes topográficos, como montanhas, serras e picos elevados. Somente nos lugares em que não havia possibilidade de se aplicar esse recurso demarcatório é que foram utilizadas as linhas geodésicas, que correspondem às linhas traçadas no terreno tendo como referências as coordenadas geográficas: paralelos e meridianos.

Os limites territoriais são divididos em terrestres e aquáticos (marítimos).

A fronteira terrestre representa cerca de 68% de toda a extensão dos limites territoriais brasileiros, colocando o Brasil em contato com dez outras nações sul-americanas. Com exceção do Chile e do Equador, todos os países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil:

Ao norte: Suriname, Guiana, Venezuela e um território pertencente à França, a Guiana Francesa.
A noroeste: Colômbia.
A oeste: Peru e Bolívia.
A sudoeste: Paraguai e Argentina.
Ao sul: Uruguai

A fronteira marítima se estende da foz do rio Oiapoque, no cabo Orange, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa, ao norte, até o arroio Chuí, na divisa do Rio Grande do Sul com o Uruguai, ao sul

Com exceção da Região Centro-Oeste, todas as outras regiões têm fronteiras no Atlântico; sendo a Região Nordeste a que tem maior extensão litorânea.

O estado brasileiro com o litoral mais extenso é a Bahia, e o que possui menor extensão litorânea é o Piauí. A segunda região de maior extensão litorânea é a Região Sudeste

6.5 Símbolos oficiais

Os Símbolos Nacionais do Brasil foram instituídos através da Lei 5.700 de 1º de setembro de 1971.Esta lei, além de estabelecer quais são os símbolos nacionais, também determina como estes símbolos devem ser usados, padrões e formatos, significados, entre outros.

Estes símbolos são de extrema importância para nossa nação, pois representam o Brasil dentro e fora do território nacional. Sendo assim, devem ser respeitados por todos os cidadãos brasileiros. Os Símbolos Nacionais são: a Bandeira Nacional, o Hino

Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Em 18 de setembro, comemora-se o Dia dos Símbolos Nacionais.

Hino Brasileiro

O Hino Nacional foi composto por Joaquim Osório Duque Estrada (1870 – 1927) e a música é de Francisco Manuel da Silva (1795-1865). Tornou-se oficial no dia 1 de setembro de 1971, através da lei nº 5700.

Existem várias regras que devem ser seguidas no momento da execução do hino, entre elas o respeito à Bandeira Nacional e ao presidente da República. É executado junto com o hasteamento da Bandeira Nacional em determinadas situações, entre elas: solenidades e eventos oficiais do governo, eventos esportivos e culturais e nas escolas.

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, um sonho intenso, um raio vívido,
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.
Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo
És mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores,
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".
Ó Pátria amada, idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.
Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.
Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo
És mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Glossário do Hino

- *Margens plácidas* - "Plácida" significa serena. Calma.
- *Ipiranga* - É o riacho junto ao qual D. Pedro I teria proclamado a independência.
- *Brado retumbante* - Grito forte que provoca eco.
- *Penhor* - Usado de maneira metafórica(figurada). "penhor desta igualdade" é a garantia, a segurança de que haverá liberdade.
- *Imagem do Cruzeiro resplandece* - O "Cruzeiro" é a constelação do Cruzeiro do Sul que resplandece (brilha) no céu.
- *Impávido colosso* - "Colosso" é o nome de uma estátua de enormes dimensões. Estar "impávido" é estar tranquilo, calmo.
- *Mãe gentil* - A "mãe gentil" é a pátria. Um país que ama e defende seus "filhos" (os brasileiros) como qualquer mãe.
- *Fulguras* - fulgurante (reluzente, brilhante).
- *Florão* - "Florão" é um ornato em forma de flor usado nas abóbadas de construções grandiosas. O Brasil seria o ponto mais importante e vistoso da América.
- *Garrida* - Enfeitada. Que chama a atenção pela beleza.
- *Lábaro* - Sinônimo de bandeira. "Lábaro" era um antigo estandarte usado pelos romanos.
- *Clava forte* - Clava é um grande porrete, usado no combate corpo-a-corpo. No verso, significa mobilizar um exército, entrar em guerra.

Selo Nacional

O Selo Nacional é utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo. É usado também para autenticar diplomas e certificados emitidos por unidades de ensino reconhecidas. É constituído por uma esfera com as estrelas (semelhante a da bandeira brasileira), apresentando a inscrição República Federativa do Brasil.

Armas Nacionais

As Armas Nacionais (ou Brasão Nacional) representam a glória, a honra e a nobreza do Brasil e foram criadas na mesma data que a Bandeira Nacional. No centro há um escudo circular sobre uma estrela verde e amarela de cinco pontas. O cruzeiro do sul está ao centro, sobre uma espada. Um ramo de café está na parte direita e um de fumo a esquerda. Uma faixa sobre a parte do punho da espada apresenta a inscrição "República Federativa do Brasil". Em outra faixa,

abaixo, apresenta-se "15 de novembro" (direita) e "de 1889" (esquerda). É obrigatório o uso das armas nos edifícios dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) dos governos federal, estaduais e municipais, e também nos quartéis militares e policiais e em todos os papéis oficiais de nível federal (publicações, convites entre outros).

Bandeira Nacional

A Bandeira Nacional foi instituída no dia 19 de novembro de 1889, quatro dias depois da Proclamação da República. É o resultado de uma adaptação na tradicional Bandeira do Império Brasileiro, onde o escudo Imperial português dentro do losango amarelo foi substituído por um círculo azul com estrelas na cor branca. A esfera azul de nossa bandeira representa nosso céu estrelado, ao centro com a frase "Ordem e Progresso". São 27 estrelas, representando os 26 estados e o Distrito Federal. O losango amarelo ao centro representa o ouro e o retângulo verde, representa nossas matas e florestas. No dia 19 de novembro comemora-se o dia da bandeira.

Na Bandeira Nacional, cada estrela significa um estado brasileiro, sendo assim divididos:

6.6 Principais bacias hidrográficas

As principais bacias hidrográficas brasileiras são: Bacia Amazônica, Bacia do Araguaia/Tocantins, Bacia Platina, Bacia do São Francisco e Bacia do Atlântico Sul.

Bacia Amazônica

É a maior bacia hidrográfica do planeta, com cerca de 7.000.000 km2, dos quais aproximadamente 4.000.000 km2 estão situados em território brasileiro, e o restante distribuído por oito países sul-americanos: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia. Tem a sua vertente delimitada pelos divisores de água da cordilheira dos Andes, pelo Planalto das Guianas e pelo Planalto Central. Seu principal rio nasce no Peru, com o nome de Vilcanota. Ao entrar no Brasil, passa a se chamar Solimões, até o encontro com o Rio Negro, passando a ser chamado a partir daí de Rio Amazonas.

Localizada numa região de planície, a Bacia Amazônica possui cerca de 23 mil km de rios navegáveis, possibilitando o desenvolvimento do transporte hidroviário. O Rio Amazonas é totalmente navegável. A Bacia Amazônica abrange os estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso.

Bacia do Tocantins-Araguaia

Seus principais rios são o Rio Araguaia e o Rio Tocantins.

Seu rio principal, o Tocantins, nasce na confluência dos rios Maranhão e Paraná, em Goiás, percorrendo 2.640 km até desembocar na foz do Amazonas. Durante o período de cheias, seu trecho navegável é de 1.900 km, entre as cidades de Belém (PA) e Peixe (GO). Em seu curso inferior situa-se a Hidrelétrica de Tucuruí, a segunda maior do país, que abastece os projetos de mineração da Serra do Carajás e da Albrás.

O rio Araguaia nasce na serra das Araras, no Mato Grosso, na fronteira com Goiás. Tem cerca de 2.600 km de extensão. Desemboca no rio Tocantins em São João do

Araguaia, logo antes de Marabá. No extremo Nordeste de Mato Grosso, o rio divide-se em dois braços, pela margem esquerda o rio Araguaia e pela margem direita o rio Javaés, por aproximadamente 320 km, formando a ilha de Bananal, maior ilha fluvial do mundo. O rio é navegável por cerca de 1.100 km, entre São João do Araguaia e Beleza, porém, não possui nenhum centro urbano de destaque ao longo desse trecho.

Bacia do São Francisco

Possui área de aproximadamente 645.000 km² e é responsável pela drenagem de 7,5% do território nacional. É a terceira bacia hidrográfica do Brasil, ocupando 8% do território nacional. É a segunda maior bacia localizada inteiramente em território nacional. A bacia encontra-se nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e no Distrito Federal. Situa-se quase inteiramente em áreas de planalto.

O rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na serra da Canastra e atravessa o sertão semi-árido mineiro e baiano, o que possibilita a sobrevivência da população ribeirinha de baixa renda, a irrigação de pequenas propriedades e a criação de gado. Possui grande aproveitamento hidrelétrico, abastecendo não só a região Nordeste, como também parte da região Sudeste. Embora atravesse um longo trecho em clima semiárido, é um rio perene e navegável por cerca de 1.800 km, desde Pirapora (MG) até a cachoeira de Paulo Afonso.

Bacia Platina

É constituída pelas sub-bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. É a segunda maior bacia hidrográfica do planeta, com 1.397.905 km². Estende-se por Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina. Possui cerca de 60,9% das hidrelétricas em operação ou construção do Brasil.

Bacia do Atlântico Sul

O Brasil possui ao longo de seu litoral três conjuntos de bacias secundárias denominadas bacias do Atlântico Sul, divididas em três trechos: Norte-Nordeste, Leste e Sudeste. Estes trechos não possuem ligação entre si, foram agrupados por possuírem rios que correm próximo ao litoral e deságuam no Oceano Atlântico.

O trecho Norte-Nordeste é formado por rios perenes que correm ao norte da bacia Amazônica e entre as fozes dos rios Tocantins e São Francisco. O trecho Leste é formado pelas bacias dos rios que correm entre a foz do São Francisco e a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Possui, ao longo de seu curso, grande aproveitamento hidrelétrico, bem como indústrias importantes como a Companhia Siderúrgica Nacional. O trecho Sudeste é formado pelas bacias dos rios que estão ao sul da divisa dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles possuem importância regional pela participação em atividades como transporte hidroviário, abastecimento de água e geração de energia elétrica.

6.7 Clima, relevo e vegetação

Clima Brasileiro

A localização da maior parte do país em zona intertropical e o predomínio de baixas altitudes são responsáveis pelas variedades climáticas quentes (médias superiores a 20º C), controladas por algumas massas de ar e frentes.

Clima Equatorial

Domina os cerca de 5 milhões de km² da Amazônia Legal. Que corresponde a Amazônia: Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, quase todo o estado do Pará (menos a porção sudeste), o noroeste do Maranhão e do Mato Grosso e parte de Roraima. Caracteriza-se por temperaturas médias entre 24ºC e 26ºC e sendo no mês mais frio superior a 18ºC, com amplitude térmica anual de até 3 graus, chuvas abundantes (mais de 2.500 mm/ano) e bem distribuídas. No inverno, ocasionalmente, a região recebe frentes frias originárias da massa polar atlântica (mPa), ocasionando as friagens. A umidade atmosférica é elevada, geralmente superior a 80%.

Clima Tropical

O clima tropical abrange quase a totalidade da área correspondente ao planalto Brasileiro, domina extensas áreas do planalto Central e das regiões Nordeste e Sudeste. Suas temperaturas são também elevadas, mas este tipo de clima se diferencia do equatorial por apresentar duas estações bem delimitadas pelas chuvas: Apresenta inverno quente e seco e verão quente e chuvoso.

Clima Tropical de Altitude

Corresponde às áreas mais altas do relevo brasileiro, representado elevações das serras do Mar e da Mantiqueira, assim como pelo planalto que se estende ao norte de São Paulo, sul de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. As médias mensais de temperatura que caracterizam este clima estão entre 18º e 22º C, com amplitudes térmicas anuais de 7 a 9 graus e precipitações entre 1.000 e 1.500 mm/ano, não existindo maiores diferenças entre o clima tropical de altitude e o tropical, pois os meses mais chuvosos, nas áreas de ocorrência deste tipo de clima, coincidem com a primavera e o verão (setembro a março) e os de estiagem, com o outono e inverno (abril a setembro). O verão tem chuvas mais intensas, devido à ação úmida da massa tropical atlântica (mTa). No inverno, as massas frias originárias da massa polar atlântica (mPa) podem provocar geadas com temperaturas abaixo de 0ºC.

Clima Tropical Atlântico

Atua na fachada atlântica desde o sul do Rio Grande do Norte até o sul do Rio Grande do Sul. Temperaturas médias entre 18º e 26º C, com amplitudes térmicas crescentes à medida que aumenta a latitude. As chuvas abundantes superam 1.200 mm/ano, mas têm distribuição desigual. No litoral do Nordeste, concentram-se no outono e inverno e mais ao sul no verão.

Clima Semiárido

O clima semiárido caracteriza-se, predominantemente, pela escassez de chuva. Este tipo de clima domina o sertão nordestino. Quando ocorrem anos normais as chuvas caídas no período próprio atendem às necessidades dos habitantes. A situação torna-se calamitosa apenas quando elas deixam de cair na época devida, prolongando-se assim a estação seca.

Clima Subtropical

Ocorre na maior parte do planalto Meridional. (...) Caracteriza-se por temperaturas médias inferiores a 18ºC, com amplitude térmica anual entre 9 e 13 graus. Nas áreas mais elevadas, o verão é suave e o inverno rigoroso, com geadas constantes e nevascas ocasionais. Muitas chuvas (entre 1.500 e 2.000 mm/ano), e bem distribuídas.

Relevo Brasileiro

O relevo do Brasil tem formação muito antiga e resulta principalmente de atividades internas do planeta Terra e de vários ciclos climáticos. A erosão, por exemplo, foi provocada pela mudança constante de climas úmido, quente, semi-árido e árido

O relevo brasileiro apresenta-se em:

• Planaltos – superfícies com elevação e aplainadas, marcadas por escarpas onde o processo de desgaste é superior ao de acúmulo de sedimentos.

• Planícies – superfícies relativamente planas, onde o processo de deposição de sedimentos é superior ao de desgaste.

• Depressão Absoluta - região que fica abaixo do nível do mar.

• Depressão Relativa – fica acima do nível do mar. A periférica paulista, por exemplo, é uma depressão relativa.

Vegetação Brasileira:

Bioma Amazônia

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo, além de apresentar a maior biodiversidade. Ela ocupa cerca de 42% do território nacional, estando presente na Região Norte e nos estados de Mato Grosso e Maranhão, além de outros países da América do Sul.

Predominam as espécies de folhas largas, comuns em regiões de clima equatorial, quente e úmido. É muito grande a quantidade de espécies de animais, mas podemos destacar o jacaré, a jiboia, macacos, jabuti, etc.

Bioma Caatinga

Ocupa uma área de aproximadamente 800 mil quilômetros quadrados, a Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro. Ela é típica das regiões semiáridas, podendo ser encontrada nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Piauí e Minas Gerais.

A vegetação é marcada por plantas xerófilas, adaptadas ao clima seco e a pouca disponibilidade de água. A fauna é representada por répteis, roedores, arara-azul, asa-branca, cutia, etc

Bioma Cerrado

Considerado o segundo maior bioma do Brasil, o Cerrado está presente em diferentes estados brasileiros, sendo predominante na Região Centro-Oeste.

Entre as características marcantes desse tipo de vegetação estão as árvores com caule tortuosos e o solo com poucos nutrientes. A fauna é representada pelo tamanduá-bandeira, lobo-guará, tatu-bola, veado, entre outras espécies.

Bioma Pantanal

Esse bioma é considerado uma das maiores planícies inundáveis do mundo. O Pantanal está presente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de territórios do Paraguai e Bolívia. Abriga mais de 3.500 espécies de plantas e vários animais: jacaré, capivara, tucano, onça, macacos, etc.

Bioma Mata Atlântica

É um dos biomas mais ricos do mundo em espécies da fauna e da flora. Sua vegetação é bem diversificada, apresentando árvores de grande porte com folhas largas, esta presente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. As atividades humanas reduziram drasticamente a área original da Mata Atlântica, que é considerada um dos biomas mais ameaçados do planeta.

Bioma Pampa

Esse tipo de vegetação ocupa áreas descontínuas no país, sendo mais comum na Região Sul, em especial no estado do Rio Grande do Sul. A vegetação dos Campos é formada por herbáceas, gramíneas e pequenos arbustos.

6.8 Atividades Econômicas (Agricultura, Pecuária, Mineração, Indústria e Comercio)

A ampla extensão territorial do Brasil permite inúmeras possibilidades no que diz respeito às atividades econômicas. Sendo assim, o Brasil desenvolve em seu território atividades dos setores primário, secundário e terciário.

Setor Primário

Setor que tem sua produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos: atividades de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, caça, pesca e mineração, tem como destaque a agropecuária. Essa atividade, que faz uso do solo para o cultivo de plantas e a criação de animais, é responsável por cerca de 27% do PIB país. Neste setor, o Brasil é líder mundial em vários setores.

Setor Secundário

É o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário), em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc).

A indústria é também um setor de grande importância na formação da riqueza nacional. Com destaque na produção de bens de capital, ela tem na região Sudeste, em especial a Região Metropolitana de São Paulo, a maior concentração do país.

Setor Terciário

Setor econômico relacionado aos serviços, é o destaque do país, sendo responsável por mais da metade do seu Produto Interno Bruto e pela geração de 75% de seus empregos referindo-se à venda de produtos e aos serviços comerciais oferecidos à população, o setor terciário é ainda uma das razões do aumento da competitividade interna e externa do Brasil sendo então um grande propulsor da economia do país.

7 ATUALIDADES

Preencha conforme as autoridades vigentes no momento do concurso:

Diretoria da CBTG:

Presidente da CBTG: _____

1º Vice-Presidente da CBTG: _____

2º Vice-Presidente da CBTG: _____

Diretor Geral: _____

Secretário Geral: _____

Tesoureiro: _____

Assessoras de Imprensa: _____

Assessor Jurídico: _____

Diretor Cultural: _____

Diretor Artístico: _____

Diretor Campeiro: _____

Diretor de Esportes: _____

Diretor de Relações Internacionais: _____

Diretor de Ensino e Pesquisa: _____

Diretores Jovens: _____

Diretor de Narradores: _____

Diretor de Projetos: _____

Diretor Social: _____

Prendas e Peões da CBTG:

1ª Prenda Mirim: _____

2ª Prenda Mirim: _____

3ª Prenda Mirim: _____

1º Peão Tradicionalista Mirim: _____

2º Peão Tradicionalista Mirim: _____

3º Peão Tradicionalista Mirim: _____

1ª Prenda Juvenil: _____

2ª Prenda Juvenil: _____

3ª Prenda Juvenil: _____

1º Peão Tradicionalista Juvenil: _____

2º Peão Tradicionalista Juvenil: _____

3º Peão Tradicionalista Juvenil: _____

1ª Prenda Adulta: _____

2ª Prenda Adulta: _____

3ª Prenda Adulta: _____

1º Peão Tradicionalista Adulto: _____

2º Peão Tradicionalista Adulto: _____

3º Peão Tradicionalista Adulto: _____

1ª Prenda Veterana: _____

2ª Prenda Veterana: _____

3ª Prenda Veterana: _____

1º Peão Tradicionalista Veterano: _____

2º Peão Tradicionalista Veterano: _____

3º Peão Tradicionalista Veterano: _____

Presidente do Brasil: _____

Vice-Presidente do Brasil: _____

Presidente do Senado Federal: _____

Presidente da Câmara de Deputados do Brasil: _____

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lilian. **Folclore**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/folclore-brasileiro.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **A Identidade Gaúcha**. Porto Alegre: Traço Comunicação, 2000.

BASTOS, Rogério. **MTG:** 50 anos de preservação e valorização da cultura gaúcha. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha – MTG, 2016.

BRASIL Escola. **Guerra do Contestado.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/guerra-contestado.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CALDERAN, Loiva Lopes. **Anais do 15º Congresso Brasileiro da Tradição Gaúcha**, Brasília, 2010.

CAMARGO, Odalgil Nogueira. **Falando em Tradição e Folclore.** Passo Fundo: Ed. Gráfica Pe Berthier, 2000.

CASCUDO, Câmara. **Lendas Brasileiros**. R io de Janeiro: Tecnoprint.

COLA da Web. **História da Literatura Brasileira**. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/literatura/literatura-brasileira>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CÔRTES, J.C Paixão. **Tropeirismo Biriva**: gente, caminhos, danças e canções. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã:** diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

FELIPPI, Ângela; NECCHI, Vitor (org.). **Mídia e Identidade Gaúcha**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL GAÚCHA. **Danças Tradicionais Gaúchas**: MTG 50 anos. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha- MTG, 2016.

LESSA, Barbosa. **A História do Chimarrão**. 4. ed. Porto Alegre: Evangraf / MTG, 2013.

LESSA, Barbosa. **Gaúcho:** o campeiro do Brasil. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2006.

LESSA, Barbosa. **Nativismo:** um fenômeno social gaúcho. 2. ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2008.

LESSA, Barbosa. **Rio Grande do Sul, prazer em conhece-lo**. 4. ed. Porto Alegre: Age, 1984.

MOA, Roxelana Graziele. **Guia de Estudos para Prendas e Peões**. Santa Catarina, 2005 (material utilizado pela CBTG nos concursos de 2010 e 2011).

MOREIRA, Igor. **O Espaço Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ática, 2007.

NETO, João Simões Lopes. **Lendas do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

PEREIRA, Toni Sidi; CAMILLO, Jefferson. **Danças Folclóricas & Tradicionais Gaúchas**: uma proposta pedagógica. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

SANTOS, José Moacir Gomes; OLIVERA, Rinaldo Souto. **Passos & Compassos das Danças Gaúchas**. Canoas: ISBN, 2016.

SAVARIS, Manoelito Carlos. **Manual de Tradicionalismo Gaúcho**. Porto Alegre: MTG-RS, 2012.

SAVARIS, Manoelito Carlos. **Rio Grande do Sul –** História e Identidade. Porto Alegre: FCG – MTG, 2008.

SCHWUCHOW, Suzana (org.). **Compêndio técnico ilustrado de danças gaúchas de salão.** 2. ed. Porto Alegre: MTG, 2008.

SÓ História. **Símbolos Nacionais Brasileiros**. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/simbolosnacionais>. Acesso em: 29 jun. 2019.

ZATTERA, Vera. **Gaúcho**: iconografia (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Palotti, 1995.

ZATTI, Carlos. **Nas Restevas do Gauchismo**. Curitiba: Depto de Imprensa Oficial do Estado, 1994.